



Reservas naturais sustentáveis:

Guia prático para criação de áreas protegidas privadas



Definição de Área Protegida, Categorias de Gestão e Tipos de Governança da UICN

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) define uma área protegida como: “um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido através de meios legais ou outros meios eficazes, para alcançar no longo prazo a conservação da natureza e seus serviços ambientais e valores culturais associados”.

Esta definição é expandida em seis categorias de gestão (uma delas com uma subdivisão), resumidas abaixo:

Ia) **Reserva natural de proteção integral** (“Strict nature reserve”): estritamente protegida para a biodiversidade e eventualmente características geológicas/geomorfológicas, onde a visitação, uso e impactos humanos são controlados e limitados para garantir sua proteção e conservação.

Ib) **Área silvestre** (“Wilderness area”): geralmente áreas grandes e não modificadas, ou ligeiramente modificadas, mantendo seu caráter natural e sem habitação humana permanente ou significativa, protegidas e geridas para preservar sua condição natural.

II) **Parque Nacional** (“National park”): grandes áreas naturais ou quase naturais que protegem processos ecológicos de grande escala com espécies e ecossistemas característicos, e que também propiciam oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreativas e de visitação que sejam ambiental e culturalmente compatíveis.

III) **Monumento ou feição natural** (“Natural monument or feature”): áreas reservadas para proteger feições naturais específicas, que podem ser algum tipo de relevo, um monte marinho, uma formação geológica como uma caverna, ou uma feição viva como um bosque antigo.

IV) **Área de manejo de habitats/espécies** (“Habitat/species management area”): áreas que protegem espécies ou habitats particulares, onde o manejo reflete essa prioridade. Muitas áreas irão precisar de intervenções regulares para atender às necessidades de determinadas espécies ou habitats, mas isso não é um requisito da categoria.

V) **Paisagem terrestre ou marinha protegida** (“Protected landscape or seascape”): onde as interações entre pessoas e natureza ao longo do tempo produziram ambientes distintos com significativo valor ecológico, biológico, cultural ou paisagístico; e onde salvaguardar a integridade dessas interações é vital para proteger e manter a área e seus valores ecológicos e culturais associados.

VI) **Áreas protegidas com uso sustentável dos recursos naturais** (“Protected areas with sustainable use of natural resources”): áreas que conservam ecossistemas naturais, juntamente com valores culturais associados e sistemas tradicionais de gestão de recursos naturais. Geralmente grandes áreas, principalmente em estado natural, mas com uma parcela sob gestão sustentável dos recursos naturais e onde o uso não industrial e de baixo impacto dos recursos naturais, compatível com a conservação da natureza, é visto como um dos principais objetivos.

A categoria deve ser baseada no(s) objetivo(s) primário(s) de gestão, e deve ser aplicada a pelo menos três quartos da área protegida – a regra dos 75 por cento.

As categorias de manejo são ainda classificadas de acordo com sua forma de governança – uma descrição de quem detém autoridade e responsabilidade pela área protegida. A UICN define quatro tipos de governança:

Tipo A. Governança pública: ministério, órgão, agência federal ou nacional responsável; ministério subnacional ou agência responsável (por exemplo, em nível regional, estadual, municipal); gestão delegada pelo governo (por exemplo, para ONG).

Tipo B. Governança compartilhada: governança transfronteiriça (arranjos formais e informais entre dois ou mais países); governança colaborativa (através de várias formas pelas quais diversos atores e instituições trabalham juntos); governança conjunta (conselho pluralista ou outro órgão governamental multipartidário).

Tipo C. Governança privada: áreas protegidas estabelecidas e administradas por proprietários individuais; organizações sem fins lucrativos (por exemplo, ONGs, universidades) e organizações com fins lucrativos (tais como empresas rurais).

Tipo D. Governança por povos indígenas e comunidades locais: territórios de povos indígenas e áreas de conservação estabelecidas e administradas por povos indígenas; áreas de conservação estabelecidas e administradas por comunidades tradicionais e locais.

Reservas Naturais Sustentáveis:

Guia prático para criação de áreas protegidas privadas

Alberto Campos, Lucia Guaita, Bennett Hennessey e Marc Hoogeslag





Fundo de Aquisição de Terras da UICN NL

Desde a sua fundação em 2001, o Fundo de Aquisição de Terras da UICN dos Países Baixos (UICN NL) contribui para expandir, conectar e proteger habitats de espécies ameaçadas de extinção. Por mais de 20 anos, vem possibilitando que organizações de conservação da natureza em todo o mundo adquiram e protejam habitats naturais ameaçados.

Conservação da natureza a longo prazo

Trabalhar com organizações de conservação da natureza é um elemento crucial para o Fundo de Aquisição de Terras. A propriedade e responsabilidade pelas reservas naturais adquiridas é colocada nas mãos de organizações conservacionistas locais. Isso é importante pois essas organizações estão bem familiarizadas com o contexto local e em contato próximo com a comunidade. Através de parcerias com as comunidades locais, esses ambientalistas garantem a conservação da natureza a longo prazo.

Organizações locais fazem toda a diferença

Junto com as organizações parceiras locais, a UICN NL tem feito a diferença para inúmeras espécies de animais ameaçados, como o mico-leão-dourado no Brasil, a ave maleo na ilha de Celebes (Indonésia) e o elefante indiano. Até agora, o fundo apoiou mais de 135 projetos em 39 países, garantindo a proteção a longo prazo de quase 70.000 hectares (173.000 acres) de natureza.

Com o apoio da Loteria do Código Postal dos Países Baixos e um número crescente de doadores privados, o Fundo de Aquisição de Terras aumenta as chances de sobrevivência de espécies que enfrentam risco de extinção.

Empresas e pessoas físicas também podem contribuir, por meio de doação única ou por meio de doação periódica.

www.iucn.nl/en/support-us/

American Bird Conservancy

A American Bird Conservancy foi fundada em 1994 com uma missão clara: conservar as aves silvestres e seus habitats nas Américas. Essa missão continua ainda hoje incentivando a ABC a reverter os declínios acentuados das populações de muitas espécies de aves. Com ênfase em alcançar resultados duradouros e trabalhar com parceiros, a organização busca priorizar as necessidades mais urgentes das aves, através de quatro objetivos: evitar extinções, conservar habitats, eliminar ameaças e criar capacidade.

Na América Latina e no Caribe, a ABC trabalha com dezenas de parceiros protegendo os habitats de mais de 80 espécies de aves ameaçadas de extinção. A organização ajudou a estabelecer reservas naturais que totalizam 404.686 hectares (1 milhão de acres) em 100 localidades de 15 países, protegendo habitats para 2.900 espécies de aves – 66% de todas as aves encontradas nas Américas, incluindo algumas das mais raras. A ABC também apoiou o plantio de mais de 6 milhões de árvores e arbustos para restauração de habitats.

Nos EUA, a ABC trabalha extensivamente com a Migratory Bird Joint Ventures e seus parceiros para melhorar a qualidade dos habitats utilizados pelas aves. Por meio dessas redes, a ABC tem desempenhado papel significativo na gestão de mais de 3 milhões de hectares (7,6 milhões de acres). A organização identifica locais prioritários para conservação por meio de sua abordagem BirdScapes e está atualmente trabalhando em 42 desses locais vitais para conservação de habitats de reprodução, parada e internada de aves migratórias.

A ABC também trabalha para reduzir a mortalidade de aves por meio de soluções que eliminem ou previnam ameaças que representam alto risco para as aves, como colisões com vidros, turbinas eólicas e linhas de energia; gatos ferais e outras espécies invasoras; e uso excessivo de pesticidas.

www.abcbirds.org

As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as do Comitê Nacional da UICN dos Países Baixos, da American Bird Conservancy ou de outras organizações participantes.

A reprodução desta publicação para fins educacionais ou outros fins não comerciais é permitida sem autorização prévia e permissão por escrito do detentor dos direitos autorais, desde que a fonte seja devidamente mencionada. A reprodução desta publicação para venda ou outros fins comerciais é proibida sem a permissão prévia por escrito dos detentores dos direitos autorais.

Publicado por: UICN Comitê Nacional dos Países Baixos, Amsterdam, Países Baixos.

Copyright: © 2023 UICN Comitê Nacional dos Países Baixos e American Bird Conservancy (versão em português).

Citação: Campos, A., Guaita, L., Hennessey, B. e Hoogeslag, M., 2023. Reservas Naturais Sustentáveis: Guia prático para criação de áreas protegidas privadas. Amsterdam, Países Baixos, UICN NL. xiv + 93pp.

ISBN: 978 90 035 9069

Design gráfico e layout: Daphne van der Heuvel e Alberto Campos.

Tradução: Alberto Campos e Ana Carolina Meirelles.

Disponível em:

IUCN National Committee of the Netherlands.
Plantage Middenlaan 2K, 1018 DD Amsterdam
The Netherlands
+31 020 626 1732
mail@iucn.nl
iucn.nl/en/publication/

American Bird Conservancy
4249 Loudoun Ave., The Plains, VA 20198-2237
USA
+1 540 253-5780
abcbirds.org/results/publications/

Sumário

Prólogo.....	viii
Agradecimentos.....	ix
Prefácio.....	x
Sumário executivo.....	xii
Introdução.....	xiii

PASSO 1 - REVEJA SEUS MOTIVOS

Checklist - <i>Por que você quer criar uma reserva?</i>	2
Pesquisa - <i>A pesquisa global sobre áreas protegidas privadas</i>	4
<i>Quais foram seus motivos para criar uma reserva privada?</i>	5
Testemunhos - <i>“Motivos para criar uma reserva: proteger recursos hídricos”</i>	6
<i>“Motivos para criar uma reserva: proteger um ecossistema ameaçado”</i>	7
<i>“Motivos para criar uma reserva: arrendar pastagens para a vida silvestre”</i>	8
Como fazer - <i>Como destacar seus alvos de conservação</i>	9

PASSO 2 - AVALIE SE VOCÊ ESTÁ PREPARADO

Checklist - <i>Você está preparado para criar uma reserva?</i>	12
Pesquisa - <i>Capacidade institucional</i>	14
<i>Ferramentas de gestão</i>	15
Testemunhos - <i>“Experiências de governança de ONGs”</i>	16
<i>“Experiências de governança com múltiplos atores sociais”</i>	17
<i>“Governança transfronteiriça: A Alianza del Pastizal”</i>	18
Como fazer - <i>Como desenvolver ferramentas de gestão</i>	19

PASSO 3 - SUSTENTABILIDADE DA RESERVA

Checklist - <i>Como criar uma reserva sustentável?</i>	22
Pesquisa - <i>Sua reserva é economicamente viável?</i>	24
<i>Quais são as atuais fontes de renda da reserva?</i>	25
Testemunhos - <i>“Sustentabilidade econômica: um modelo com múltiplas fontes de renda”</i>	26
<i>“Sustentabilidade ecológica: construindo com recursos locais”</i>	27
<i>“Sustentabilidade socio-ecológica em áreas protegidas privadas”</i>	28
Como fazer - <i>Como fazer um Plano de Sustentabilidade</i>	29

PASSO 4 - ORÇAMENTO DA RESERVA

Checklist - <i>Quanto custa criar uma reserva privada?</i>	32
Pesquisa - <i>Quais os principais custos relacionados com a aquisição da reserva?</i>	34
<i>Quais os custos iniciais relacionados com a implantação da reserva?</i>	35
Testemunhos - <i>“Estratégias para criação de reservas: construindo relações de confiança”</i>	36
<i>“Estratégias para criação de reservas: arrendamento para conservação”</i>	37
<i>“Estratégias para criação de reservas: viabilidade ecológica e econômica”</i>	38
Como fazer - <i>Como fazer um orçamento para aquisição de terras</i>	39

Sumário

PASSO 5 - PLANO DE VIABILIDADE ECONÔMICA

Checklist - Como você espera manter a reserva?.....	42
Pesquisa - Quais as principais despesas mensais para manter a reserva?.....	44
Quais fontes de renda você espera desenvolver?.....	45
Testemunhos - “Ideias para captação de recursos: turismo de natureza”.....	46
“Ideias para captação de recursos: pagamentos por serviços ambientais”.....	47
“Ideias para captação de recursos: projetos de carbono comunitários”.....	48
Como fazer - Como encontrar fontes de financiamento.....	49

PASSO 6 - PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE TERRA

Checklist - Como preparar uma proposta de aquisição de terra?.....	52
Pesquisa - Quais os principais impostos e taxas relacionados à aquisição de terra?.....	54
Impostos e taxas relacionados à aquisição de terra.....	55
Testemunhos - “Aquisição de terra como parte de um Programa de Conservação”.....	56
“Cultivando interesse: preparando um resumo de duas páginas”.....	57
“Preparando uma proposta para aquisição de terra”.....	58
Como fazer - Como criar mapas para propostas de financiamento.....	59

PASSO 7 - ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Checklist - Como envolver comunidades e demais atores locais?.....	62
Pesquisa - As comunidades locais participaram da criação da reserva?.....	64
Você está interagindo atualmente com comunidades locais?.....	65
Testemunhos - “Criação de reservas privadas e envolvimento comunitário”.....	66
“Conhecimento tradicional para a gestão de reservas”.....	67
“Criando uma reserva natural: relocação de comunidades locais”.....	68
Como fazer - Como planejar o envolvimento comunitário.....	69

PASSO 8 - RESTAURAÇÃO E REWILDING

Checklist - Como promover restauração e rewilding?.....	72
Pesquisa - Você conduz alguma ação de restauração na reserva?.....	74
A reserva possui algum tipo de designação legal de conservação?.....	75
Testemunhos - “Incentivos para reverter o desmatamento: uma abordagem comunitária”.....	76
“Restauração e mudanças de paradigma através de rewilding”.....	77
“Plantando o futuro: restauração de longo prazo em reservas privadas”.....	78
Como fazer - Como fazer restauração e rewilding.....	79

PASSO 9 - FERRAMENTAS DE GESTÃO

Checklist - Quais as principais ferramentas de gestão de reservas privadas?.....	82
Pesquisa - Quais as ferramentas de gestão utilizadas na sua reserva?.....	84
Quais as principais lições aprendidas?.....	85
Testemunhos - “Ferramentas de gestão: plano de manejo para reservas naturais”.....	86
“Áreas protegidas, planos de ação e manejo de incêndios”.....	87
“Gerenciando conflitos entre pessoas e animais silvestres”.....	88
Como fazer - Como fazer um Plano de Manejo.....	89
Créditos das fotografias	91
Sobre os autores	92
Referências e sugestões de leitura	93



Áreas protegidas privadas existem há tanto tempo quanto as áreas protegidas governamentais, mas até recentemente não recebiam a mesma atenção nos círculos conservacionistas internacionais, além de muitos governos em todo o mundo ainda não reconhecerem esse tipo de área protegida. Entretanto, isso está mudando, e esforços para aumentar a conscientização, o reconhecimento e a integridade das áreas protegidas privadas tem aumentado enquanto antecipamos novos e ambiciosos alvos de conservação. Sejam estes 30x30 (30% da área protegida ou conservada até 2030) ou 50x50, as terras particulares e a iniciativa privada certamente serão necessárias para proteger nosso planeta seja qual for a extensão que a ciência indicar. Portanto, este guia vem em um momento muito oportuno e, de fato, inclui um seção relevante ao entrarmos na Década da ONU para a Restauração de Ecossistemas.

Em 2018, nós publicamos as “Diretrizes para Áreas Protegidas Privadas”, na série *Melhores Práticas para Áreas Protegidas* da UICN, o primeiro guia global sobre conservação privada. Alguém pode estar se perguntando: “Por que precisamos de mais orientação?” As nossas diretrizes trazem recomendações mais abrangentes, em tudo relacionado a áreas protegidas privadas - manejo de áreas, incentivos, continuidade, coordenação com sistemas nacionais de áreas protegidas, redes e muito mais. Elas são baseadas em princípios mais amplos, e não um guia prático para locais específicos. Estas novas orientações da UICN NL, destinadas a gerentes de áreas protegidas privadas, são mais práticas, acessíveis e baseadas em diversos estudos de caso na forma de testemunhos de pessoas com experiência de campo.

Durante o Congresso Mundial da Conservação, em 2016, no Havaí, aprovamos uma resolução para que a UICN apoie a conservação privada e para encorajar as nações a fazerem o mesmo. E formalizamos o nome áreas protegidas privadas (“*privately protected areas*”). Termos mais antigos, como reserva privada, dão a impressão de que as áreas protegidas privadas são exclusivas, até mesmo elitistas, apenas para os ricos ou estrangeiros. Queremos enfatizar que o que vemos, e o que queremos, é o uso de meios privados para alcançar benefícios coletivos. As áreas protegidas privadas sempre beneficiam a todos. Às vezes, há benefícios diretos, como acesso a recreação, mas sempre há benefícios indiretos através da conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ecossistêmicos. Este manual apresenta recomendações excelentes sobre engajamento comunitário, o que, aliás, não deve significar tentativas unidirecionais de fazer com que as populações locais concordem com a sua opinião. Ao contrário, a chave para um engajamento bem-sucedido é entender completamente as necessidades delas para estabelecer parcerias que as ajudem a atendê-las e/ou ajustar o manejo para acomodá-las.

Muitos gestores de áreas protegidas privadas têm sofrido porque se apressaram nas fases de aquisição e implantação sem um plano para o que vem depois. Atendendo a pedidos, este guia compartilha muitas experiências sobre as dificuldade de se manter a sustentabilidade econômica. Frequentemente, áreas protegidas de todos os tipos, e áreas protegidas privadas em especial, são excessivamente dependentes de turismo e subsídios - ambos tipicamente vindos de locais distantes - para apoiar os custos de gestão. A pandemia de COVID-19 apontou claramente a vulnerabilidade de tal dependência. Algumas das abordagens aqui descritas - agricultura de alto valor, pagamentos por serviços ambientais, mercados de carbono, entre outros - apontam para opções promissoras. Mas o papel dos recursos públicos na manutenção parcial de áreas protegidas privadas não deve ser negligenciado, pois as áreas naturais são parceiras dos governos no cumprimento de seus compromissos de biodiversidade e clima, independentemente se a governança da área é privada. Garantir e gerenciar mais áreas para conservação, incluindo áreas protegidas privadas, deve ser uma política pública prioritária.

Nosso planeta está em apuros. Conservação baseada em área: áreas protegidas, áreas de conservação e “outras medidas efetivas de conservação baseadas em área”, serão parte da solução SE nós conseguirmos expandí-las enormemente. Áreas geridas pelo governo, áreas conservadas por indígenas e comunidades, e áreas protegidas privadas são partes importantes dessa quebra-cabeça. Este manual é uma ferramenta bem-vinda para nos ajudar a enfrentar os graves desafios à nossa frente.

Brent A. Mitchell

QLF Atlantic Center for the Environment, e
Grupo de Especialistas em Áreas Protegidas Privadas
UICN Comissão Mundial de Áreas Protegidas

Agradecimentos

Nós gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão a todos os indivíduos e organizações listados abaixo, que coletivamente contribuíram com seu tempo e conhecimento para construir este guia prático para a criação e gestão de áreas protegidas privadas.

Entrevistados para a pesquisa: Brian Krohnke (Mindo Cloudforest Foundation), Mayra Milkovic (Fundación Vida Silvestre Argentina), Hana Raza (Nature Iraq), Sarah Otterstrom (Paso Pacifico), Pedro Develey (SAVE Brasil), Efraim Acosta (Pronatura Peninsula de Yucatan AC), Marcela Zamora Petri (NATIVA), Michael Roy (Conservation through Research Education and Action), Fernando Arbelaez (Fundación Biodiversa Colombia), Fabio Nunes (Aquasis), Germano Woehl Jr. (Instituto Rãbugio), Viviane Telles Rodrigues Gaboardi (Associação dos Amigos do Meio Ambiente), Ryan Lynch (Third Millennium Alliance), Isabelle Lackman (Hutan), Vicky Mkrtychyan (Foundation for the Preservation of Wildlife & Cultural Assets), Margarita Baquero (Fundación para la Conservación de los Andes Tropicales), Caitlyn Peake (Green Empowerment), Charles Meshack (Tanzania Forest Conservation Group), Judith Westerink (International Tree Fund), Robin Le Breton (Iracambi), Fidisoa Ratovoson (Missouri Botanical Garden), Ernst Rupp (Grupo Jaragua), Upasana Ganguly (Wildlife Trust of India), André Luiz Siqueira (ECOA - Ecologia & Ação), Mauricio Talebi (Instituto Pro-Muriqui), Georges Duriaux (Reserva Privada El Jaguar), Jorge Brocca (SOH CONSERVACIÓN), Patricia Escalante (Bosque Antiquo AC), Juan Francisco Vasquez (ASIDE), Ivan Arnold (NATIVA - Naturaleza, Tierra y Vida), César A. Franco Laverde (Corporación Serraniagua), Sebastian Orjuela Salazar (Corporación Ambiental y Forestal del Pacífico), Carlos Ruiz (Asociación Calidris), Felipe Serrano (Naturaleza y Cultura Internacional), Gloria Marcela Flórez Espinosa (Fundación para la Conservación de la Vida Silvestre), Claudia Gimena Roa (Fundaeexpressión), Jesús Moreno (Fundación Loma Quita Espuela), Constantino Auccha Chutas (Asociación Ecosistemas Andinos), Silvana Campello and George Georgiadis (Instituto Araguaia), Rodrigo Botero García (Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible), Andrés Link (Fundación Proyecto Primates), Thierry Garcia (Fundación Sumac Muyu), Tarun Chhabra (Edhkwelynawd Botanical Refuge - EBR), Rodrigo Zárate and José Cartes (Guyra Paraguay), Miguel Lovera (Iniciativa Amotocodie), Alan Arturo Melendez Pamo (Ucumari).

Autores dos testemunhos: Nicholas e Raquel Locke (Reserva Ecológica de Guapiaçu), Roberto Pedraza (Grupo Ecológico Sierra Gorda), Marcy Summers (Alliance for Tompotika Conservation), Weber Girão (Aquasis), Jerry Toth (Third Millennium Alliance), Vorsak Bou (NatureLife Cambodia), Tsovinar Hovanissian (Foundation for the Preservation of Wildlife), Lou Jost (EcoMinga), Rosamira Guillen (Proyecto Tití), Jeannie Raharimampionona (Missouri Botanical Garden), Vivek Menon (Wildlife Trust of India), Víctor Saravia (Asociación Ecológica de San Marcos de Ocotepeque), Renzo Paladines (Naturaleza y Cultura Internacional), Tjalle Boorsma (Asociación Armonía), Khalil Karimov (Association of Nature Conservation Organisations of Tajikistan), Pham Tuan Anh (VietNature), Associação Caatinga, Alberto Yanosky (UICN Paraguay), Rocío Lopez de la Lama (Universidad Peruana Cayetano Heredia/University of British Columbia), Fábio Olmos (Permian Global), Martin Schaeffer (Fundación Jocotoco), Sebastián Di Martino (Rewilding Argentina), Estefanía Gómez Betancurt (Parque Jaime Duque), Victoria Maldonado (independent consultant) e Holly Robertson (American Bird Conservancy).

Revisores: Frederique Holle, Daphne van den Heuvel, Hanneloes Weeda, Doris Schyns, and Arjen Wisserhof (UICN Países Baixos); Daniel Lebbin e Dawn Hewitt (American Bird Conservancy).

Agradecimentos especiais a Brent Mitchell (UICN-WCPA Specialist Group on Privately Protected Areas and Nature Stewardship), Coenraad Krijger (UICN Países Baixos) e Daniel Lebbin (American Bird Conservancy) por expressarem no prólogo e prefácios a importância deste manual para a comunidade conservacionista.

Esta publicação é dedicada a todos os heróis anônimos desta comunidade global que dedicam suas vidas e carreiras para proporcionar um mundo melhor para as gerações futuras...um mundo tão diverso e produtivo e belo quanto aquele que herdamos.

Os autores

Prefácio

UICN Países Baixos – Fundo de Aquisição de Terras



As vésperas de renovar um acordo mundial para acabar com a perda de biodiversidade até 2030 e conseguir viver em harmonia com a natureza em 2050 (Convenção da ONU para a Diversidade Biológica COP 15), precisamos engajar a sociedade na conservação de espécies e ecossistemas ameaçados. Em um mundo onde os proprietários de terras ainda tendem a explorar ao invés de proteger os ecossistemas naturais, a aquisição de terras por organizações locais da sociedade civil está entre as formas mais eficazes de proteção à biodiversidade. Além disso, espera-se que as áreas protegidas privadas de base local façam parte do desenvolvimento sustentável em todo o mundo, oferecendo uma alternativa verde e inclusiva para modelos de crescimento econômico muitas vezes destrutivos e altamente predatórios.

Por mais de duas décadas, com o generoso apoio financeiro da Loteria do Código Postal dos Países Baixos, a UICN dos Países Baixos apoiou a aquisição estratégica de terras por ONGs conservacionistas locais para combater a fragmentação de habitats e a degradação de ecossistemas. Em nosso relatório de 20 anos de atividades lançado em 2020, uma avaliação dos resultados e impactos demonstrou claramente o enorme potencial de áreas protegidas de gestão privada e de base local em garantir um espaço seguro para espécies e ecossistemas ameaçados, como a arara-barba-azul nas savanas do Beni, e o maleo em Celebes.

Além disso, a aquisição de terras provou ser um investimento com excelente custo-benefício para a conservação, com impactos de longo prazo. Um levantamento feito com 52 ONGs revelou que um investimento de 4,3 milhões de euros em projetos para aquisição de terras alavancaram 5,7 milhões de euros em investimentos adicionais, multiplicando seu impacto de conservação. Mais de 90 por cento das aquisições provaram ser bem-sucedidas e se mantem até hoje. Novos empregos e modelos de negócios sustentáveis foram criados a partir dessas iniciativas locais, beneficiando comunidades locais e seus meios de vida. Em diversos países e continentes, milhares de pessoas - velhos e jovens - tiveram a oportunidade de vivenciar e apreciar a riqueza e a beleza de sua biodiversidade local, alimentando esperança e orgulho.

No entanto, criar essas áreas privadas protegidas não é nada fácil. Em nosso relatório de atividades de 20 anos, nós entrevistamos uma grande parte dos nossos parceiros locais e muitos afirmaram que um de seus principais desafios era a falta de informação sobre como criar e gerir uma reserva privada protegida. Para muitos, foi um mergulho no escuro, aprendendo muitas lições valiosas por tentativa e erro. Naquela época, surgiu a ideia: desenvolver um manual bem pragmático utilizando a rede de parceiros globais que cultivamos há 20 anos. Nossos parceiros nos permitiram abrir um baú do tesouro de conhecimento e experiência. Conhecimento este que não é encontrado em livros didáticos, e vem de muitos anos de trabalho árduo, enfrentando desafio após desafio, inventando e implementando novas estratégias e instrumentos de proteção e restauração dos inúmeros habitats onde vivem as espécies ameaçadas de extinção.

Nós aprendemos que em todas as culturas e continentes, as pessoas estão comprometidas com seu meio ambiente e se preocupam em protegê-lo. Este guia fornece as orientações para aqueles que desejam preservar e proteger partes importantes de um ecossistema através da criação de uma área protegida privada. O impacto de tais iniciativas constitui uma fonte de esperança; esperança de um mundo mais belo onde a biodiversidade seja valorizada e conservada como a base de toda a vida.

Dr. Coenraad Krijger

Diretor

UICN Países Baixos

Prefácio

American Bird Conservancy



O mundo hoje enfrenta três grandes crises interligadas: a crescente perda de biodiversidade, a desestabilização do clima da Terra e a desigualdade social generalizada. Reservas naturais são soluções importantes para proteger lugares onde a biodiversidade pode prosperar e extinções podem ser evitadas. São soluções importantes para sequestrar carbono e construir resiliência contra eventos climáticos extremos. Além disso, as reservas naturais frequentemente promovem uma sociedade mais equitativa, protegendo fontes de água potável e fornecendo outros serviços ambientais, tanto para as comunidades que vivem nas proximidades como para toda a comunidade global. Se tratarmos bem a natureza, isso pode nos ajudar a tratar melhor uns aos outros. Quando as sociedades alteram esse equilíbrio, os resultados mais frequentes são doenças, pobreza, guerra e outros desastres.

À medida que o mundo enfrenta essas crises, mais e mais reservas naturais serão criadas. Uma coalizão de 50 países se comprometeu a proteger 30 por cento de seus ecossistemas terrestres e costeiros até 2030, sob a bandeira de uma iniciativa conhecida como “30x30”. Esta iniciativa faz parte de uma ampla tendência de promover soluções baseadas na natureza para lidar com as mudanças climáticas, protegendo florestas ricas em carbono e outros habitats. Reservas naturais, especialmente aquelas dentro de áreas da Aliança para Extinção Zero (AZE) e Áreas-chave para a Biodiversidade (KBA, do inglês *Key Biodiversity Areas*), cada uma representando pequenas porcentagens da superfície da Terra (0,2 % para AZE, e 8,8 % da área terrestre e 2,1 % da área marinha para KBAs), são mecanismos particularmente importantes e eficientes para contribuir com esta agenda global – e as áreas protegidas privadas são uma parte importante desta equação.

A manutenção dessas reservas naturais é essencial por duas razões principais. Em primeiro lugar, é necessário manter a integridade ecológica das reservas e os benefícios ambientais que elas proporcionam. Nós já perdemos tanto até agora; não podemos nos dar ao luxo de perder ainda mais do patrimônio ambiental arduamente conquistado. Segundo, manter as reservas naturais é essencial para manter a confiança e a crença do público neste modelo de conservação. Não podemos dar margem para o cinismo e a decepção de “parques de papel” que nunca são totalmente implementados, ou reservas que deixam de funcionar por conta de desafios relacionados à segurança. Reservas sustentáveis requerem compromisso, planejamento e dinheiro para manter presença e custear sua gestão, além de proporcionar acesso às comunidades para que seus benefícios sejam compartilhados com a sociedade de tal forma que promova um incremento nestes benefícios sem degradar os recursos naturais da reserva. Este é um trabalho desafiador!

À medida que a rede de reservas naturais e áreas protegidas cresce, esperamos que este manual seja útil aos nossos parceiros e colegas conservacionistas para estabelecer e gerenciar reservas saudáveis que tenham sucesso em seus objetivos de conservação e persistam para as gerações futuras. Esses ambientalistas que estão criando e gerenciando reservas são seus guardiões, criando uma visão alternativa e mais positiva para um futuro mais saudável, ecológico, diverso, rico e equitativo pelo qual todos podemos lutar, e assim eles merecem todo nosso apoio. Este manual é para estes guardiões heróicos, muitas vezes trabalhando em pequenos grupos, em seu próprio canto do planeta, e que estão mudando o mundo para melhor – uma (ou várias) reserva(s) de cada vez.

Daniel J. Lebbin, PhD

Vice-presidente para Espécies Ameaçadas

American Bird Conservancy

Sumário executivo

Esta publicação destina-se a indivíduos, famílias, empresas, organizações sem fins lucrativos e demais grupos da sociedade civil interessados na aquisição ou arrendamento de terras como uma estratégia de conservação de longo prazo, bem como a doadores internacionais, agências ambientais e outros financiadores de áreas protegidas privadas. Em um formato passo-a-passo, este guia prático abrange nove questões-chave, detalhadas em cada um dos nove capítulos, ou passos: (1) Por que você quer criar uma reserva? (2) Você está preparado para criar uma reserva privada? (3) Como criar uma reserva sustentável? (4) Quanto custa criar uma reserva privada? (5) Como você espera manter a reserva? (6) Como preparar um proposta de aquisição de terra? (7) Como envolver comunidades e demais atores locais? (8) Como promover restauração e *rewilding*? (9) Quais são as principais ferramentas de gestão de reservas privadas? Esse guia foi idealizado e escrito por profissionais de campo para inspirar proprietários e gerentes de áreas protegidas privadas a criar reservas naturais mais sustentáveis.

Definição de termos: áreas protegidas privadas, reservas privadas e RPPNs

Áreas protegidas privadas

O termo recomendado pela UICN para áreas protegidas sob governança privada é “área protegida privada” (do inglês, “privately protected area”, ou PPA). No entanto, ao longo desta publicação, e nos depoimentos dos gestores e proprietários de reservas aqui incluídos, também são utilizados os termos “reserva privada” e “reserva natural”, como formas mais populares e coloquiais.

Reserva privada ou reserva particular?

No Brasil, os termos “reserva privada” e “reserva particular” são sinônimos. Nesta publicação, optamos por utilizar principalmente o termo “reserva privada” por ser mais utilizado internacionalmente, e também para facilitar sua distinção com o termo RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural). As RPPNs são um tipo de reserva privada de uso restrito.

RPPN

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma unidade de conservação de uso sustentável, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) do Brasil, cujo objetivo é conservar a diversidade biológica. São criadas em áreas privadas e gravadas em perpetuidade na matrícula do imóvel.

A RPPN é um tipo de reserva privada de uso restrito, sendo permitidas apenas atividades de pesquisa científica e visitação (turística, educacional ou recreativa).

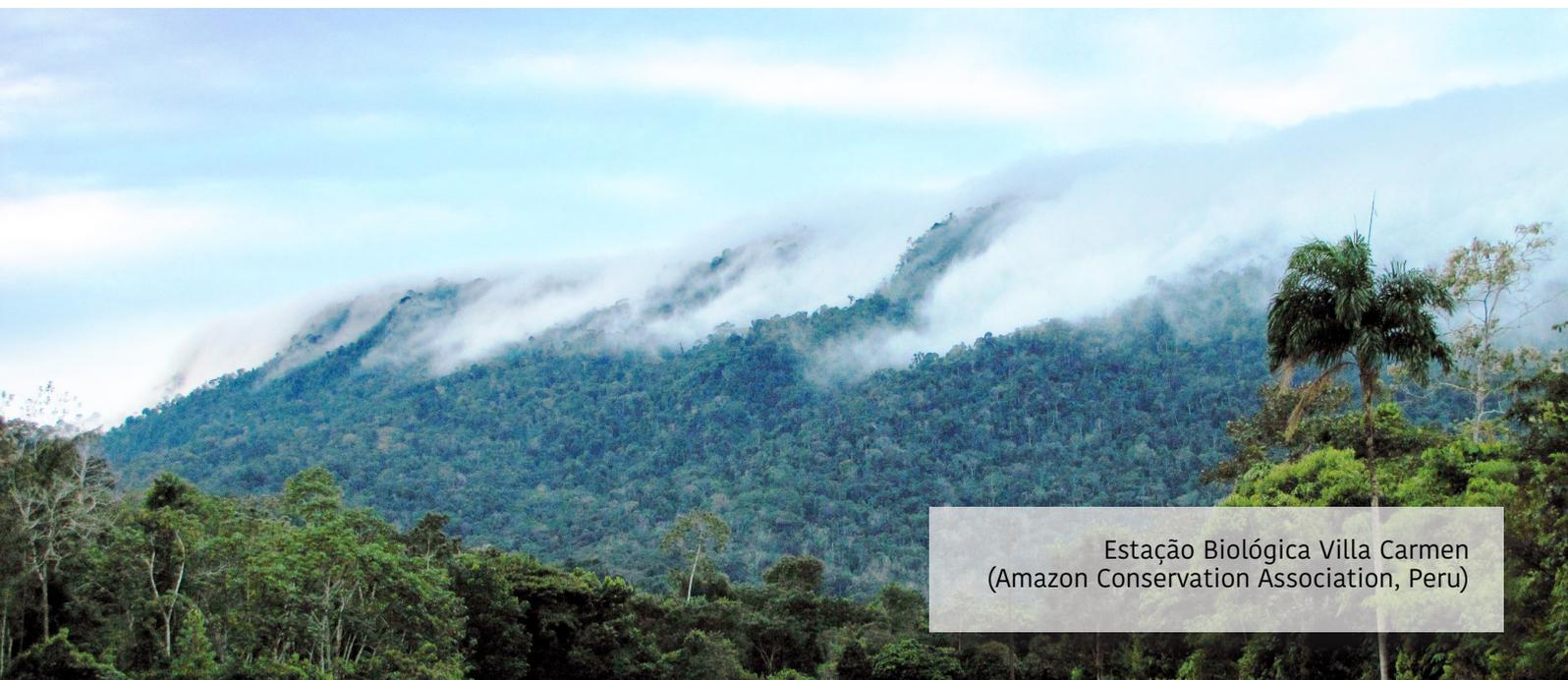
Introdução

Como podemos efetivamente proteger a natureza? A criação de áreas protegidas privadas é uma das formas mais eficazes de envolver a sociedade civil no combate às atuais crises do clima e da biodiversidade. Grupos comunitários, famílias, organizações sem fins lucrativos e empresas podem contribuir para a proteção e restauração de ecossistemas naturais que nos fornecem muitos benefícios diretos (alimentos, água), serviços ambientais (sequestro de carbono) e oportunidades de desenvolvimento (ecoturismo, agrofloresta).

A aquisição de terras, se planejada e implementada com cuidado, é uma das estratégias de conservação mais economicamente viáveis para criação de áreas protegidas privadas, proteção de espécies ameaçadas e seus habitats, e restauração de ecossistemas em larga escala. No entanto, apesar de muito eficaz e gratificante, a criação de reservas privadas apresenta muitos desafios que devem ser considerados desde o início. Ela difere da maioria dos outros projetos de conservação pela sua “eternidade”, exigindo uma maior preocupação com a sustentabilidade econômica no longo prazo e, portanto, a criação de diversas fontes de renda para reduzir sua dependência da contínua captação de recursos.

Para entender melhor esses desafios e oportunidades, nós decidimos perguntar aos especialistas. Para tanto, conduzimos uma pesquisa com mais de 58 gestores de reservas privadas de 22 países, em quatro continentes. Eles representam a rede de parceiros da American Bird Conservancy (ABC) e do Fundo de Aquisição de Terras do Comitê Nacional da UICN dos Países Baixos (LAF/UICN NL), trazendo valiosos conhecimentos e experiências sobre captação de recursos, compra e gestão de reservas privadas.

Além de apresentar dados recentes e inéditos de especialistas que estão na linha de frente, a pesquisa também identificou os principais aspectos que os participantes gostariam que fossem abordados em uma publicação com foco na criação, gestão e sustentabilidade de áreas protegidas privadas. Os resultados mostram que, de 58 reservas privadas pesquisadas, apenas 4% são economicamente auto-suficientes, e 76% dependem principalmente ou totalmente de captação contínua de recursos para manutenção e proteção de suas reservas.



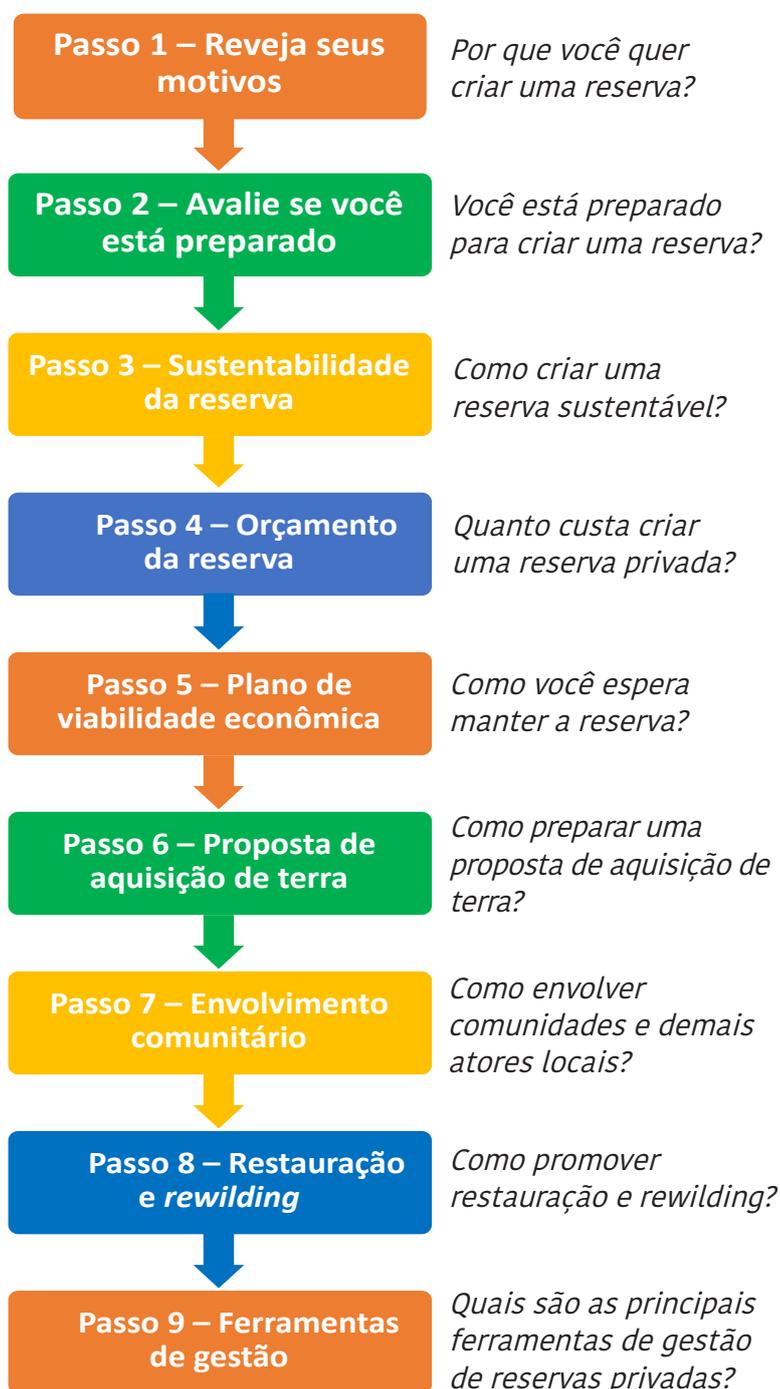
Estação Biológica Villa Carmen
(Amazon Conservation Association, Peru)

Introdução

O objetivo deste guia prático é trazer informações úteis para aqueles que desejam criar e gerir reservas naturais, com base em nossas próprias experiências e nas lições compartilhadas pela nossa rede de gestores de áreas protegidas privadas.

Ele foi concebido num formato passo-a-passo, cobrindo aspectos relacionados à **criação de reservas** (Passos 1 e 2), **sustentabilidade e captação de recursos** (Passos 3 a 5), **elaboração de uma proposta de captação** (Passo 6), **envolvimento das comunidades** (Passo 7), **restauração e rewilding** (Passo 8) e **ferramentas de gestão** (Passo 9). Cada um dos nove capítulos, ou passos, apresenta quatro seções:

- **CHECKLIST** – uma introdução ao tema de cada passo, e uma lista de aspectos importantes a considerar.
- **PESQUISA** – apresentando os resultados de nossa pesquisa global, relacionados ao tema de cada passo.
- **TESTEMUNHOS** – trazendo dicas e experiências práticas da comunidade internacional de gestores de reservas.
- **COMO FAZER** – detalhando os tópicos mais importantes escolhidos pelos participantes da pesquisa.



Áreas protegidas privadas são ferramentas poderosas para restaurar habitats, proteger espécies ameaçadas, criar corredores de vida selvagem e desenvolver práticas mais sustentáveis a nível local.

No início da Década das Nações Unidas para a Restauração de Ecossistemas, indivíduos, empresas e organizações sem fins lucrativos também podem contribuir, através da conservação e regeneração de ambientes naturais e seus serviços, para a saúde geral do planeta e sua capacidade de prover para todos os seres.

Esperamos que este guia prático possa inspirar os futuros proprietários de reserva a tornar seus projetos mais sustentáveis, além de oferecer ferramentas úteis para aqueles que já lidam com os desafios diários de proteção e gestão de reservas privadas.

PASSO 1 - REVEJA SEUS MOTIVOS



*Por que você quer
criar uma reserva?*



O soldadinho-do-araripe, ave criticamente ameaçada de extinção, possui um lar seguro na RPPN Oásis Araripe (Aquasis, Brasil).

Por que você quer criar uma reserva?

A criação de uma área protegida privada pode ser a realização de um sonho, e um desejo de longa data para muitas pessoas e instituições preocupadas com a conservação. No entanto, os desafios para manter uma reserva são enormes e devem ser levados em conta antes de se embarcar nesta aventura de longo prazo. Em primeiro lugar, você deve avaliar seus motivos. Eles estão alinhados com seus objetivos mais amplos de conservação?

Esta seção inicial apresenta questões norteadoras que devem ajudar a revisar e avaliar os motivos para comprar terras e criar uma reserva privada. Esta avaliação deve ser conduzida coletivamente pelo grupo de pessoas interessado na criação da reserva (como uma família, grupo comunitário, empresa ou organização sem fins lucrativos) desde o início, como um exercício para guiá-los através do processo de criação de uma reserva natural sustentável. Por que você deseja criar uma reserva? A resposta a esta pergunta deve ser clara e relevante, para você, seus parceiros e potenciais doadores.



A Reserva Ecológica Guapiaçu (REGUA, Brasil) protege a vida silvestre e os recursos hídricos no estado do Rio de Janeiro.

Quais os seus motivos para criar uma reserva privada?

Existem muitos motivos associados à criação de áreas protegidas privadas, tais como a proteção de espécies e habitats ameaçados, ou outros recursos naturais. Outras razões podem ser menos tangíveis, relacionadas a valores emocionais, altruístas, culturais ou coletivos.

De maneira geral, esses anseios provêm de pessoas visionárias que perceberam - seja por conta de suas pesquisas, suas experiências pessoais com a natureza, seus meios de subsistência ligados à terra, ou simplesmente pela empatia com todos os seres vivos - que há muito mais para se aprender e se beneficiar com a natureza. Em vez de transformar totalmente os ambientes naturais, eles estão criando novos modelos de convivência e sustentabilidade, inspirados na natureza e adaptados a novas prioridades de conservação e demandas da sociedade.

Embora invariavelmente desprendidas e bem-intencionadas, as iniciativas de criação de reservas privadas também devem ter certeza de que esta é uma estratégia realista, considerando os recursos e a capacidade de cada organização, e se elas estão alinhadas com seus alvos e objetivos de conservação (veja “Você está preparado para criar uma reserva?”, p.12).

Quais são seus alvos de conservação?

De acordo com a [Terminologia Padrão da WWF](#), um alvo de conservação é “um elemento específico no qual um projeto decidiu focar e cuja condição o projeto busca impactar”. Em outras palavras, seus alvos são os recursos naturais mais importantes que você quer conservar – considerando não apenas suas aspirações pessoais, mas também os interesses de sua comunidade e as necessidades do planeta. Eles geralmente estão relacionados com as questões ambientais mais urgentes para os próximos anos e para as gerações futuras. A maioria das organizações geralmente têm um alvo bem claro: uma espécie ameaçada, um tipo específico de habitat, um recurso local importante, ou uma função ecológica essencial, como polinização ou dispersão de sementes. Seja qual for seu alvo de conservação, tenha sempre objetivos claros, realistas e mensuráveis, e com prazos bem definidos.

Por que você quer criar uma reserva?

Seus motivos e objetivos estão alinhados?

Os motivos para se criar uma reserva privada devem estar alinhados com seus objetivos de conservação de longo prazo. A reserva trará benefícios significativos para seus alvos de conservação? Fará parte de uma estratégia mais ampla para alcançar seus objetivos? Você tem clareza de como seus motivos se encaixam nas prioridades de ação para seus alvos de conservação? Seus motivos estão alinhados com os interesses locais e as prioridades globais? Você está considerando um processo de conservação de longo prazo? Estas são algumas das questões importantes que os financiadores internacionais gostariam de ver em uma proposta de financiamento, pois ajudam a demonstrar se uma organização está no caminho certo para criar uma reserva privada sustentável.

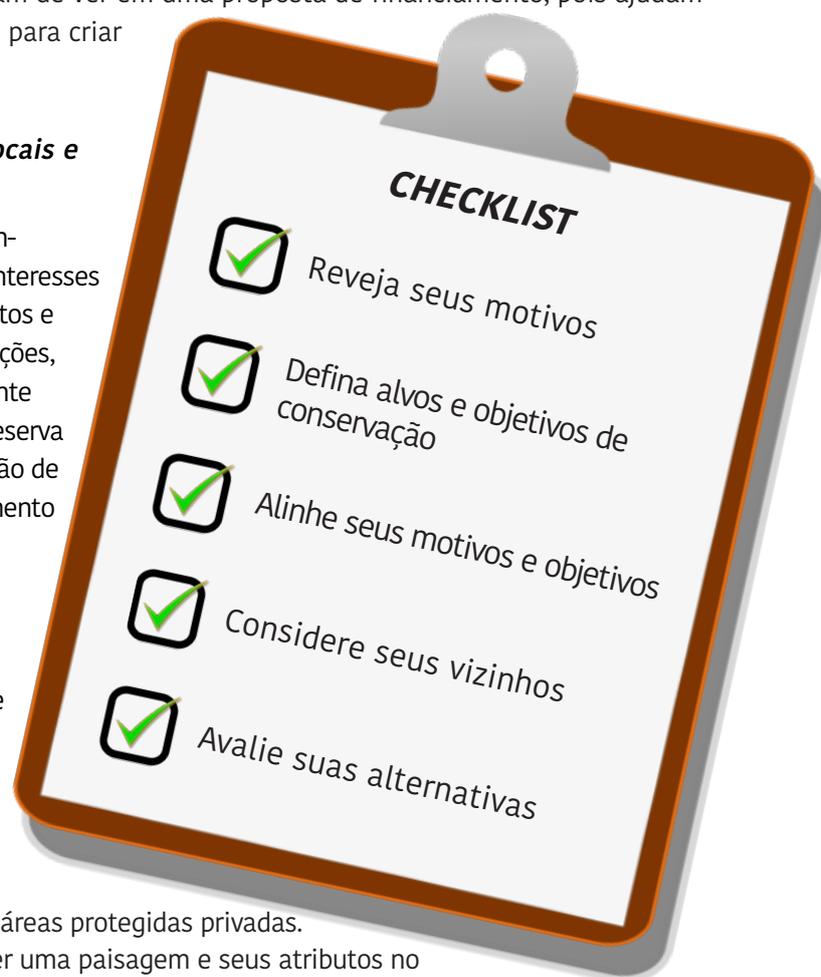
Você está levando em consideração interesses locais e prioridades globais de conservação?

Projetos de longo prazo, como reservas naturais bem-sucedidas, devem considerar desde o princípio os valores e interesses das comunidades do entorno. Compreender potenciais conflitos e sinergias é essencial para prever e lidar com diferentes situações, aproveitando as oportunidades existentes. Para agir localmente com responsabilidade, devemos pensar globalmente. Cada reserva faz parte de uma crescente rede planetária para a regeneração de funções e serviços ecológicos, bem como para o desenvolvimento de formas mais sustentáveis de se viver. Nós temos uma responsabilidade compartilhada com a comunidade global, no sentido de proteger nossas espécies endêmicas, recursos locais únicos e práticas ancestrais exclusivas da nossa região, para que futuras gerações possam ter a oportunidade de desfrutar dos benefícios proporcionados pela diversidade biológica e seus serviços ambientais.

Existem outras alternativas mais econômicas?

A aquisição de terras não é a única forma de criar áreas protegidas privadas. Embora seja um dos métodos mais confiáveis para proteger uma paisagem e seus atributos no longo prazo, é uma opção bastante cara e, em algumas sociedades, culturalmente ou legalmente impraticável. Assim, é importante refletir se existem outras alternativas mais baratas ou socialmente aceitas, de modo que parte dos recursos que seriam utilizados para a compra da terra poderia ser investido em outras despesas essenciais. O arrendamento de terras e as reservas municipais são algumas das alternativas à compra de terras. O arrendamento é o equivalente a um aluguel, geralmente por períodos mais longos – tanto que estes contratos costumam ser pagos anualmente, ao invés das parcelas mensais predominantes em contratos de locação.

Vale ressaltar que o arrendamento para criação de reservas também pode ser realizado em terras comunitárias ou terras públicas geridas por instituições privadas, dependendo da legislação em vigor. Os depoimentos dos especialistas em gestão de reservas privadas de diferentes países apresentados neste guia ilustram alguns exemplos práticos de experiências de arrendamento (veja “Estratégias para criação de reservas: arrendamento de terras para conservação”, p.37) e a importância de considerar fatores socioculturais ao avaliar outras alternativas (veja “Incentivos para reverter o desmatamento: uma abordagem comunitária”, p.76).



A pesquisa global sobre áreas protegidas privadas

Como parte de um esforço conjunto do Fundo de Aquisição de Terras da UICN dos Países Baixos e American Bird Conservancy, no sentido de compreender melhor os atuais desafios e oportunidades para a criação e gestão de reservas, foi realizada uma ampla pesquisa para compilar e compartilhar as experiências de suas redes de parceiros gestores de reservas privadas. A pesquisa foi aplicada aos membros das redes de proprietários e gerentes de reservas de ambas as organizações, compostas principalmente por pequenas organizações sem fins lucrativos e grupos comunitários em países em desenvolvimento. Os entrevistados representam 58 reservas privadas em 22 países e quatro continentes (Figura 1).

A pesquisa teve como objetivo trazer orientações e exemplos práticos para organizações sem fins lucrativos, comunidades, grupos indígenas, municípios, agências financiadoras, organizações conservacionistas globais, proprietários de terras (indivíduos, pequenas empresas, corporações), patrocinadores privados e quaisquer outros grupos interessados no financiamento de reservas naturais sustentáveis ou na captação de recursos para sua criação e gestão. Os resultados deste esforço encontram-se ilustrados e discutidos na seção Pesquisa de cada capítulo, ou passo.

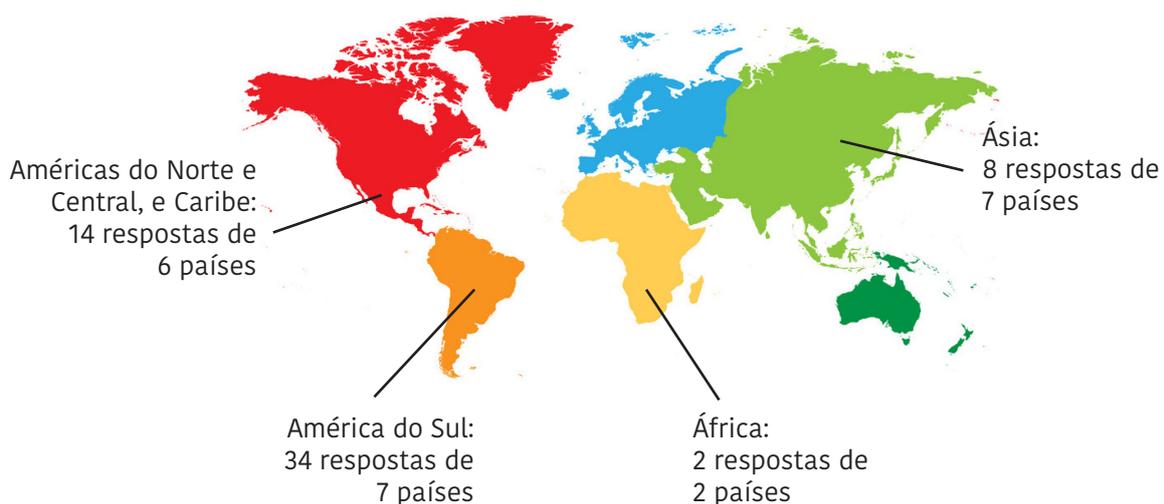


Figura 1. Abrangência geográfica da pesquisa: 58 participantes de 22 países representando 55 instituições responderam a pesquisa.

Os resultados da pesquisa mostraram que:

- as reservas foram criadas principalmente para proteger espécies (37%), habitats (30%) e recursos hídricos (15%);
- apenas 52% das organizações possui uma equipe dedicada à captação de recursos;
- 76% das reservas dependem de captação contínua de recursos, e apenas 4% são economicamente sustentáveis;
- construção de alojamentos e escritórios foram os principais custos relacionados com a implementação da reserva (40%), seguidos por custos com cercamento (15%), vias de acessos (9%) e veículos (9%);
- salários de funcionários da reserva foram a despesa mensal mais significativa para 81% dos entrevistados;
- 70% das reservas possuem planos de manejo, mas apenas 26% fizeram planos de negócios para suas atividades geradoras de renda.

Os participantes da pesquisa também solicitaram informações sobre vários aspectos relacionados à criação, gestão e sustentabilidade de reservas privadas, que foram considerados na elaboração deste guia prático, tais como: elaboração de propostas para captação de recursos e aquisição de terras; promoção de sustentabilidade econômica; desenvolvimento de instrumentos de gestão; e engajamento de comunidades e outros atores sociais.

Quais foram seus motivos para criar uma reserva privada?

A primeira pergunta apresentada na pesquisa foi relacionada às razões que motivaram a criação das reservas privadas. Mais de 80% dos entrevistados declararam que a razão mais importante para a criação da reserva estava relacionada com a proteção da biodiversidade e recursos naturais, como espécies (37%), habitats (30%) ou recursos hídricos (15%). Outros motivos relacionaram-se a oportunidades para expandir a reserva e/ou sua conectividade com outras áreas protegidas, proteção a valores culturais, e desenvolvimento do ecoturismo (particularmente a observação de aves) (Figura 2). A grosso modo, as respostas podem ser divididas em quatro grupos principais de razões relacionadas a: (1) conservação de ambientes naturais e elementos associados, tais como espécies, habitats e recursos hídricos; (2) oportunidades para expandir as reservas existentes ou aumentar sua conectividade; (3) desenvolvimento do ecoturismo, especialmente a observação de aves; e (4) proteção a valores culturais e outras razões menos tangíveis.

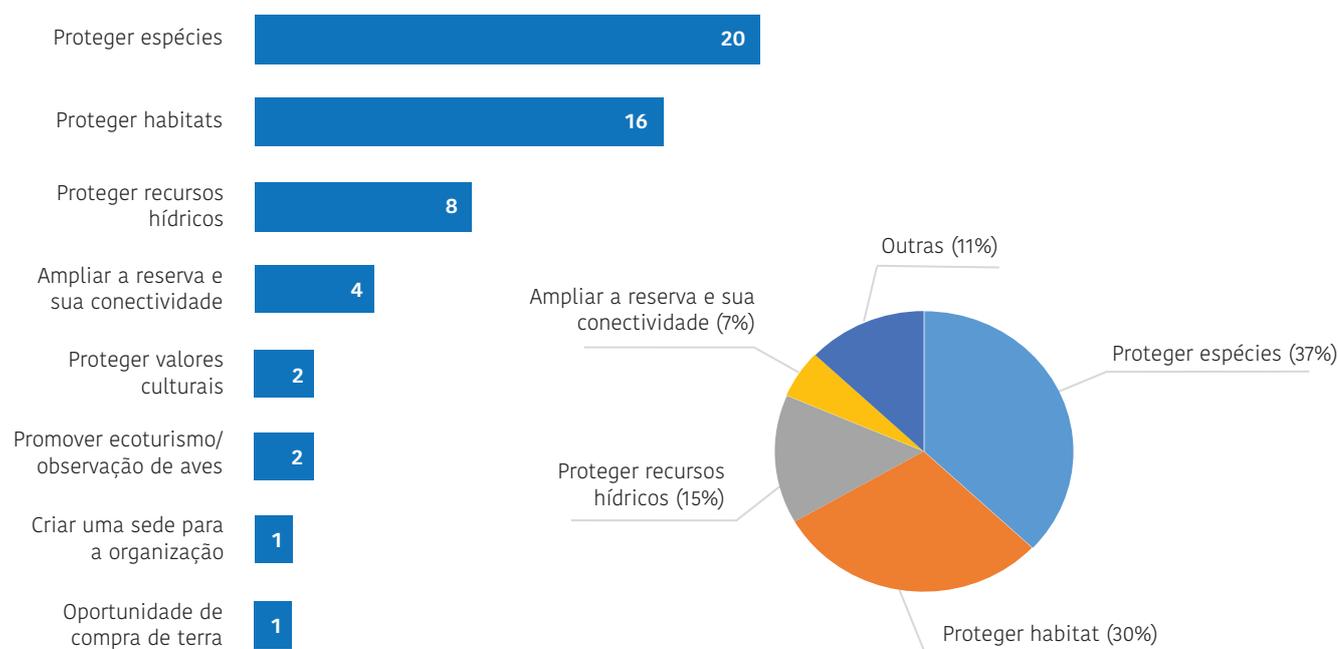


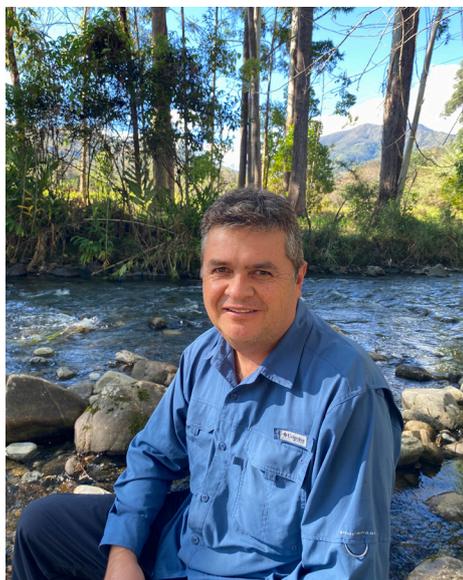
Figura 2. Resultados da pesquisa: motivos para criação de reservas privadas. Razões principais para criação de reservas privadas em valores absolutos (gráfico de barras) e porcentagem das respostas (gráfico de pizza). A categoria “Outras” encontra-se detalhada no gráfico de barras.

Mais de 80% das reservas pesquisadas foram criadas principalmente para proteger espécies, habitats e recursos hídricos.

“Motivos para criar uma reserva: proteger recursos hídricos”

Renzo Paladines

Nature & Culture International, Equador



Renzo é o diretor para América Latina da NCI e Diretor Executivo do Equador desde 1996. É mestre em Zootecnia pela People's Friendship University em Moscou, e observador de aves apaixonado.

Num cenário de mudança climática cada vez mais perceptível e crítico, a conservação da água tornou-se uma prioridade crescente para autoridades e habitantes de cidades e povoados em todo o mundo. Para as pessoas que vivem nas montanhas, é evidente a relação direta entre o estado de conservação das florestas e dos *páramos*, na parte superior das bacias hidrográficas, e a qualidade e quantidade de água disponível para uso nas partes inferiores.

Durante os últimos 25 anos de trabalho de conservação nos Andes tropicais, eu aprendi que proteger as fontes de água é uma estratégia de fácil compreensão e aceitação pelas autoridades e pelo público em geral. Na maioria dos casos, estes atores estão até dispostos a contribuir financeiramente para a proteção deste serviço ambiental fundamental mediante o pagamento de uma taxa ambiental. As florestas e *páramos* dos Andes, com graus variados de intervenção humana, normalmente pertencem a comunidades ou proprietários de terras. Os proprietários praticam agricultura de subsistência e pecuária, pouco rentável devido às difíceis condições climáticas, topográficas, e da baixa qualidade do solo. A maioria desses proprietários de terras vive nas cidades e comunidades das planícies. No entanto, eles usam a água que vem dos *páramos* e florestas localizados nas bacias hidrográficas superiores.

Estas circunstâncias tornaram mais fácil a celebração de acordos de conservação com base em mecanismos de compensação, que estabelecem que os usuários na bacia hidrográfica inferior paguem uma taxa ambiental para compensar os proprietários de terras pela substituição de atividades extrativistas por outras com um sistema mais ambientalmente amigável. Além disso, os proprietários de terras podem realizar atividades de conservação e restauração dos ecossistemas naturais em suas propriedades. Em alguns casos, esta taxa também é usada para financiar a compra de propriedades na bacia hidrográfica superior.

Nos últimos 15 anos, este modelo desenvolvido em seis municípios da região sul do Equador, espalhou-se por grande parte do país e foi replicado em países vizinhos. A sua implementação tornou possível o estabelecimento de mais de 1 milhão de hectares (2,4 milhões acres) de reservas municipais e nacionais, restauração de 2.000 ha (4.900 acres) de florestas e geração de 10 milhões de dólares para a conservação de fontes de água em mais de 60 municípios, lar de mais de 3 milhões de habitantes.

-
- Autoridades e usuários devem estar conscientes da importância da conservação dos recursos hídricos.
 - Envolver autoridades locais para desenvolver uma vontade política de conservação da água.
 - Procurar assistência técnica de Universidades, ONGs e instituições especializadas em conservação.
 - Apoiar a criação de áreas protegidas para a conservação de recursos hídricos.
 - Propor a criação de taxas de conservação ambiental, incluídas nas contas de água dos usuários.
 - Promover conservação de fato, através da educação, patrulhamento, monitoramento e restauração.

“Motivos para criar uma reserva: proteger um ecossistema ameaçado”

Pham Tuan Anh

Viet Nature, Vietnã



Tuan Anh é co-fundadora, presidente e CEO do Viet Nature Conservation Centre. Ela acredita que a conservação deve partir do coração e da mente das pessoas e ter profundas raízes locais para ser sustentável.

Dong Chau – Khe Nuoc Trong era uma floresta de proteção de bacias hidrográficas com cerca de 20.000 ha (48.000 acres) de matas úmidas e perenes de planície, lar para mais de 40 espécies globalmente ameaçadas. Antes do trabalho da Viet Nature, seu *status* legal significava que não era uma área protegida; embora a extração de madeira fosse proibida, não havia regras para a conservação da vida selvagem. Reconhecendo as crescentes ameaças na região – conversão de florestas para agricultura, plantações de seringueiras e madeira-de-lei, pressões desenfreadas de caça – a Viet Nature estava determinada a promover a proteção do local. No entanto, as autoridades locais, preocupadas com a reação pública e a responsabilidade de se criar uma área protegida, preferiram mantê-la como “uma bela adormecida”, em vez de expô-la aos holofotes!

Portanto, nós tivemos que encontrar uma maneira de gerenciá-la como reserva natural, enquanto defendíamos sua designação oficial. Comprar grandes áreas naturais no Vietnã é quase impossível. De acordo com a nossa Constituição, “a terra pertence a todo o povo, com o Estado atuando como representante do proprietário e administrando igualmente a terra”, embora os usuários possam receber direitos de uso da terra. Além disso, os preços da terra no Vietnã tornaram-se muito altos. Por isso, optamos por arrendar um “ambiente florestal”, ao invés de uma terra com florestas: essa foi a nossa inovação. Como arrendamos o ambiente florestal para fins de pesquisa científica e conservação, o proprietário é responsável por trabalhar conosco para conservar toda a Floresta de Proteção da Bacia Hidrográfica de Dong Chau.

Em 2013 e 2014, o arrendamento de ambientes florestais para a conservação da natureza no Vietnã era tão novo que as organizações conservacionistas internacionais estavam inseguras sobre a ideia. Hoje, nossa abordagem de longo prazo, com arrendamento de 30 anos e pagamentos adiantados, provou ser uma excelente escolha. Nossos métodos concentravam-se na construção de relacionamentos, *lobby* e colaboração para conquistar os corações e as mentes das pessoas.

Nos últimos oito anos, as autoridades locais e as comunidades ganharam confiança no Viet Nature, tratando-nos como atores locais de longo prazo e aliados. Eles estão abertos a receber nosso suporte técnico e recomendações, tais como resoluções de problemas de uso da terra, conflitos entre comunidades e proprietários de terras, madeira sustentável com a certificação do Forest Stewardship Council, etc. A designação formal da área tem vantagens claras: maior proteção legal para conservação da biodiversidade; mais investimento por parte dos governos; e mais envolvimento público em sua gestão. E também fica muito mais difícil legalmente converter a terra de uma reserva natural para outros usos.

-
- ✓ A aquisição de terras é possível em qualquer sistema de posse da terra, inclusive quando a terra pertence ao estado.
 - ✓ A administração e a conservação da terra podem assumir diferentes formas; tudo depende da inovação.
 - ✓ Crie uma relação próxima com as partes interessadas locais, atinja seus corações e mentes, e crie sinergia para a conservação.
 - ✓ Pense fora da caixa! Construir novos modelos de conservação é possível com inovação.
 - ✓ Crie capacidade local! Estabeleça compromissos de longo prazo através da capacitação.
 - ✓ No nosso caso, a área arrendada tornou-se um ponto de apoio para a conservação e, esperamos, também um reduto!

“Motivos para criar uma reserva: arrendar pastagens para a vida silvestre”

Khalil Karimov

BOKU, Tadjiquistão



Khalil é veterinário e biólogo de fauna silvestre da Universidade de Recursos Naturais e Ciências da Vida, Viena (BOKU). Nos últimos 12 anos, tem trabalhado na conservação do leopardo-das-neves e suas presas no Tadjiquistão.

No Tadjiquistão, toda a terra do país é propriedade do governo, então a única opção para criar uma reserva privada é arrendando a terra. Existem diferentes tipos de arrendamentos, principalmente para pecuaristas, silvicultores e caçadores. Nós recebemos apoio para arrendamento de pastagens exclusivamente para a fauna silvestre. Fizemos parcerias com os criadores de gado através de um acordo: pedimos seu apoio para evitar as principais zonas onde vivem o íbex e o markhor (cabras selvagens das montanhas), e eles poderiam usar as áreas de pastagem restantes. A comunidade recebeu recursos para realizar monitoramentos e levantamentos populacionais.

Após um ano, a pesquisa mostrou não apenas que a população estava se regenerando, mas que também animais de áreas próximas se mudaram para a área protegida privada. Como sabíamos que ao alterar a rota dos criadores de gado estaríamos interferindo com a sua subsistência, decidimos doar ferramentas com as quais não estavam equipados. Essa atenção e respeito ao seu trabalho contribuíram para a construção de um relacionamento forte com os pecuaristas, enquanto valorizávamos a conservação.

Outro desafio que enfrentamos foi a corrupção dentro da comunidade. Isso pode resultar em situações de estresse. Se você perceber que existem mecanismos de corrupção afetando seu projeto, comunique isso de forma transparente aos seus doadores. É importante ter a mente aberta sobre como encontrar soluções em conjunto. Esconder esses assuntos dos financiadores irá prejudicar a confiança, e pode ter maiores consequências para o projeto.

Quando uma ação urgente for necessária para conservar uma espécie, não entre em pânico. Nós redescobrimos uma população de Bukhara markhor que havia sido declarada extinta nas montanhas Pamir. As espécies são resistentes. Se eles resistiram apesar de terem sido considerados extintos, isso significa que eles não desaparecerão em alguns meses. É melhor investir tempo e energia para entender adequadamente as causas do declínio populacional e elaborar um plano de conservação bem informado e eficaz. Igualmente crucial é a construção de relações de confiança com as comunidades e outras partes interessadas para ter aliados que apoiem a implementação do plano e das atividades de conservação.

Não foque em uma única espécie, isso pode confundir as pessoas e levá-las a tomar atitudes contrárias aos objetivos do programa. Inicialmente focamos na conservação do íbex, a principal presa dos leopardos-das-neves. Como os incentivos eram direcionados para preservação do maior número de íbexes, houve casos de pessoas matando leopardos-das-neves. Esta foi uma grande lição que nos ensinou a sempre apresentar o projeto como um programa de conservação multiespecífico. Dependendo do caso, dar destaque apenas a uma espécie pode ser uma estratégia perigosa.

Por fim, encontre e capacite defensores locais que se preocupem e tenham entusiasmo para influenciar a comunidade, para que possam causar impacto. Esse empoderamento pode ser financeiro, social, emocional ou apenas alguém confiável para se aconselhar.

- Envolve todas as partes interessadas desde o início para criar uma base sólida para o futuro.
- Seja realista sobre as vantagens da conservação e os possíveis impactos nas vidas das pessoas.
- Seja sempre transparente com os financiadores.
- A conservação de uma única espécie pode ser uma estratégia perigosa.
- Nem todos podem participar ativamente, mas o respeito deles pelo que você faz é essencial.
- Procure recompensar a comunidade. Cumpra suas promessas e a confiança aumentará cada vez mais.

Como destacar seus alvos de conservação

Ao preparar uma proposta para aquisição de terra ou gestão de reserva, você deve mostrar claramente por que uma determinada propriedade ou área é importante para a conservação. Normalmente, os atributos de conservação mais importantes de uma paisagem estão intimamente relacionados aos seus alvos de conservação, e estes devem ser destacados em sua proposta.

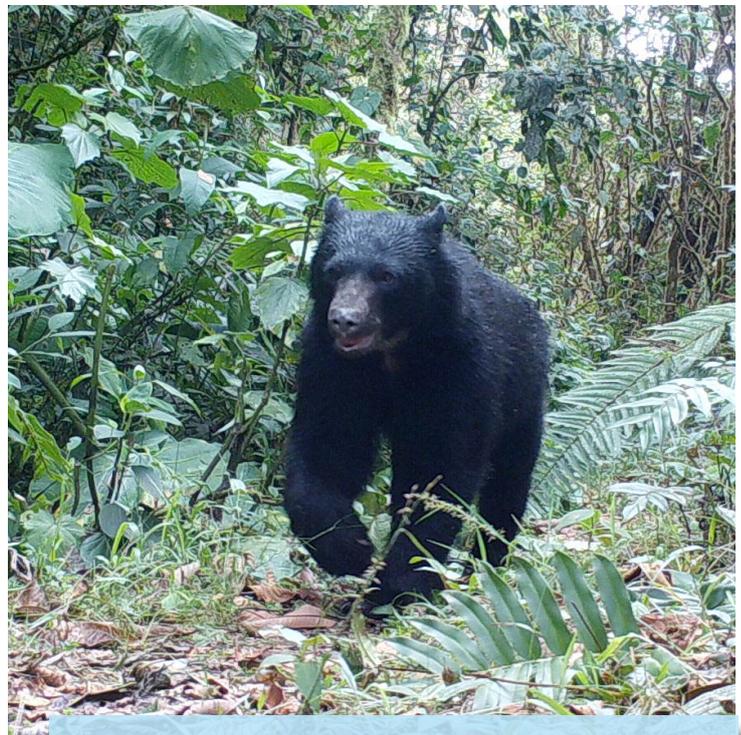
De acordo com nossa pesquisa, os principais atributos que motivaram a criação de reservas foram relacionados à proteção de espécies, habitats, recursos hídricos e valores culturais. O objetivo desta seção é orientar gestores e aspirantes a proprietários de reservas sobre como identificar a relevância de conservação de sua área, e onde encontrar as fontes certas de informação para demonstrar essa importância aos financiadores.

Espécies migratórias, endêmicas e ameaçadas de extinção, com suas respectivas categorias de risco de extinção ou estado de conservação, são alguns dos atributos mais comumente destacados nas propostas de compra de terras e gestão de reservas. Certifique-se de pesquisar não apenas os pássaros e mamíferos ameaçados, mas também incluir plantas, sapos, répteis e até insetos. Você pode usar sites colaborativos confiáveis, como iNaturalist (www.inaturalist.org) para obter dados da sua área.

Espécies ameaçadas e suas classificações de risco de extinção podem ser encontradas em avaliações globais (Lista Vermelha da UICN, www.iucnredlist.org), nacionais e subnacionais (estaduais, provinciais, municipais). A maioria dos financiadores internacionais segue as diretrizes e categorias globais da UICN, que deve ser a sua fonte primária para consultar o estado de conservação das espécies.

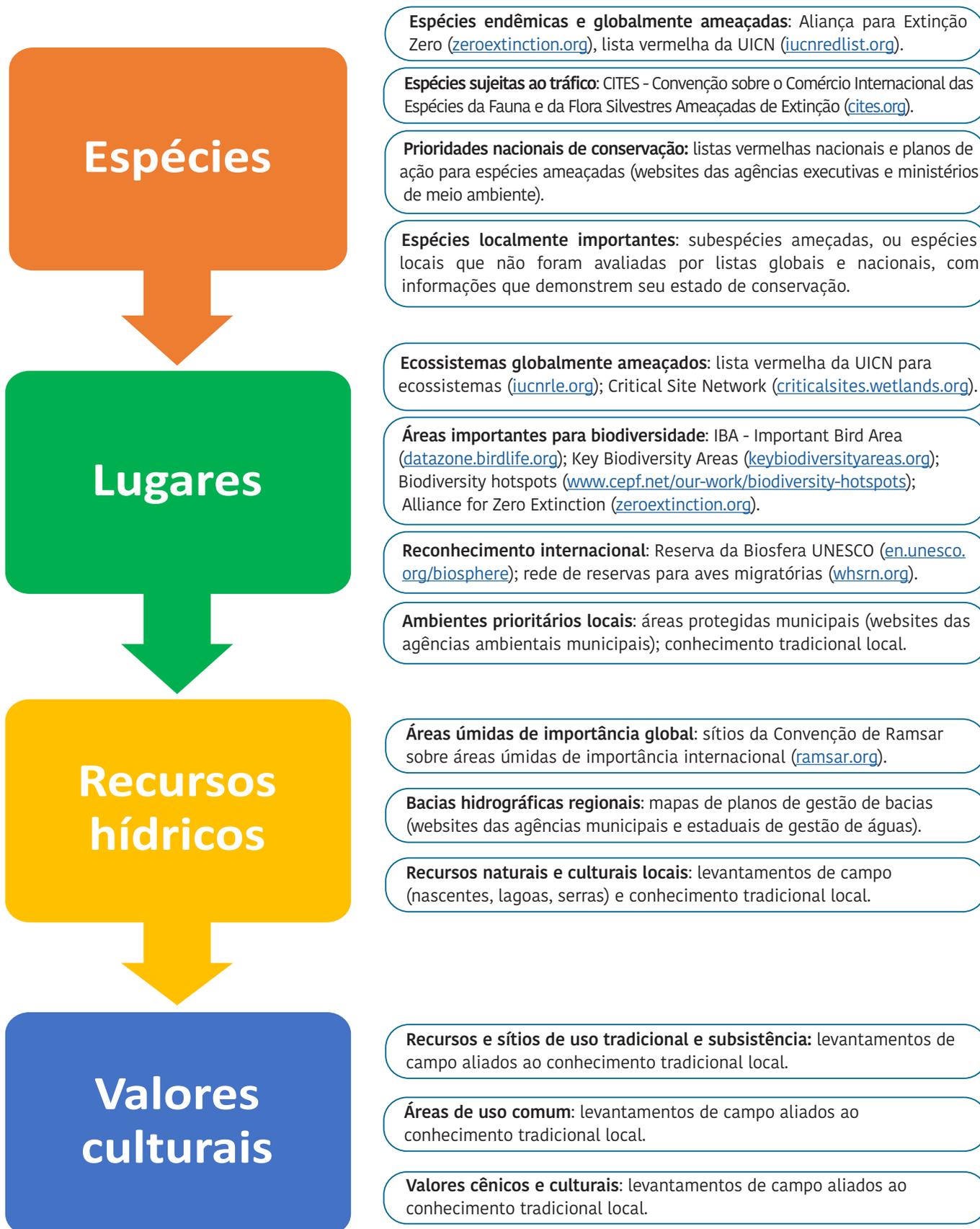
Além disso, pesquise outros sistemas que estabelecem prioridades para conservação – tais como Áreas-chave para Biodiversidade (*Key Biodiversity Areas/KBA*), Áreas Importantes para Aves (*Important Bird Areas/IBA*), Aliança para Extinção Zero (*Alliance for Zero Extinction/AZE*), sítios Ramsar e os Biodiversity Hotspots destacados pela Conservação Internacional, conforme exemplificado no infográfico na página a seguir – no sentido de destacar o máximo possível o valor ecológico e a urgência de conservação da sua área.

Ambientes críticos para espécies migratórias ou ameaçadas (de alimentação, reprodução, invernagem) e recursos naturais prioritários (recursos hídricos, matas ciliares) também podem ser destacados como atributos a serem conservados. Da mesma forma, deve-se ressaltar a conectividade entre fragmentos florestais e a conservação de funções ecológicas que se traduzem em bens e serviços ambientais para o bem-estar humano, como o aumento da dispersão de sementes e polinização. Iniciativas motivadas por valores culturais e conservação comunitária também podem apresentar suas metas e indicadores de conservação nos níveis local, nacional e global.



O urso-andino-de-óculos, considerado globalmente Vulnerável pela lista vermelha da UICN, está protegido na reserva privada de Serraniagua (Colômbia).

Como destacar seus alvos de conservação



PASSO 2 - AVALIE SE VOCÊ ESTÁ PREPARADO



*Você está preparado
para criar uma reserva?*



O arrendamento de florestas na bacia de Dong Chau protege o habitat do gibão-de-bochechas-brancas, primata criticamente ameaçado de extinção (Viet Nature, Vietnã).

Você está preparado para criar uma reserva?

Depois de rever seus motivos e certificar-se que estejam alinhados com seus objetivos de conservação, e considerando as questões sociais locais, o próximo passo é verificar se sua organização tem capacidade para conduzir processos de conservação de longo prazo, tais como manter de forma sustentável uma área protegida privada. Os principais problemas que as pequenas organizações ou grupos comunitários têm quando solicitam apoio financeiro para aquisição de terras junto a doadores internacionais estão relacionados com governança, registro legal da terra e capacidade administrativa.

Você deve demonstrar que sua organização é capaz de realizar todas as atividades propostas no projeto, possuindo estrutura administrativa e de captação de recursos adequada para manter uma reserva. A maioria dos financiadores prioriza parceiros que demonstram ter capacidade de lidar com projetos de longo prazo e grandes quantidades de recursos. A experiência mostrou a eles que organizações que possuem certas ferramentas de gestão e planejamento – como um conselho de administração, auditoria externa, estatutos, planos estratégicos – são as que têm maior chance de sucesso.



A Pronatura está criando refúgios e corredores privados para proteger a biodiversidade da Reserva da Biosfera Mariposa Monarca (México).

Você está legalmente autorizado a administrar uma reserva particular?

Sua organização precisa estar legalmente registrada em seu país. Isso geralmente inclui papelada trabalhosa, como registrar formalmente estatutos e regimentos previamente aprovados, e enquadrar-se em uma categoria fiscal específica (por exemplo, sem fins lucrativos). Você também deve ter uma conta bancária em nome da organização e apresentar declarações fiscais regularmente todos os anos.

A missão da organização deve estar alinhada com os motivos para criar uma reserva privada. O ideal é que seus estatutos e regimentos internos incluam temas específicos relacionados à transparência do processo decisório e à destinação do patrimônio da organização, conforme destacado a seguir.

Você possui ferramentas adequadas de administração e tomada de decisão?

Num cenário típico e nobre, um grupo de amigos se reúne para formar uma organização sem fins lucrativos porque estão empolgados com a ideia de proteger uma área, habitat ou espécie. Seus esforços iniciais foram bem-sucedidos e eles percebem que o próximo passo importante é criar uma área protegida por meio da compra de terras. Infelizmente, quando pequenas organizações começam a gerir grandes equipes e recursos, frequentemente estão mais propensas a conflitos internos. Se não houver uma estrutura superior para resolução desse tipo de problema, como você pode demonstrar que sua organização pode lidar com os desafios de longo prazo de administrar uma reserva privada?

A maioria dos financiadores internacionais entende que a solução para este problema é que uma organização sem fins lucrativos deva ter um conselho de administração voluntário, independente e soberano, um grupo diversificado de profissionais que se preocupa com a conservação e oferece seu tempo e conselhos (e às vezes fundos) para orientar a organização e garantir a sua transparência. Se a sua organização não tiver um conselho ou arranjo semelhante, você pode inseri-lo em sua proposta de captação de recursos como parte de um projeto de “fortalecimento institucional” (ver “Como desenvolver ferramentas organizacionais”, p.19).

Você está preparado para criar uma reserva?

Você mantém a contabilidade em dia e realiza auditorias externas?

Um biólogo digitando recibos numa planilha pode funcionar para um pequeno projeto, mas quando os recursos aumentam significativamente, você precisa pensar em contratar profissionais treinados em sistemas financeiros e contadores para gerenciar suas finanças. Esses itens podem ser incluídos na sua proposta de captação, deixando claro que os recursos irão permitir a contratação de pessoal ou serviços especializados, ou resolver o problema de outra forma semelhante.

A realização de auditorias externas anuais é uma forma amplamente utilizada para garantir que as organizações sem fins lucrativos cumpram seus requisitos legais e fiscais. Como esta prática é bastante recomendada por financiadores internacionais, acaba sendo um custo extra que deve ser considerado como parte da gestão de uma organização em crescimento. Da mesma forma que uma primeira auditoria externa muitas vezes mostra irregularidades contábeis, também fornece um roteiro para resolvê-las. Os custos relacionados à contratação de uma auditoria externa são perfeitamente aceitáveis em propostas de captação de médio a grande porte.

Você possui planejamento de longo prazo e seu estatuto trata da destinação do patrimônio?

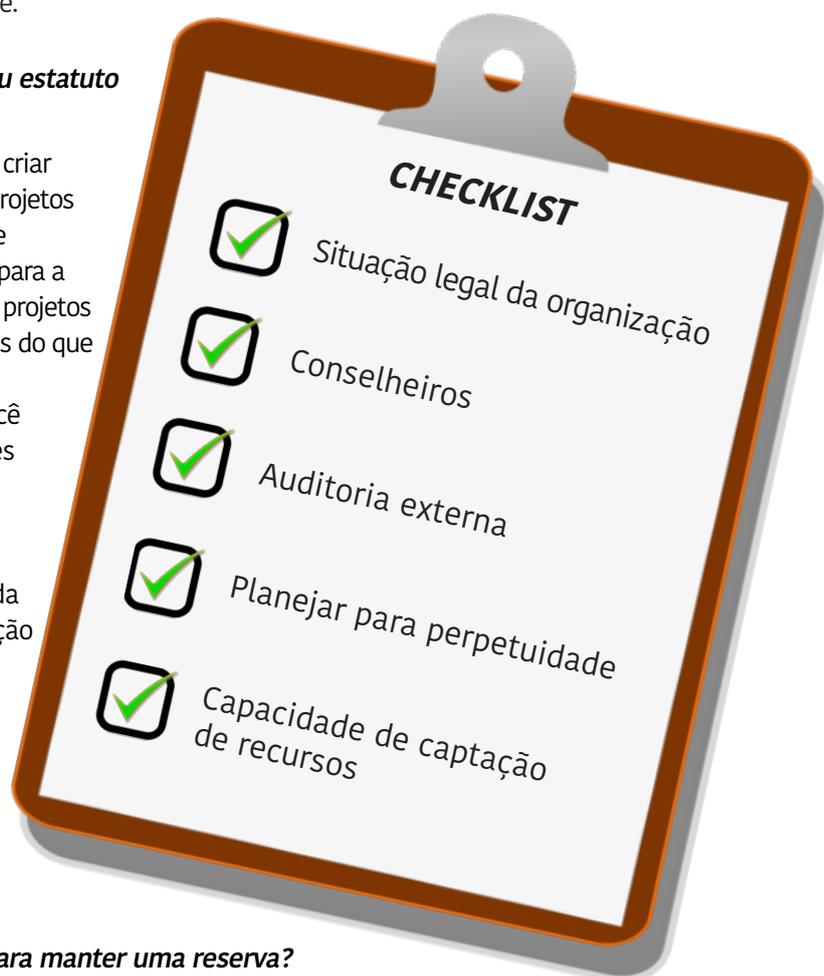
Para a maioria das organizações sem fins lucrativos, criar sua primeira reserva é um enorme passo em comparação a projetos anteriores, devido ao maior aporte de fundos e seu caráter de “eterno”. Como a criação de uma reserva deve ser planejada para a perpetuidade, isso significa também que os financiadores de projetos de aquisição de terras irão exigir muito mais destas propostas do que das pequenas doações para projetos de curto prazo.

Existem duas ferramentas organizacionais que você deve considerar neste momento para atender às crescentes necessidades administrativas e aumentar a credibilidade de seu projeto: planejamento estratégico de longo prazo e cláusulas específicas no estatuto referentes à destinação patrimonial (caso a organização seja dissolvida ou liquidada por algum motivo). Isso pode ser feito através da contratação de profissionais ou encontrando apoio voluntário, como estudantes de pós-graduação. Outra opção para pequenas ONGs é pedir ajuda a organizações maiores, geralmente baseadas em grandes cidades, para ajudá-las a desenvolver uma estrutura de governança, o que também poderia levar ao compartilhamento de membros de seus conselhos administrativos já estabelecidos.

Você tem capacidade de captação de recursos para manter uma reserva?

Para manter uma reserva em perpetuidade, você deve ser capaz de captar recursos e criar fontes sustentáveis de renda. Com a aquisição de terras, uma pequena ONG pode se transformar rapidamente em uma grande organização com necessidades de financiamento muito maiores. Isso é algo que deve ser considerado na proposta inicial de compra de terra, como parte de um programa de conservação mais amplo (ver “Aquisição de terras como parte de um programa de conservação”, p.56). Embora se espere de todas as organizações que criem fontes alternativas de renda para suas reservas, nossa pesquisa mostrou que quase metade dos entrevistados depende exclusivamente da contínua captação de recursos, e apenas duas das 55 reservas pesquisadas declararam-se economicamente auto-suficientes (ver “Sua reserva é economicamente viável?”, p.24).

Felizmente, existem inúmeras maneiras criativas de se arrecadar fundos e muitas oportunidades de financiamento disponíveis para reservas privadas (ver “Como encontrar fontes de financiamento”, p.49). Porém, para acessar essas fontes, você deve estar disposto a investir boa parte do seu tempo em captação de recursos e, assim que possível, incluir pessoas dedicadas exclusivamente à captação na sua equipe.



Capacidade institucional

No sentido de avaliar a capacidade organizacional e administrativa instalada para apoiar a criação e a gestão de reservas privadas, os participantes da pesquisa foram questionados sobre quais das seguintes ferramentas estavam em vigor, ou quase concluídas, em suas organizações (Figuras 3 e 4).

A maioria dos participantes declarou ter as ferramentas básicas para o desenvolvimento organizacional e sustentabilidade, como um plano estratégico implementado (67%), um sistema de tomada de decisão compartilhada (69%) e um conselho de administração ativo (72%). A grande maioria das organizações é legalmente reconhecida e formalmente constituída em seus países (91%) e 83% têm *status* de “sem fins lucrativos”. Quase dois terços das organizações pesquisadas têm cláusulas nos estatutos que tratam especificamente da destinação de bens imóveis, o que é altamente desejável pelos doadores internacionais para as organizações sem fins lucrativos que apresentem propostas de aquisição de terras (Figura 3).

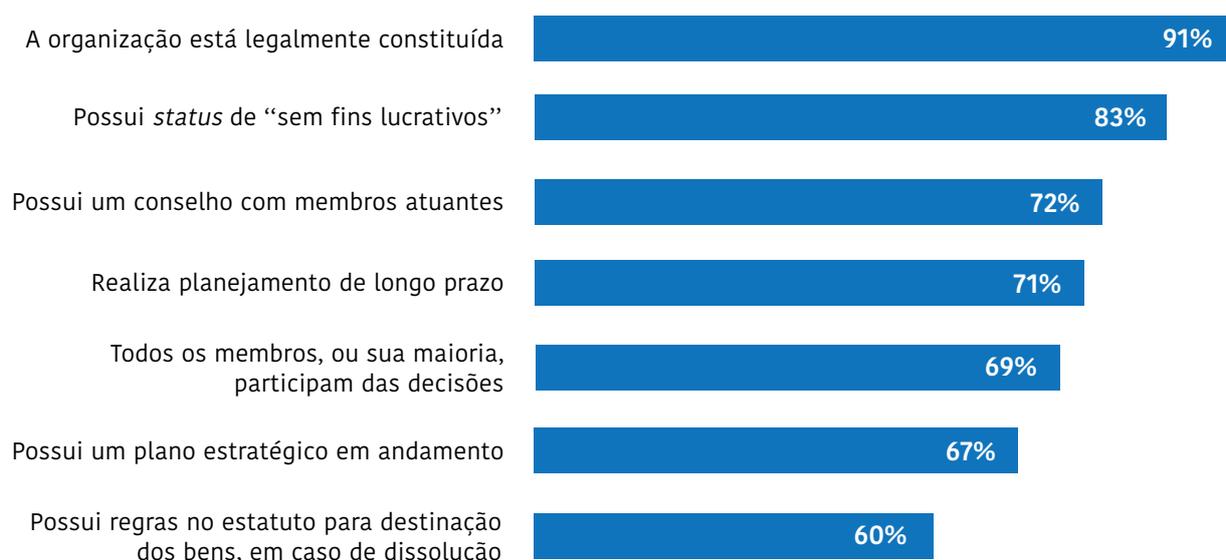


Figura 3. Resultados da pesquisa: capacidade institucional. Porcentagem dos entrevistados que possuem as ferramentas organizacionais e administrativas listadas acima.

91% das organizações pesquisadas encontram-se legalmente constituídas em seus países e 83% possuem *status* de “sem fins lucrativos”.

Ferramentas de gestão

Em seguida, os entrevistados foram questionados se suas organizações possuem alguma das seguintes ferramentas de gestão e captação de recursos: (a) missão institucional; (b) estatuto e regimento interno; (c) auditorias externas periódicas; e (d) pessoal dedicado (exclusivamente, ou na maior parte do tempo) à captação de recursos. Quase 90% das organizações participantes demonstram ter objetivos claros expressos em sua missão institucional. Oitenta e três por cento dos entrevistados declararam ter estatutos legalmente registrados, ou algum tipo de regimento interno formalmente estabelecido. Quase três quartos dos entrevistados alegaram conduzir auditorias externas periódicas (74%), mas apenas pouco mais da metade possui uma equipe de captação de recursos exclusivamente dedicada (52%). (Figura 4).

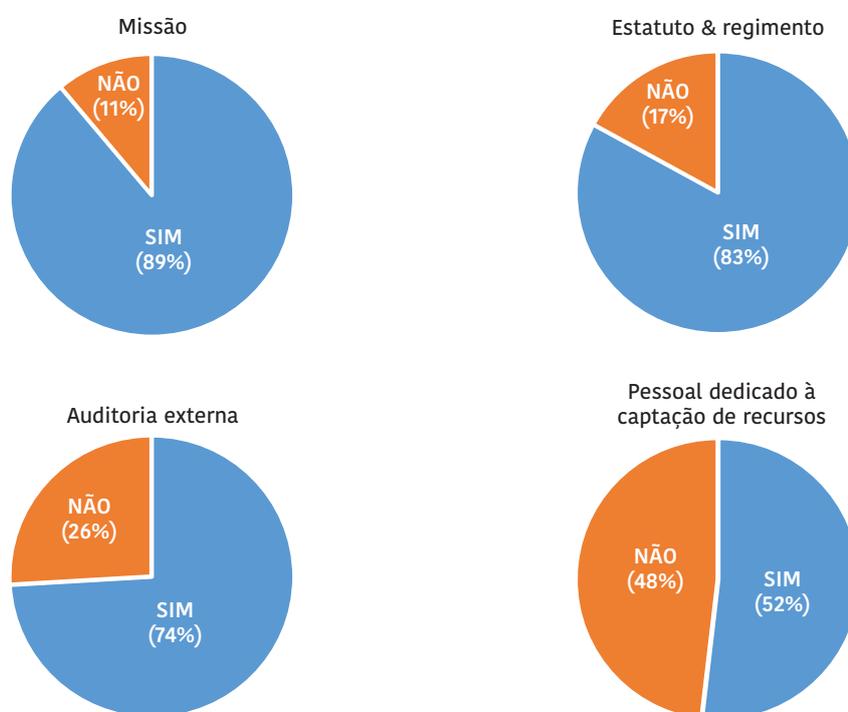


Figura 4. Resultados da pesquisa: ferramentas organizacionais. Porcentagem de entrevistados que utilizam as ferramentas organizacionais e administrativas listadas acima.

Três quartos dos entrevistados realizam auditorias externas periódicas (74%), mas apenas metade tem pessoal dedicado exclusivamente à captação de recursos (52%).

“Experiências de governança de ONGs”

Associação Caatinga

Ceará, Brasil



Conheça e preserve
o surpreendente mundo da Caatinga

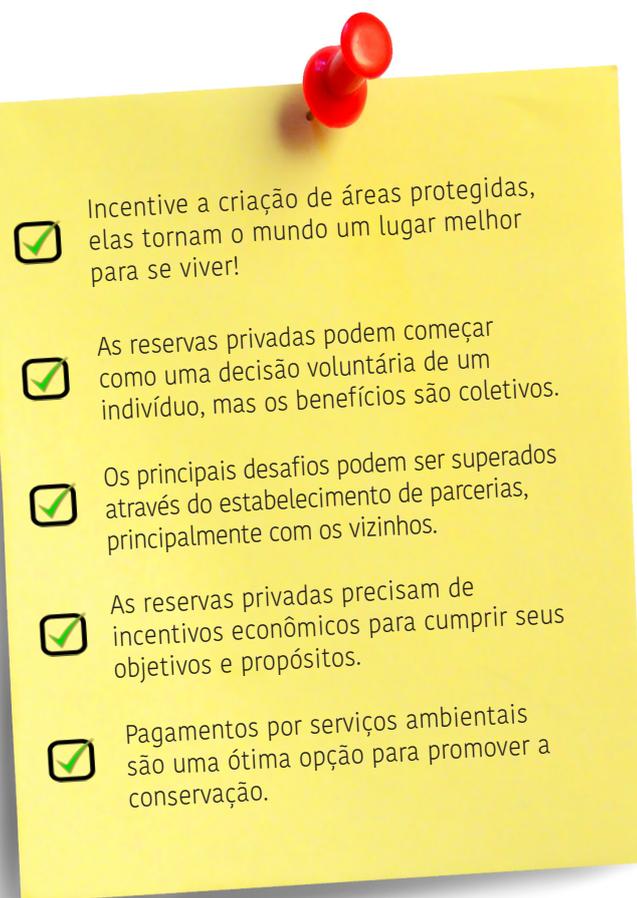
A Associação Caatinga promove a conservação do bioma Caatinga. É proprietária e administradora da Reserva Natural Serra das Almas, com 6.285 ha (15.500 acres), entre o Ceará e Piauí.

A Reserva Natural Serra das Almas foi criada em 8 de setembro de 2000, a partir da visão de Samuel Johnson, cidadão americano e então presidente da SC Johnson. Durante muitos anos, a multinacional utilizou a cera de uma palmeira nativa do bioma Caatinga, a carnaúba, como principal matéria-prima de seus produtos. Para contribuir com a preservação do bioma, ele criou um fundo para aquisição de uma área relevante da Caatinga e criação de uma reserva natural privada, conhecida localmente como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), um tipo de área protegida privada que está registrada em perpetuidade e reconhecida como parte do arcabouço jurídico brasileiro. O fundo também ajudou a fundar uma organização local para administrar a reserva e promover a conservação na região.

Com esse propósito, nasceu a Associação Caatinga. A criação da reserva teve início em 2000, com o objetivo de promover a conservação da Caatinga e contribuir para o desenvolvimento local sustentável. A princípio, as comunidades estavam desinformadas sobre as questões ambientais e a importância das áreas protegidas, e não confiavam totalmente na iniciativa. Após 20 anos de gestão desta área, provamos que a criação de uma área protegida formalmente reconhecida é uma grande oportunidade para construir uma relação positiva entre uma reserva e suas comunidades vizinhas, gerando benefícios mútuos.

Nosso maior desafio tem sido mostrar a eles os benefícios de se manter a floresta em pé, oferecendo oportunidades de geração de renda e convivência harmoniosa com o meio ambiente. A Associação Caatinga e a reserva contribuem de forma concreta para melhorar a qualidade de vida de 40 comunidades parceiras. Os projetos incluem cursos, treinamentos, educação, restauração florestal e tecnologias sustentáveis que reduzem os impactos do aquecimento global e facilitam a convivência das famílias que vivem no semiárido. O relacionamento com as comunidades parte do princípio de que, enquanto a reserva preserva os serviços ambientais prestados pela floresta – como recarga hídrica, microclima, redução da degradação do solo –, as comunidades apoiam a preservação desse patrimônio natural único e participam de atividades de conservação.

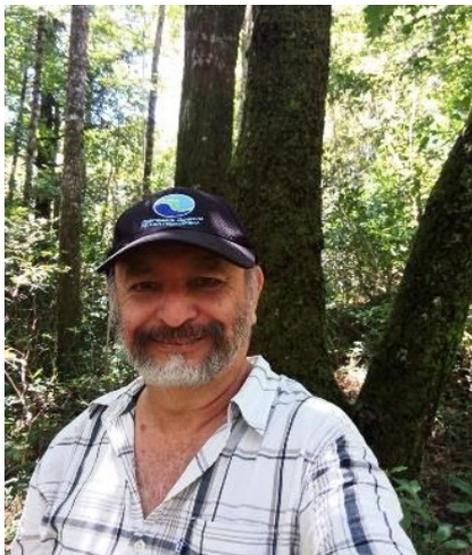
A Reserva Natural Serra das Almas é atualmente reconhecida como posto avançado da Reserva da Biosfera da Caatinga pela UNESCO. Crateús, onde está localizada a reserva, é o município com mais RPPNs no estado do Ceará (5), resultado de um modelo integrado de conservação e do poder que essa categoria de unidade de conservação possui por ter sido criada a partir de um ato voluntário. Viva as reservas naturais privadas!



“Experiências de governança com múltiplos atores sociais”

Víctor Saravia

AESMO, Honduras



Víctor é diretor-executivo da Associação Ecológica San Marcos de Ocotepeque, uma ONG hondurenha com 31 anos de atividades contínuas na conservação da biodiversidade, água e solo.

Em 2006, a Associação Ecológica San Marcos de Ocotepeque (AESMO) facilitou a compra da Reserva Biológica Güisayote de 380 ha (939 acres) por meio de um arranjo de aquisição participativa. Em parceria com os municípios locais, conselhos comunitários de gestão de água, fundos comunitários, empresas privadas e cooperativas, a AESMO explicou de forma clara e transparente as vantagens de se fornecer recursos financeiros ou bens e serviços, convidando-os a contribuir para a aquisição de novas terras. Como resultado, a AESMO construiu um mecanismo de responsabilidade social para que as pessoas se comprometam a proteger as terras adquiridas. Estas terras adquiridas — compradas como terras agrícolas exploradas e sucessivamente reflorestadas — são estrategicamente importantes para a reabilitação das bacias hidrográficas circundantes, que fornecem água para consumo doméstico e agrícola às comunidades, além de conservar a biodiversidade e o solo.

Aprendemos que ao garantir espaços de participação para as diferentes expressões organizacionais da sociedade civil, governos locais, academia, empresas privadas, igrejas e outros, obtemos um processo de governança muito mais forte. Os governos municipais necessariamente têm que sentar para dialogar com os atores sociais em um nível de igualdade e respeito. Isso gera um processo democrático que oferece maior possibilidade de garantir a integridade dessas áreas protegidas no futuro. Um dos benefícios mais importantes desse modelo é o fortalecimento da autoestima dos atores locais, ao garantir espaços na tomada de decisão sobre a proteção de áreas que lhes fornecem serviços ecossistêmicos.

O mecanismo funciona assim: todo ator local tem a possibilidade de contribuir com recursos para a compra coletiva de terras sem cota estabelecida, de acordo com suas capacidades socioeconômicas. Isso dá a todas as partes contribuintes os mesmos direitos e responsabilidades. Vimos que esse esquema gera um senso de propriedade e um sentimento saudável de orgulho. Isso não diz respeito apenas a contribuições monetárias; por exemplo, atores locais patrulham, previnem ou suprimem incêndios florestais e realizam atividades de monitoramento biológico juntamente com guardas florestais, técnicos de unidades ambientais municipais, polícia local e o exército.

Um dos desafios desse processo é a resistência à mudança. Para alguns funcionários ainda é difícil ver as comunidades serem levadas em consideração na tomada de decisões. Mudar essa mentalidade é um grande desafio para a AESMO e seus aliados locais. No entanto, nossa ONG continua fazendo um trabalho cuidadoso, com visão estratégica e visionária, buscando a coerência entre o discurso e a prática, sabendo que o que fazemos é por Honduras e pelo nosso planeta.

O Conselho de co-gestão da sub-bacia Pacayonas-Ventanas (Reserva Biológica Vulcão Pacayita), incluindo várias comunidades indígenas Lenca, contribuiu com fundos para comprar 70,31 ha (173,74 acres) na Reserva Biológica Güisayote. O lote está localizado a 34 km (21 milhas) da sub-bacia e não fornece água para as comunidades. No entanto, agora as comunidades locais têm a clareza de que o trabalho de conservação e proteção deve ser feito ao nível da paisagem.

- Garanta a mais ampla participação social nas diferentes fases da tomada de decisões.
- As aquisições de terras participativas aumentam o comprometimento ao criar um senso de propriedade e orgulho.
- Permita que as contribuições sejam fornecidas em dinheiro e em bens e serviços mensuráveis.
- Um maior senso de auto-estima e participação pode criar as condições para garantir a conservação a longo prazo.
- Orgulhe-se, pois você estará contribuindo com o bem-estar das gerações presentes e futuras!

“Governança transfronteiriça: a Alianza del Pastizal”

Alberto Yanosky

Guyra, Paraguai



Alberto é membro-fundador da Alianza del Pastizal, co-presidente da coalizão para Áreas-chave para a Biodiversidade e presidente do Comitê Paraguai da UICN.

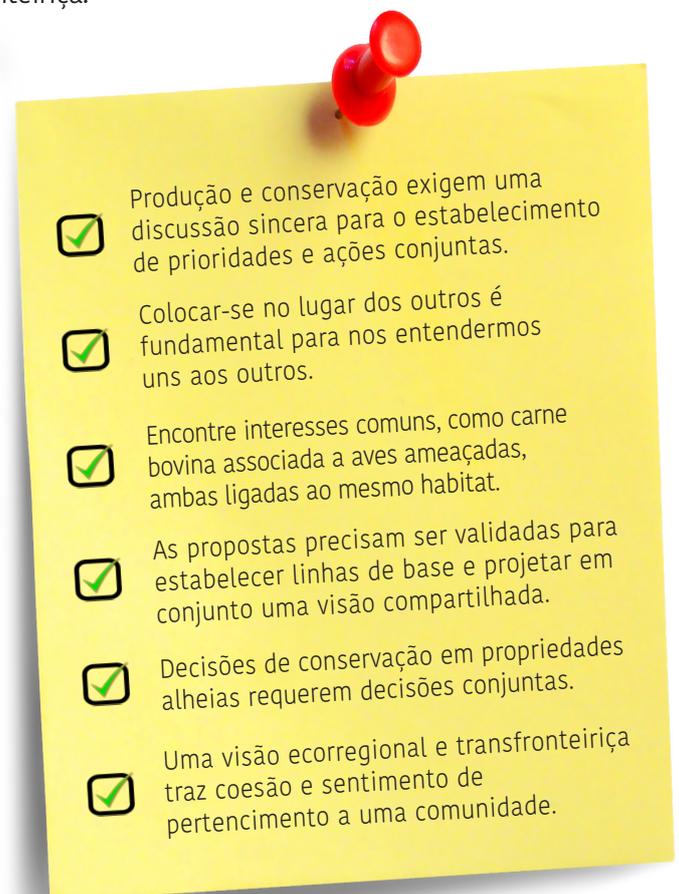
A Alianza del Pastizal surgiu da necessidade de conservar a biodiversidade de uma ecorregião esquecida do ponto de vista da conservação, na América do Sul. Os pampas, ou pastagens, são originalmente pradarias desprovidas de árvores que permitiram aos primeiros colonizadores da Europa desenvolver uma bem-sucedida indústria pecuária neste “mar de pastagens” que agora é reconhecido mundialmente. O desaparecimento da vegetação nativa, a falta de áreas protegidas suficientes e a necessidade de reduzir o impacto da pecuária reuniram um grupo de conservacionistas de diferentes organizações da sociedade civil, bem como produtores e associações. O objetivo foi traçar uma estratégia para promover uma pecuária mais sustentável nos pampas, conservando a natureza e tornando a produção mais resiliente às mudanças climáticas, diferenciando sua produção para um mercado mais exigente e com altos padrões de responsabilidade social e ambiental.

Quatro países (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) se uniram para estabelecer um mecanismo de conservação da natureza utilizando aves silvestres como indicadores. A participação não foi apenas de conservacionistas de organizações da sociedade civil, mas também de associações de pecuaristas e universidades, três partes trabalhando juntas com uma visão transfronteiriça.

As ações iniciais de campo focaram nas fazendas e nos mecanismos de comercialização desenvolvidos para diferenciar a carne bovina nesta fase inicial, mas espera-se no futuro próximo abordar outros setores que podem afetar a biodiversidade (culturas, plantações) se não forem desenvolvidos de forma sustentável.

Esses principais atores sociais se reúnem todos os anos para aprender uns com os outros e discutir a governança regional e sua representação em nível nacional para garantir que idiossincrasias, estilos de produção, condições socioambientais e regulamentações nacionais sejam devidamente atendidas. A aliança já tem mais de uma década de existência e contou com fontes externas para operar com o desafio de se manter independente. Ela chamou a atenção para outras áreas de campos silvestres da América do Sul e no resto das Américas, embora pradarias com condições semelhantes estejam fora dos limites ecológicos da Ecorregião dos Pampas.

Isso deu origem a uma aliança hemisférica para a conservação dos campos nativos das Américas. O principal desafio é encontrar um nicho específico para essa carne diferenciada que não só homenageia o produtor rural com toda a história e tradição associada (o vaqueiro gaúcho), como também traz consigo a certificação e rastreabilidade de garantias ambientais e sociais com indicadores de ambientes saudáveis.



Como desenvolver ferramentas de gestão

Sua organização precisa de bases financeiras, administrativas e institucionais sólidas para enfrentar os desafios relacionados ao manejo de reservas e sobreviver aos problemas que aparecerem. Na visão da maioria dos financiadores internacionais, existem ferramentas de gestão básicas que as pequenas organizações sem fins lucrativos deveriam se esforçar para ter, aumentando sua credibilidade e competitividade, tais como: um conselho deliberativo com membros externos, estatutos registrados, regimentos e manuais de operações internas, gestão financeira e contabilidade adequadas, e auditorias externas anuais.

Membros do conselho

Se você vive num país em desenvolvimento, sabemos que a ideia de um conselho voluntário pode parecer utópica e difícil de concretizar. No entanto, isso é geralmente o que os doadores internacionais gostariam de ver. Embora possa levar alguns anos, as etapas abaixo podem ajudar a formar gradualmente um grupo de membros dedicados para o conselho:

- Desenvolva seu conselho como um projeto de longo prazo, ao longo de vários anos, começando com um pequeno grupo de três a cinco conselheiros e almejando chegar até cerca de sete.
- Encontre as pessoas certas — que irão ajudar a sua organização e não complicar as coisas. Isso é extremamente importante, e vale a pena dedicar parte de seu tempo para procurar continuamente em diferentes círculos.
- Procure pessoas com motivos filantrópicos para fazer parte de seu conselho, que se preocupem com o meio ambiente e, de preferência, que sejam financeiramente estáveis e capazes de contribuir com a organização. Existem pessoas boas por aí, mas pode levar tempo para encontrá-las.
- Certifique-se de que haja diversidade em um conselho, não apenas de gênero e idade, mas também de origens e redes diferentes. Por exemplo, alguém com uma grande rede de mídia pode ajudar muito a organização.
- Mantenha seu conselho satisfeito facilitando as coisas para seus membros. Faça reuniões curtas, mantenha-os informados frequentemente com postagens sucintas e ilustradas das atividades. E tente oferecer aos seus membros algumas vantagens de estar no conselho, como viagens para projetos ou eventos sociais locais.

Estatuto, regimentos internos e manuais de operações

Antes de criar ou revisar suas ferramentas de gestão, procure entender a diferença entre o estatuto, que geralmente é registrado em cartório, e os regimentos ou manuais de operações, que são documentos internos. O estatuto deve incluir os acordos institucionais que estabelecem os fundamentos (missão, condição de sem fins lucrativos, objetivos) e regras para o funcionamento geral da organização (hierarquia superior, processos de tomada de decisão, eleição e formas de votação, etc.) e devem estar legalmente registrados. Os regimentos e manuais de operações tratam dos procedimentos e rotinas operacionais internas, incluindo procedimentos técnicos, administrativos, sobre recursos humanos e segurança. Evite estatutos muito complexos e deixe os detalhes para os regimentos e manuais de operação, pois estes são muito mais fáceis de alterar.

Gestão financeira e auditoria externa

Não existe uma fórmula mágica para a gestão financeira, mas sugerimos que você preste atenção a três aspectos principais que os doadores internacionais consideram altamente desejáveis: (1) que sua organização conduza uma auditoria externa anual para demonstrar a transparência e a correção de seus procedimentos contábeis e fiscais; (2) que seus administradores estejam familiarizados com todos os impostos aplicáveis; e (3) que você não esteja cometendo erros em seus relatórios financeiros.

Mídia social ou webpage?

Muitas pequenas organizações sem fins lucrativos descobriram que a mídia social é um excelente veículo para divulgar suas ações, principalmente na sua língua local. Mas quando uma organização deseja crescer para receber doações internacionais, ela deve ter pelo menos uma *webpage* básica em inglês, já que os doadores geralmente realizam uma pesquisa na Internet para obter mais informações sobre as organizações sem fins lucrativos.

Uma página simples mostrando a história, a equipe e os projetos é suficiente, com links para mídias sociais no idioma local. A *webpage* deve ser visualmente “limpa”, com textos curtos e belas fotos que mostrem as ações principais e o profissionalismo da sua organização.

Como desenvolver ferramentas de gestão



PASSO 3 - SUSTENTABILIDADE DA RESERVA



Como criar uma reserva sustentável?



A Reserva Rio Zuñac protege o habitat montanhoso de diversas espécies endêmicas da fauna e flora equatoriana (Ecominga, Equador).

Como criar uma reserva sustentável?

Existem diferentes definições e níveis de sustentabilidade. Ao longo desta publicação, o termo “sustentabilidade” tem um significado bem amplo, porém simples: usar os recursos com sabedoria para poder usá-los indefinidamente. Dessa forma, não devemos nos preocupar apenas com questões ecológicas, mas abraçar os três principais pilares da vida sustentável: econômico, social e ambiental. Isso significa que uma área de proteção privada sustentável deve ter como objetivo ser economicamente auto-suficiente – criando diversas fontes de renda para reduzir a dependência da captação contínua de recursos – enquanto desenvolve modelos de vida sustentável e justiça socioecológica.

Para ter sucesso na gestão de uma reserva privada a longo prazo, sugerimos a todos aqueles que desejam criar uma reserva, tais como organizações sem fins lucrativos, grupos comunitários e proprietários de terras, que elaborem um Plano de Sustentabilidade que considere as diferentes dimensões de sustentabilidade (consulte “Como fazer um Plano de Sustentabilidade”, p.29).



No Equador, a Nature and Culture International (NCI) faz parcerias com grupos indígenas para proteger recursos hídricos nos *páramos*.

Você está considerando as diferentes dimensões de sustentabilidade?

Ao longo deste passo, queremos ter certeza que você irá considerar as múltiplas dimensões de sustentabilidade ao planejar a criação ou gestão de uma área protegida privada. Essa abordagem é altamente recomendada (e muitas vezes exigida) pelos financiadores internacionais e agências de fomento. Apresentamos a seguir as principais bases para o desenvolvimento de boas práticas em projetos de conservação bem-sucedidos, as quais também serão importantes para o desenvolvimento de longo prazo da organização:

- 1) Promover atividades de geração de renda para reduzir a dependência da reserva de captação contínua de recursos (sustentabilidade econômica).
- 2) Adotar medidas para redução da pegada ecológica, como construção com materiais locais, práticas de economia de água e energia e restauração (responsabilidade ambiental).
- 3) Conduzir atividades que informem e envolvam as comunidades locais e demais atores sociais em práticas sustentáveis, compartilhando benefícios dos serviços ambientais e criando oportunidades de trabalho conjunto que consideram a heterogeneidade das comunidades (solidariedade social);
- 4) Desenvolver programas de inclusão que promovam a igualdade de gênero, respeitem as diferenças culturais, incorporem práticas tradicionais e conhecimentos locais (diversidade cultural).

Sustentabilidade econômica: gerando receitas para manter a reserva

Ser uma organização sem fins lucrativos não significa não poder gerar receitas para custear suas despesas operacionais e de pessoal. Tecnicamente, as organizações sem fins lucrativos não podem distribuir nenhum excedente de suas atividades geradoras de renda entre seus membros ou equipe executiva, mas podem investir essa renda em atividades que apoiem o cumprimento de sua missão e objetivos de conservação.

Embora inicialmente a maioria das reservas privadas dependam fortemente da captação de recursos, para alcançar a sustentabilidade econômica e mantê-la no longo prazo elas devem procurar desenvolver outras fontes de renda. Aprenda com os mercados locais o que já está funcionando e busque apoio de parceiros ou governos locais para desenvolver novos métodos de monetização, como pagamentos por serviços ambientais.

Para cada atividade que você imaginar, é recomendável realizar seu planejamento com base nos três pilares da sustentabilidade. Nossa pesquisa identificou várias fontes de renda que estão sendo utilizadas atualmente para apoiar reservas privadas, que encontram-se listadas na próxima seção (veja “Quais são as fontes de renda atuais da reserva?”, p.25).

Como criar uma reserva sustentável?

Responsabilidade ambiental: construção ecológica, consumo responsável e restauração

A responsabilidade ambiental busca reduzir ao máximo a sua pegada ecológica, incluindo otimizar o consumo de água e energia, repensar as suas escolhas como consumidor, rever as formas de construção e reduzir os resíduos sólidos. Também exige que você tenha um bom conhecimento dos recursos, habitats e biodiversidade de sua reserva, a fim de tomar decisões bem informadas.

As boas práticas ambientais também envolvem a restauração ativa de paisagens naturais para recuperar espécies e serviços ambientais. Ao realizar levantamentos de campo e atividades de restauração, procure sempre aprender com as práticas tradicionais e incorporar o conhecimento local. As atividades de restauração podem se beneficiar de esquemas de pagamento por serviços ambientais, como projetos de reflorestamento que capturam e armazenam carbono atmosférico, ou mesmo monetizar com a conservação de recursos naturais essenciais, especialmente a proteção de nascentes e bacias de captação de água.

Solidariedade social: construindo ações coletivas

Conservação é muito mais do que apenas proteção ambiental. Para que as pessoas possam compreender e compartilhar o propósito da conservação, é importante que toda a comunidade reconheça que conservar um ecossistema é uma missão mais inclusiva e holística do que proteger somente espécies. Os seres humanos são atores fundamentais para a saúde de um ecossistema.

Iniciar um projeto de conservação também é uma oportunidade de enfrentar outros problemas associados, como pobreza, desemprego e desigualdades sociais. Embora isso exija esforço, tempo e recursos extras, é importante envolver e capacitar atores locais e comunidades marginalizadas em seu projeto e, de forma mais ampla, na gestão do ecossistema.

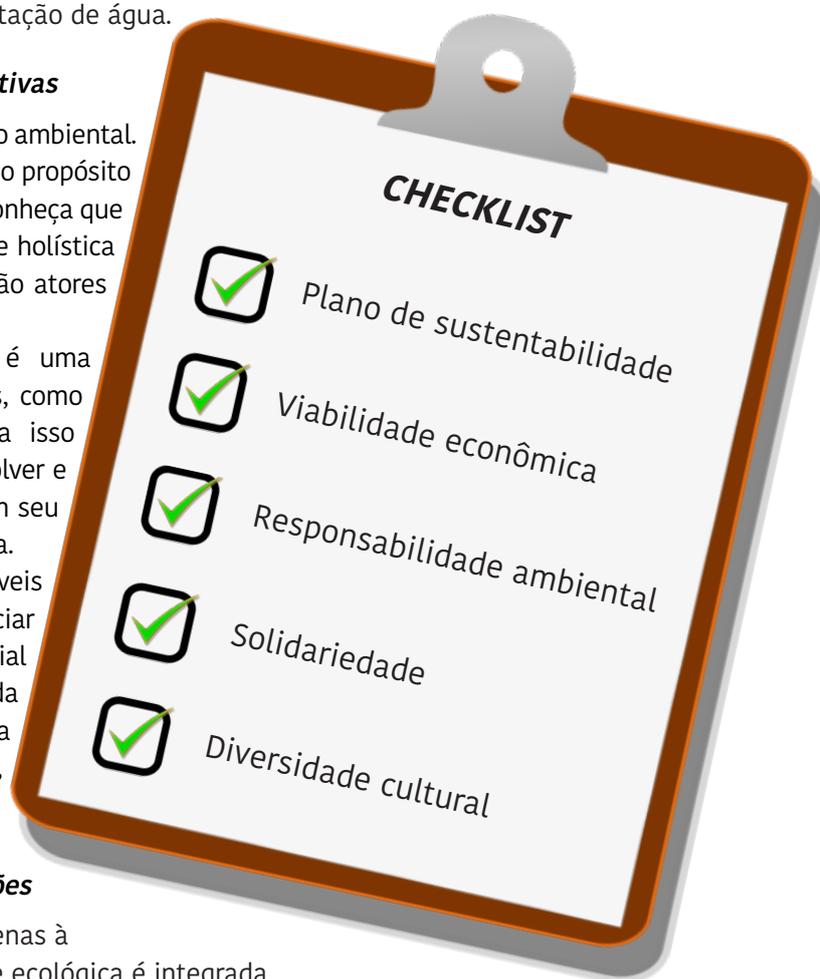
Além de desenvolver mecanismos sustentáveis para o uso de recursos naturais, seu projeto pode iniciar um caminho de mudança e criar redes de segurança social para centenas, senão milhares de pessoas. Na gestão da conservação comunitária, todos devem ser incluídos na propriedade da terra; isso traz orgulho para a comunidade, aumentando o compromisso com a proteção da terra.

Diversidade cultural: conectando identidades e tradições

A conectividade não é um conceito aplicado apenas à conservação do meio ambiente. Quando a conectividade ecológica é integrada com a conectividade social, cultural e econômica, novos modelos de conservação baseados nas sociedades locais tomam forma: modelos que são construídos localmente e, portanto, adequados às particularidades daquele território.

Aumentar a diversidade cultural é uma oportunidade para envolver projetos de conservação de base que incluam perspectivas do patrimônio cultural, história e valores coletivos de minorias pouco representadas. A inclusão de todos — mulheres, homens, idosos e jovens — pode criar uma identidade para o projeto que resulte em defensores e apoiadores dedicados na comunidade (veja “Passo 7 – Envolvimento da comunidade”, p.62).

Existem vários fatores que podem involuntariamente inibir a inclusividade de seu projeto, incluindo a língua, nível de escolaridade e grupo social. Procure entender essas barreiras para encontrar maneiras eficazes de derrubá-las. Cuidar dos sistemas humanos é tão importante quanto proteger ecossistemas!



Sua reserva é economicamente viável?

Visando avaliar se as reservas são economicamente sustentáveis, foram dadas cinco alternativas de resposta aos participantes da pesquisa (Figura 5). Quase metade dos entrevistados (25 de um total 54, ou 46%) declarou que suas iniciativas de conservação são totalmente dependentes da captação contínua de recursos e atualmente não têm outra fonte de renda para a operação da reserva. Somados àqueles que declararam ser “principalmente dependentes da captação contínua de recursos” (30%), a pesquisa evidenciou que 76% de todas as organizações dependem total ou majoritariamente da captação contínua de fundos para pagar as despesas da reserva. Apenas duas organizações (quatro por cento) declararam-se totalmente auto-suficientes economicamente, gerando receita suficiente para atender às suas necessidades diárias de manutenção e operação da reserva.

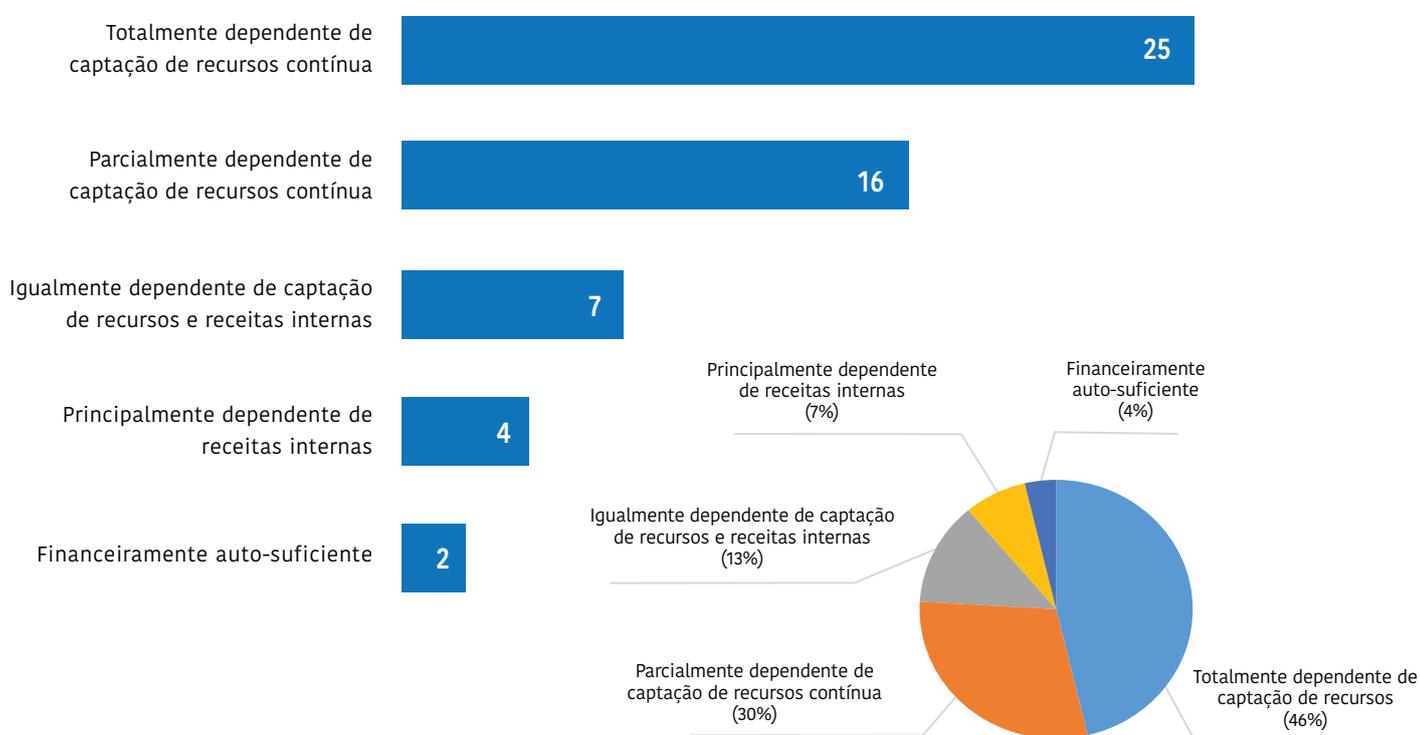


Figura 5. Resultados da pesquisa: sustentabilidade econômica das reservas privadas. Dependência de captação de recursos e/ou outras fontes de renda, apresentada como número total (barras) e porcentagem de respostas (pizza).

76% de todas as reservas privadas pesquisadas dependem majoritariamente ou totalmente da captação contínua de recursos e apenas 4% são economicamente auto-sustentáveis.

Quais são as atuais fontes de renda da reserva?

Para entender melhor que tipo de atividades geradoras de renda os gestores de reservas privadas vêm adotando para suprir suas necessidades diárias, os participantes da pesquisa foram questionados sobre as fontes de recursos existentes que atualmente são responsáveis pela manutenção da reserva. Corroborando os resultados da pergunta anterior, a captação de recursos foi apontada por quase metade dos entrevistados (48%) como a principal, senão única, fonte de financiamentos para manutenção e operação da reserva. Além da captação de recursos, as reservas pesquisadas contam com uma grande variedade de atividades, desde programas de voluntariado pagos com doações, até agricultura, agrofloresta e ecoturismo (Figura 6). Embora não tenha sido mencionada como a principal fonte de renda por nenhum dos entrevistados, “ecoturismo” foi a atividade geradora de renda secundária mais citada, seguida pelo pagamento por serviços ambientais e taxas de filiação.

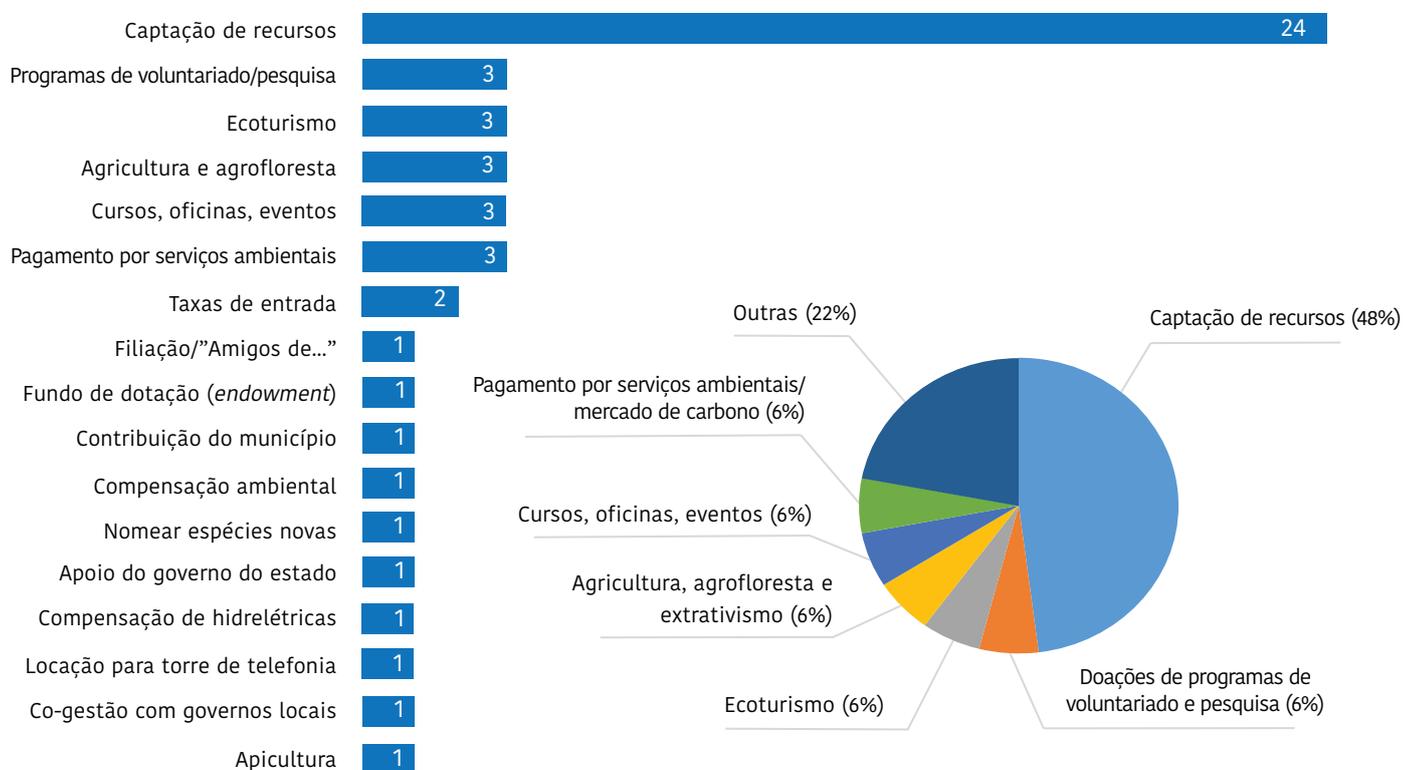


Figura 6. Resultados da pesquisa: fontes de renda atuais. Principais atividades geradoras de renda para manutenção e operação da reserva, apresentada como número total (barras) e porcentagem de respostas (pizza). A categoria “Outras” encontra-se expandida no gráfico de barras.

Além da captação de recursos, as reservas utilizam diversas atividades para sua manutenção, desde programas de voluntariado pagos com doações até agricultura e ecoturismo.

“Sustentabilidade econômica: um modelo com múltiplas fontes de renda”

Tjalle Boorsma

Asociación Armonía, Bolívia



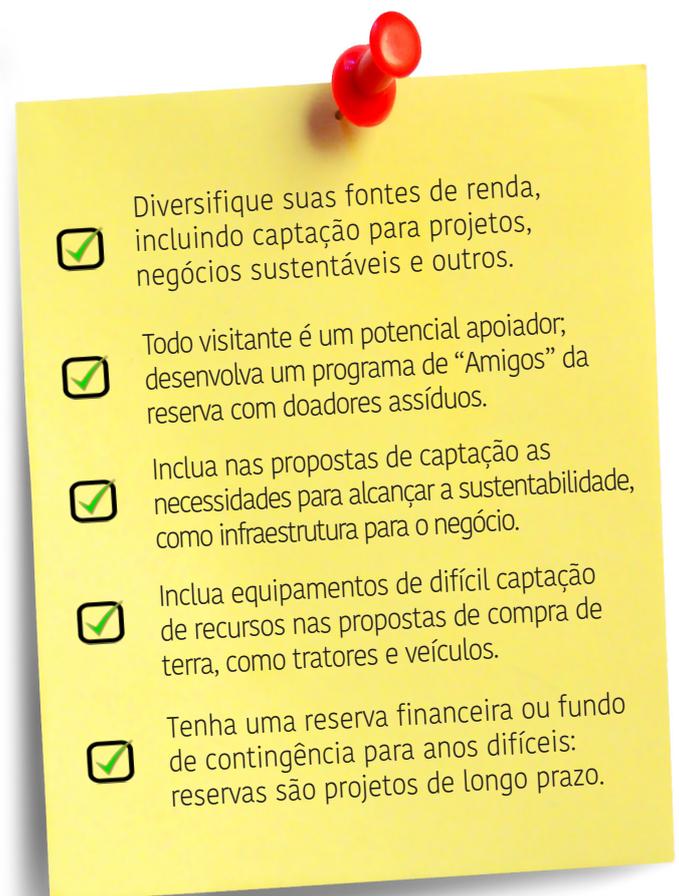
Tjalle dirige o Programa de Conservação da Asociación Armonía. Ele começou em abril de 2015 como Coordenador da Reserva Natural Barba Azul, responsável pelo seu desenvolvimento e sustentabilidade.

A Asociación Armonía é uma organização sem fins lucrativos para conservação de aves, cuja missão é conservar as aves da Bolívia e seus habitats. Uma das aves mais ameaçadas da Bolívia é a endêmica e criticamente ameaçada arara-barba-azul, para a qual Armonía criou a Reserva Natural Barba Azul (11.000 ha, 27.000 acres) e a Reserva Laney Rickman Arara-barba-azul (1.422 ha, 3.500 acres). Criar reservas privadas para as espécies mais ameaçadas do mundo não é uma tarefa tão difícil. Mas a sua gestão de longo prazo em países em desenvolvimento com situações sociopolíticas muitas vezes complicadas é o verdadeiro desafio. Portanto, sempre avalie primeiro se a criação de uma reserva particular é a melhor estratégia de conservação para a sua espécie focal. Uma vez criadas, as despesas terão que ser custeadas todos os anos.

Reservas isoladas e remotas como a nossa, que só podem ser acessadas por via aérea oito meses por ano, têm custos de proteção mais elevados do que reservas de fácil acesso. Para cobrir essas despesas, é importante avaliar quais os modelos de negócios que podem gerar renda e que são compatíveis com seus objetivos de conservação. A Armonía desenvolveu vários modelos de renda que ajudam a manter nossa reserva: pecuária ecológica, ecoturismo, apoiadores privados assíduos chamados de “Amigos da Barba Azul”, apoio internacional baseado em alvos específicos (aves, mamíferos, cerrado, etc.) e um fundo de investimento que gera uma renda anual através de aplicações. Muitas vezes, o ecoturismo é o primeiro modelo de negócio que vem à mente. Mas sempre avalie primeiro por que sua reserva é tão especial e o que poderia atrair pessoas de todo o mundo para visitá-la.

O mais importante, porém, é nunca colocar todos os seus ovos em uma única cesta em termos de geração de renda. A pandemia de COVID-19 que começou em 2020 foi um alerta para nos mostrar que investir apenas em turismo para a sustentabilidade da reserva não é viável. Na Reserva Natural Barba Azul, nós manejamos gado e durante a pandemia isso continuou gerando renda; este também pode ser um modelo de negócios compatível com a conservação de pastagens naturais. Um dos desafios que enfrentamos foi conseguir apoio financeiro para desenvolver esse modelo — já que o gado está diretamente associado ao desmatamento e às mudanças climáticas. Isso pode ser verdade, mas não em um ecossistema natural de savana.

De qualquer forma, mais tempo e esforço foram necessários para convencer os doadores a investir na pecuária da reserva Barba Azul. Como qualquer modelo de negócio que você planeja desenvolver, ele exigirá investimentos sérios. Essas necessidades de investimento devem estar no topo de sua lista de prioridades de captação de recursos. Portanto, certifique-se de que sua infraestrutura turística, veículo reserva, gado e quaisquer outras necessidades comerciais estejam dentro da sua proposta de aquisição de terras. Não se acanhe, porque uma reserva sustentável requer investimentos sérios. Isso é uma responsabilidade compartilhada com o doador de compra de terras, mas será a sua estratégia financeira que garantirá a proteção de espécies e habitats indefinidamente.



“Sustentabilidade ecológica: construindo com recursos locais”

Lou Jost

Ecominga, Equador



Lou Jost é um físico que se tornou biólogo, especializado em orquídeas, matemática da biodiversidade e especiação. Mora no Equador há 25 anos e é co-fundador da Fundação EcoMinga.

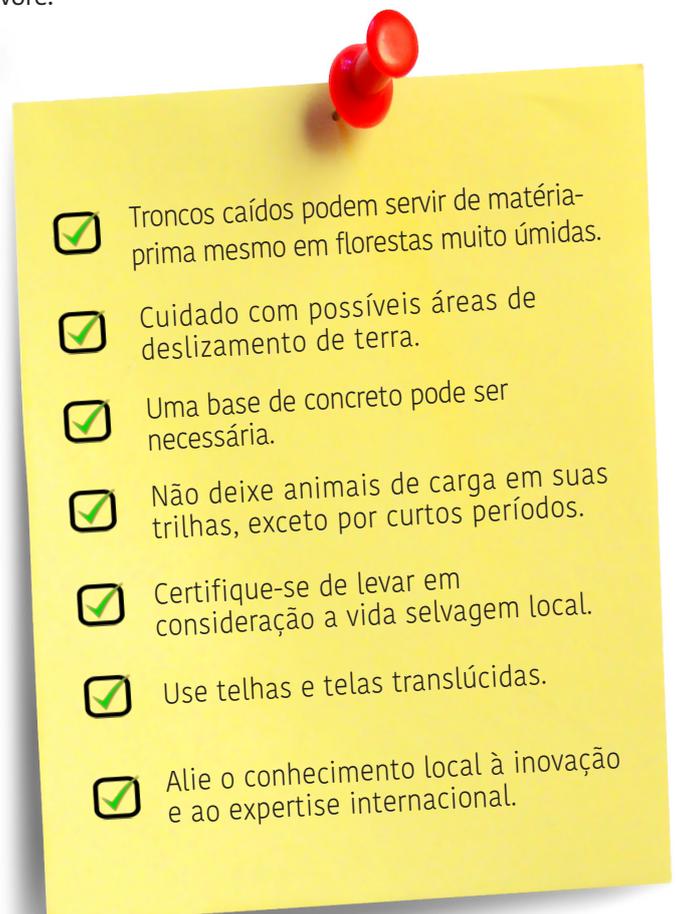
A Reserva do Rio Zuñac protege uma floresta úmida de 1.400 a 2.600m (4.600 a 7.200 pés) de altitude na encosta leste dos Andes, no Equador. Estas são as primeiras montanhas que captam os ventos úmidos do oeste da bacia amazônica, propiciando uma quantidade incrível de chuvas. A alta pluviosidade e umidade representam grandes desafios para a construção de uma estação científica. Nosso princípio orientador na construção foi minimizar danos à reserva. Nossos guarda-parques notaram que troncos de algumas espécies de árvores de madeira densa não se decompunham no chão da floresta. Selecionamos esses troncos e contratamos um especialista local para transformá-los em tábuas no próprio local onde haviam caído. É assim que os madeireiros retiram a madeira das florestas aqui, então esta habilidade já está bem desenvolvida. Vale a pena contratar um especialista em vez de tentar fazer isso por conta própria. À medida que a construção avançava, tivemos que complementar essa madeira com troncos que haviam sido arrastados para o rio mais próximo após deslizamentos de terra. Essa madeira era geralmente inferior aos troncos selecionados no chão da floresta, então a usamos para componentes não estruturais.

A localização da reserva em área montanhosa é muito complicada por conta dos constantes deslizamentos de terra...é muito importante estar ciente do que está acima de você! O local que escolhemos foi uma pequena clareira que havia sido feita por um fazendeiro local antes de nos estabelecermos. Não foi preciso cortar nenhuma árvore.

Achamos que era necessário construir a base e colunas de concreto, devido à umidade do local. Trouxemos cimento com mulas e usamos areia local e cascalho de um rio próximo. Acredito que isso foi absolutamente essencial. Também construímos uma fossa séptica para que nenhum dejetos humano entrasse no rio. Depois dessas construções não permitimos mais o uso de mulas, para evitar a erosão da trilha.

Uma das características de design mais importantes da estação é seu teto translúcido, embora isso exija limpeza frequente. Em locais úmidos, um espaço escuro e fechado rapidamente desenvolve mofo. Nossas telhas de acrílico translúcido (que podem ser enroladas para facilitar o transporte) mantém o interior da estação quente e seco. Também não usamos janelas, apenas telas, para facilitar o fluxo de ar. Há pouco tempo, uma espécie de rato recém-descrito abriu muitos buracos na tela para chegar aos nossos sacos de dormir, um problema não resolvido até agora.

Nossos ursos-de-óculos causam problemas ainda piores, destruindo nossa cozinha e subindo para o segundo andar para dormir em nosso quarto quando não estamos lá! Resolvemos isso armazenando nossa comida em um barril de metal mantido em um buraco profundo e coberto com troncos pesados. As pessoas do local queriam que cortássemos as árvores mais próximas da cabana para que não caíssem na estação. Claro que não as cortamos mas, como esperado, uma delas caiu sobre a estação no ano passado. Não houve nenhum dano grave. Não me arrependo de ter deixado aquelas árvores em pé.



“Sustentabilidade socio-ecológica em áreas protegidas privadas”

Rocío Lopez de la Lama

UBC, Canada & UPCH, Peru



Rocío é Pesquisadora Associada no Laboratório de EcoSaúde e Ecologia Urbana da Universidade Peruana Cayetano Heredia (UPCH) e doutoranda na Universidade de British Columbia (UBC), Canadá

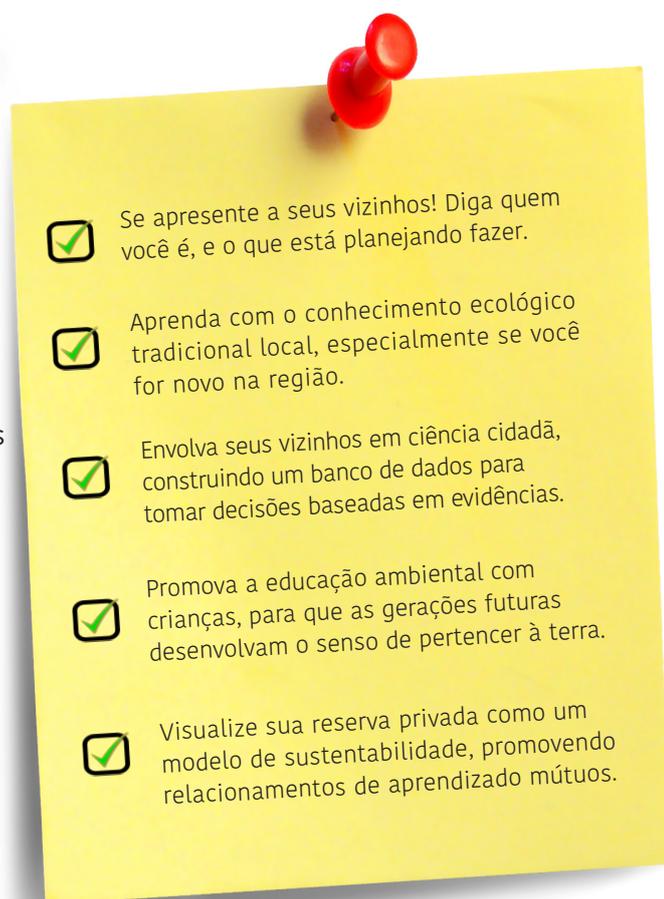
John Donne disse eloquentemente em 1624 que “nenhum homem é uma ilha”, algo que muitas vezes esquecemos hoje em dia. Assim, mesmo que você esteja criando uma área protegida privada, provavelmente você terá vizinhos humanos que podem ser a favor da conservação da natureza - ou não. Portanto, para alcançar a sustentabilidade social em sua reserva privada, é imperativo promover relacionamentos positivos e de confiança com seus vizinhos desde o início. Para tanto, darei algumas dicas com base em experiências compartilhadas com proprietários de reservas no Peru. Para começar, é importante identificar corretamente quem são seus vizinhos. São comunidades locais, proprietários de terras, povos indígenas ou empresas que operam nas proximidades? Em seguida, identifique quais são seus meios de subsistência. São agricultores, produtores de café, operadores turísticos ou madeireiros? Ao saber que tipo de atividades seus vizinhos realizam, será mais fácil para você identificar as principais semelhanças, oportunidades e até mesmo desafios para criar um relacionamento colaborativo com eles. No entanto, quais são os benefícios de investir tanto tempo e energia em seus relacionamentos com seus vizinhos? Existem muitas vantagens, mas aqui vou destacar quatro prioridades:

1) Reduzir o risco de possíveis invasões de propriedade por pessoas que possam não ter certeza sobre os limites de sua propriedade, além de aumentar sua disposição de cumpri-los. (Algumas pessoas podem saber onde sua reserva começa, mas mesmo assim podem invadir para se aproveitar de algum recurso natural quando necessitem). **Seus vizinhos não devem ser vistos como uma ameaça!**

2) Caso algum estranho apareça, seus vizinhos podem avisá-lo se essa pessoa estiver entrando em sua reserva. Isso é especialmente útil se você tiver uma área grande que não se pode monitorar constantemente. Além disso, se houver um incêndio repentino ou algum barulho incomum (por exemplo, motosserra ou espingarda), seus vizinhos também podem informá-lo imediatamente sobre isso. **Seus vizinhos se tornam seus aliados!**

3) Você pode começar a trabalhar ao nível da paisagem! Se seus vizinhos virem seu trabalho e seus benefícios, bem como apreciarem o que você está fazendo pela conservação da natureza, eles também podem se motivar a se juntar ao movimento de conservação. Nesse sentido, você pode começar a trabalhar em corredores biológicos para a vida selvagem ou mesmo em esquemas de pagamento por serviços ambientais com comunidades a jusante (se você estiver localizado próximo a uma bacia hidrográfica) ou juntar várias propriedades para esquemas de compensação de emissões de carbono. **Seus vizinhos se tornam seus parceiros!**

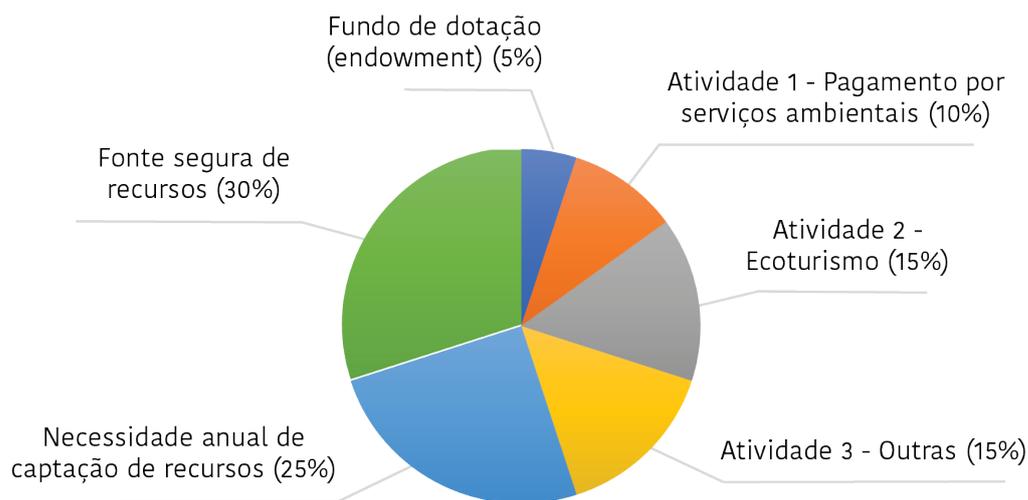
4) Finalmente, tendo mais parceiros e áreas protegidas privadas perto de você, você pode começar a pensar em estabelecer uma rede de iniciativas voluntárias de conservação da terra. Isso garantiria uma voz mais forte em diferentes espaços locais, regionais e nacionais e em processos de tomada de decisão. Também permitiria que você se defendesse contra grandes ameaças potenciais, como projetos de desenvolvimento de infraestrutura ou ameaças de máfias que desejam realizar atividades ilegais dentro ou perto de sua propriedade. **Você e seus vizinhos se tornam um movimento!**



Como fazer um Plano de Sustentabilidade

A diferença de uma reserva privada para a maioria dos outros projetos é sua eternidade. Isso significa que você terá de angariar fundos anualmente para custear a sua proteção, manutenção e gestão, exigindo um planejamento sistemático e de longo prazo. Sugerimos abordar isso em um plano de nove anos, que é revisado minuciosamente pela equipe a cada três anos.

Através de uma oficina realizada ao longo de um dia, a equipe da sua organização deve identificar coletivamente as principais atividades de geração de renda e captação de recursos que poderiam cobrir as despesas da reserva na próxima década. O plano pode ser dividido em seções de avaliação de três anos, sendo o primeiro ano empregado na captação de fundos para as atividades propostas. É mais simples visualizar as atividades geradoras de renda como um gráfico de pizza, onde cada fatia fina é mais factível e prática de realizar do que o valor total de uma só vez. Somados, eles podem cobrir o orçamento de manutenção e gestão da sua reserva de forma sustentável, conforme exemplificado no gráfico abaixo.



Para diversificar e aumentar progressivamente suas fontes de financiamento, o plano deve incluir pelo menos duas metas: um gráfico ilustrando onde você gostaria de estar em nove anos (exemplo acima) e outro gráfico “parcial” do que você espera alcançar em três anos. Isso deve lhe dar tempo suficiente para avaliar se uma atividade está funcionando ou se você deve mudar a abordagem. Tente diversificar suas fontes de financiamento para ter pelo menos seis fatias relativamente constantes, porém quanto mais fatias melhor. De preferência, nenhuma fatia de sua receita deve ser superior a 25% de seu orçamento total (a menos que seja muito confiável), e as necessidades de captação de recursos não devem passar de 25% do seu orçamento anual. Além de todo esse planejamento cuidadoso, sugerimos enfaticamente que você economize algum dinheiro como um fundo de contingência, porque ninguém pode prever o futuro.

Quanto antes você iniciar seu plano de sustentabilidade, mais cedo você terá uma ideia mais clara das suas necessidades orçamentárias. De preferência, considere a compra de terra como parte de um Programa de Conservação mais amplo, incluindo desde o início os itens orçamentários necessários para desenvolver atividades geradoras de renda, de forma que parte dos custos do seu plano de sustentabilidade já estejam contemplados na proposta.

Como fazer um Plano de Sustentabilidade



O Plano de Sustentabilidade de nove anos pode ser construído durante uma oficina com a equipe. Como o plano é de longo prazo, deve ser bem divulgado internamente, claramente acordado e compreendido por todos. O plano é um processo: as pessoas que iniciam o plano podem não ser as mesmas que o terminam.

Para a oficina de planejamento, uma lista completa de possibilidades de financiamento previamente compilada deve servir de base para a construção de uma lista de atividades geradoras de renda a serem consideradas. Para cada atividade (p.ex., ecoturismo, captação de recursos), o grupo deve definir metas a serem alcançadas nos próximos três, seis e nove anos, e as pessoas responsáveis pela sua execução.

É mais simples visualizar as atividades geradoras de renda como um gráfico de pizza com diversas fatias. Cada uma das fatias menores é uma quantidade mais viável para se captar separadamente. Somadas, elas podem cobrir o orçamento da reserva. Diversificar as fontes de renda também é fundamental para sua segurança financeira, pois pode cobrir custos básicos durante as entressafas de projetos.

Pelo menos a cada três anos, a equipe deve avaliar o andamento das atividades propostas e revisar os cronogramas e metas. O plano é dividido em seções de três anos, de modo que o primeiro ano possa ser empregado na captação de recursos para as atividades propostas.

Crie um fundo de contingência com pelo menos 50% do valor total do orçamento anual da reserva. Assim, se as coisas forem mal, você terá seis meses para levantar fundos para cobrir as lacunas. Um fundo de contingência é uma meta de longo prazo, construída pouco a pouco ao longo dos anos. Procure ter uma conta bancária separada para esse fundo, e uma regra bem clara de que não deve ser gasto preenchendo buracos orçamentários de outros projetos.

Uma reserva privada sustentável é possível, mas requer criatividade, planejamento de longo prazo e empreendedorismo. Ao longo dos anos, fundos de dotação tipo *endowment* podem ser instituídos para cobrir importantes despesas fixas, como por exemplo, para custear salários.

Procure encarar sua proposta de criação de reserva como parte de um Programa de Conservação mais amplo e de longo prazo, que inclua a aquisição de terra como parte de uma etapa inicial e abra possibilidades para financiar outras atividades previstas no seu Plano de Sustentabilidade.

PASSO 4 - ORÇAMENTO DA RESERVA



*Quanto custa criar
uma reserva privada?*



A Alliance for Tompotika Conservation protege importantes habitats costeiros de reprodução do maleo, ave criticamente ameaçada de extinção (Celebes, Indonésia).

Quanto custa criar uma reserva privada?

Antes de avançar na proposta de compra de terra, é importante que você tenha muita clareza dos custos reais e da responsabilidade de administrar uma área protegida privada. Isso é essencial, uma vez que a criação de uma reserva pode gerar uma mudança radical em uma pequena organização sem fins lucrativos ou grupo comunitário, pois exigirá apoio financeiro contínuo por um longo tempo. Você não pode simplesmente parar o projeto por alguns anos.

Sugerimos que você elabore dois orçamentos: um orçamento ideal, considerando tudo o que gostaria de fazer; e um orçamento mínimo, que corresponde ao menor valor necessário para manter a área protegida. Em muitos casos, o orçamento mínimo acaba se tornando o orçamento anual, e geralmente se recorre a projetos adicionais para cobrir custos complementares. Além dos custos mais significativos discutidos abaixo (implantação, operação, equipe, restauração), você também deve considerar as possíveis ameaças à reserva, como queimadas, pressão de caça, extração de madeira, desmatamento, etc.



Um veículo pode ajudar a chamar a atenção para o seu projeto e os financiadores envolvidos. Projeto Periquito Cara-suja (Aquasis, Brasil)

Custos relacionados à implantação da reserva

Implantar uma reserva requer infraestrutura, equipamentos e insumos. Se você tentar comprar tudo no primeiro ano, seu orçamento pode ficar muito alto e pouco atraente para os financiadores. Conforme sugerido na introdução, você pode dividir seus custos de implantação em (1) necessidades prioritárias e (2) melhorias, ou itens que podem esperar alguns anos para serem executados.

É comum as organizações sem fins lucrativos subestimarem as necessidades de alojamento e transporte. Sugerimos criar uma estrutura inicial simples onde muitas pessoas (oito ou mais) possam dormir confortavelmente, e que possa ser ampliada com o tempo.

Considerando que a aquisição de veículos não é muito atraente para os financiadores, deve-se deixar claro na proposta se o veículo será de uso restrito da reserva. O transporte pode ser realizado com quadriciclos e motocicletas, que são mais baratos e podem ser excelentes para trabalho de campo. Porém, se mais de duas pessoas forem usar o veículo, então você realmente deve procurar um veículo maior, tipo pick-up 4x4.

Custos relacionados à operação de reserva

Custos operacionais mensais, tais como alimentação, combustível, insumos, manutenção de veículos, etc., não são muito atraentes para os financiadores de aquisição de terras, e devem ser calculados de forma realista. Faça as contas e você ficará surpreso com os custos anuais. Procure estimar quanta comida e combustível serão necessários e quanto custam, mais os custos de transporte e manutenção geral e depois, adicione 10% para contingências. Considere também as condições climáticas e o isolamento, pois em caso de pouca acessibilidade você pode precisar comprar grandes quantidades de alguns materiais para que durem meses.

Além disso, procure investir em materiais de alta qualidade, como baterias recarregáveis e painéis de energia solar, que são mais sustentáveis do que baterias descartáveis. Os custos iniciais podem ser altos, mas a criação de uma reserva de vida selvagem é para sempre. Vale a pena comprar equipamentos de melhor qualidade, pois no longo prazo acabam sendo mais baratos.

Quanto custa criar uma reserva privada?

Custos relacionados à equipe da reserva

Não existe uma receita de bolo para a contratação de uma equipe ideal para uma reserva. Esta questão depende muito do tamanho, localização e as ameaças que a área enfrenta. Reservas remotas geralmente têm dificuldade em manter a equipe porque eles ficam longe de suas famílias, comunidades e comodidades. Contratar pessoas da região pode ajudar a aliviar alguns desses problemas, ao mesmo tempo em que gera emprego e renda para as comunidades locais.

Você também deve considerar a contratação de guarda-parques para patrulhamento e segurança, e levar em conta que alguém da equipe deve sempre estar zelando pela entrada principal, ou a base principal da reserva, para que não fique sem vigilância. Isso geralmente exige uma equipe rotativa e com flexibilidade de horários. Algumas pessoas gostam de visitar cidades com frequência, enquanto outras se contentam em permanecer na reserva. Considere quais atividades a equipe da reserva precisará fazer e a sazonalidade do trabalho. Você pode precisar de mais funcionários em alguns períodos do ano, ou menos pessoal durante períodos em que a reserva fica inacessível.

Programas de restauração

Em geral, é mais fácil captar recursos para programas de restauração do que para algumas outras prioridades para a criação de uma reserva natural. Nesse sentido, é interessante incluir no projeto de restauração da proposta de aquisição de terra, outros itens que são mais difíceis de financiar isoladamente, como veículos e edificações.

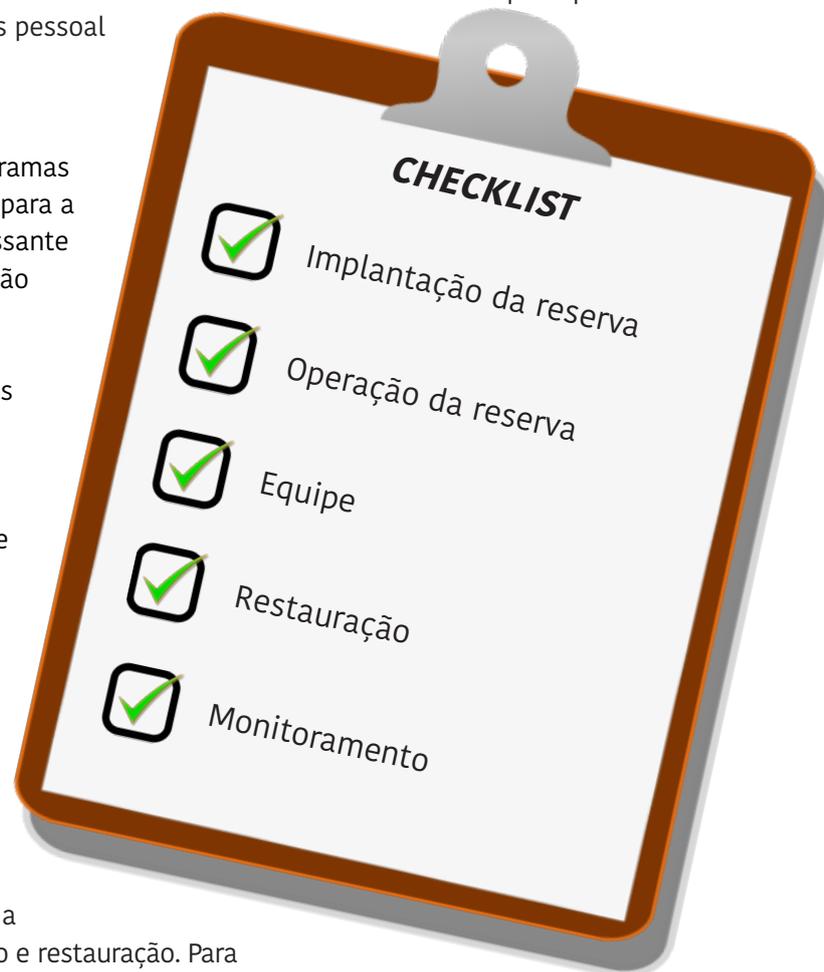
Os custos iniciais de um viveiro de mudas e seus equipamentos podem ser altos. Além disso, certamente haverá imprevistos relacionados com a própria complexidade da natureza ao redor. É comum encontrar tubos de irrigação caros destruídos por diversos tipos de animais por toda a América do Sul.

É altamente recomendável contratar um profissional experiente para elaborar o programa de restauração. Plantar árvores pode parecer simples, mas é mais complexo do que se imagina, e pequenos erros podem desperdiçar muitos anos de esforços.

Monitoramento de habitat e vida selvagem

Para elaborar programas de monitoramento, procure imaginar como a reserva poderia estar no futuro a medida que você remove as ameaças e promove proteção e restauração. Para registrar essas mudanças ambientais, você deve começar a coletar dados o mais rápido possível. As mudanças mais frequentes são a regeneração da vegetação e o aumento das populações de animais silvestres. Pense em métodos de monitoramento que possam mostrar essas mudanças ao longo do tempo, especialmente àquelas ligadas aos seus alvos de conservação.

Procure também registrar essas mudanças visualmente ao longo do tempo. Armadilhas fotográficas podem ser uma ótima maneira de quantificar a vida selvagem e as mudanças na paisagem, além de oferecer ótimas imagens para divulgação. Outro método consiste em tirar uma série de fotos de pontos específicos durante um longo período de tempo - como uma vez por mês ou por ano - para serem exibidas como um vídeo tipo *time-lapse* que ilustra a recuperação da reserva ao longo de dez anos. Os financiadores com certeza gostariam de ter tais materiais para divulgar para o mundo todo, chamando mais atenção à sua reserva.



Quais os principais custos relacionados com a aquisição da reserva?

Para avaliar os custos envolvidos na aquisição de terras, os participantes da pesquisa foram solicitados a elencar as principais despesas que tiveram durante o processo de compra da reserva. Como esperado, a aquisição da terra em si foi o principal custo unitário para a criação da grande maioria das reservas, totalizando 83% dos entrevistados (48 de 58 respostas). Os demais entrevistados criaram suas reservas sem incorrer em custo de aquisição por conta de doações de terras, arrendamentos, heranças e outros tipos de acordo. Para todos os participantes, o principal custo envolvido no processo de criação da reserva — excluindo-se a compra da propriedade — refere-se a despesas de transferência e registro de títulos e escrituras (32% dos entrevistados), seguido por serviços jurídicos e taxas de cartório (20%), mapeamento de propriedades (14%) e viagens de campo para prospecção de terras (13%) (Figura 7).

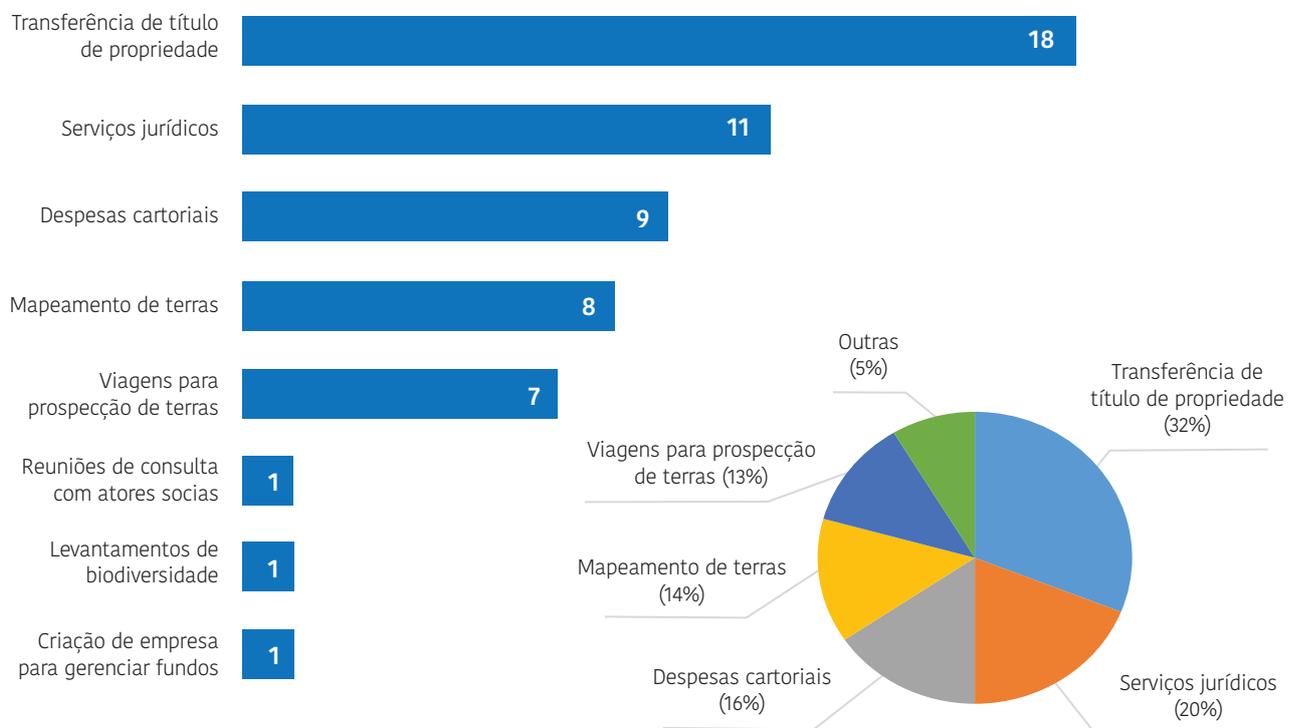


Figura 7. Resultados da pesquisa: principais custos durante o processo de aquisição de terras.

Excluindo-se a aquisição da propriedade em si, os custos mais significativos listados durante a pesquisa são apresentados como número total (barras) e porcentagem das respostas (pizza). A categoria “Outras” encontra-se expandida no gráfico de barras.

Além do custo da propriedade, as principais despesas durante a fase de aquisição de terras relacionam-se à transferência de títulos, serviços jurídicos e taxas de cartório.

Quais os custos iniciais relacionados com a implantação da reserva?

Além dos custos envolvidos na aquisição da propriedade e transferência de títulos, os entrevistados foram questionados sobre as principais despesas relacionadas com a implantação da reserva, ou os custos iniciais para adequar as instalações e infraestrutura da reserva às suas necessidades e objetivos. A despesa mais significativa para 40% dos entrevistados está relacionada com a construção e adaptação de alojamentos, escritórios e instalações de pesquisa. A segunda despesa unitária mais citada para a implantação da reserva foi relacionada à demarcação e cercamento do perímetro, seguida da melhoria das vias de acesso e aquisição de veículos (Figura 8).

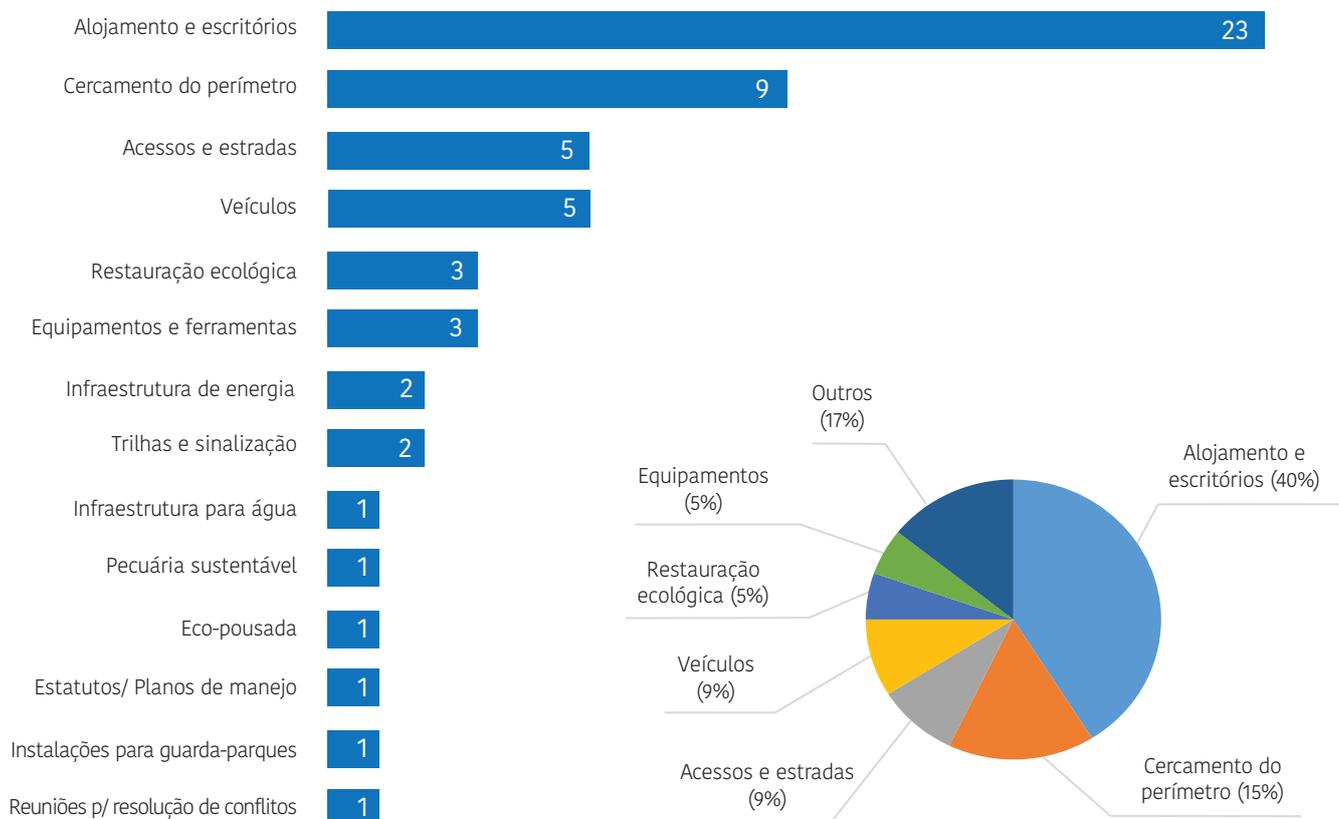


Figura 8. Resultados da pesquisa: custos de implantação da reserva. Custos mais significativos na fase de implantação das reserva privadas, apresentados como número total (barras) e percentagem das respostas (pizza). A categoria “Outros” encontra-se expandida no gráfico de barras.

A construção de alojamentos e escritórios foi o principal custo relacionado com a implantação da reserva, seguido por cercamento e acessos viários.

“Estratégias para criação de reservas: construindo relações de confiança”

Marcy Summers

Alliance for Tompotika Conservation, Indonésia



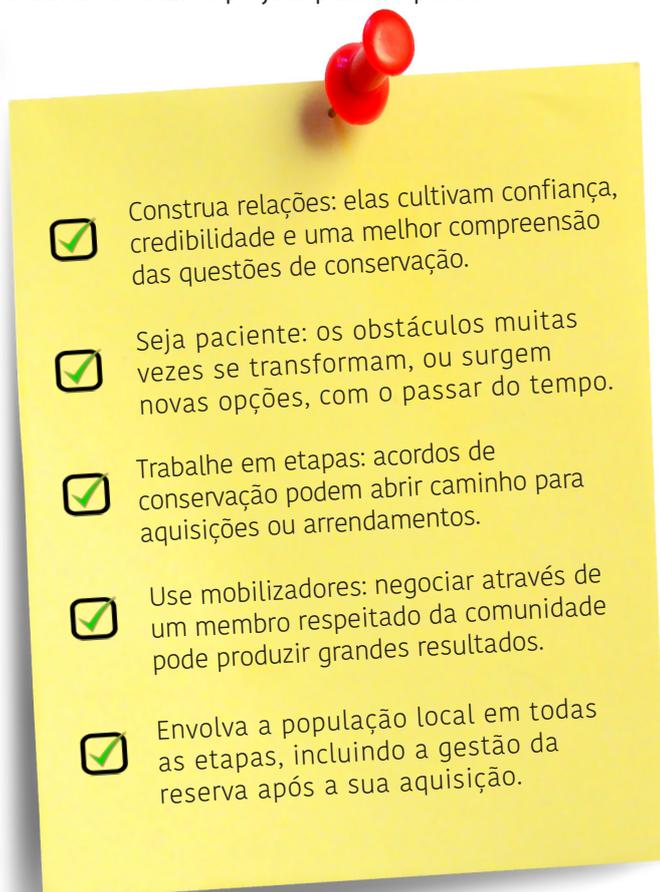
Marcy é uma bióloga da conservação dos Estados Unidos. No início dos anos 2000, a população local pediu sua ajuda para evitar a extinção do icônico pássaro *maleo*, levando à criação da Alliance for Tompotika Conservation.

Desde 2006, a Alliance for Tompotika Conservation (Aliansi Konservasi Tompotika, ou ALTO) vem trabalhando com as comunidades locais para salvar o mascote de Celebes, o icônico pássaro *maleo*, ameaçado de extinção pela perda de habitat e pela caça predatória de seus grandes ovos. A partir de um início modesto em apenas uma localidade, e com alguns poucos casais de aves em cercados, a parceria entre a ALTO e as comunidades conseguiu acabar com a caça e promover a recuperação sem precedentes do *maleo*. A população de *maleos* mais do que quadruplicou e nós agora protegemos três áreas junto com as comunidades locais. Para a ALTO, a chave para a construção de parcerias bem-sucedidas de conservação com as comunidades tem sido o nosso compromisso de longo prazo com o bem-estar dos *maleos* e seus vizinhos humanos.

Para trabalhar de forma eficaz na região de Tompotika, tem sido essencial construir relações de amizade e confiança com a população local. Nós temos clareza sobre nossa missão como organização de conservação e trabalhamos duro para educar as pessoas sobre as questões de conservação. Mas nós também nos certificamos que elas saibam que nos importamos com elas como pessoas. Nós paramos às vezes só para dar um alô, sem agenda, vamos aos jogos de futebol, aos casamentos e funerais. Embora a propriedade integral da terra seja muitas vezes a maneira mais segura de garantir a conservação a longo prazo, isso nem sempre é possível no início. Por isso, é importante conduzir o projeto passo-a-passo.

Geralmente, acordos de curto prazo (6 meses a 2 anos) para colaboração em projetos de conservação podem ser uma forma simples, e relativamente fácil, de se conquistar a confiança, especialmente quando a parceria ainda está se desenvolvendo. Começar com um acordo de conservação de “baixo risco” muitas vezes pode abrir caminho para uma solução mais permanente (arrendamento de longo prazo ou compra) uma vez que a confiança mútua e a credibilidade tenham sido estabelecidas. Fique ciente, no entanto, que o preço de venda de um pedaço de terra pode aumentar se o proprietário já estiver recebendo um bom preço anual pelo o seu arrendamento.

É essencial envolver a população local e o governo em todas as fases do projeto, desde a concepção até a gestão a longo prazo da nova reserva. Na realidade, a melhor maneira de se chegar a um acordo sobre a compra ou o arrendamento de uma terra é deixar a negociação ser conduzida por um advogado local confiável. As comunidades locais tendem a enxergar a ONG como forasteiros ricos, mas se um respeitado e antigo membro da comunidade estiver disposto a apoiar o projeto, é mais provável que um acordo justo e sustentável para todos seja alcançado. Uma vez estabelecida a nova reserva, envolver os habitantes locais nos objetivos de conservação e no dia-a-dia da gestão ajuda a fortalecer as raízes do projeto e a sua longevidade junto à comunidade.



“Estratégias para criação de reservas: arrendamento para conservação”

Bou Vorsak

Nature Life, Camboja



Bou tem mestrado em Administração de Empresas e 15 anos de experiência trabalhando para organizações internacionais. Fundador da NatureLife Camboja, um parceiro da BirdLife, é apaixonado por conservação.

Anlung Pring é uma pequena área protegida no Camboja com apenas 217 ha (670 acres), mas que desempenha papel significativo na proteção do grou-indiano, ave ameaçada de extinção. Anualmente, mais de 30% da população de grou-indianos da Indochina “inverno” nesta área alagada. Esta área protegida precisa ser ampliada para manter sua integridade. Com o apoio financeiro da UICN NL, a NatureLife Cambodia arrendou os campos de arroz dos agricultores ao redor da reserva para garantir habitats de alimentação seguros para o grou-indianos. Nossa estratégia de arrendamento pode ser dividida em cinco etapas:

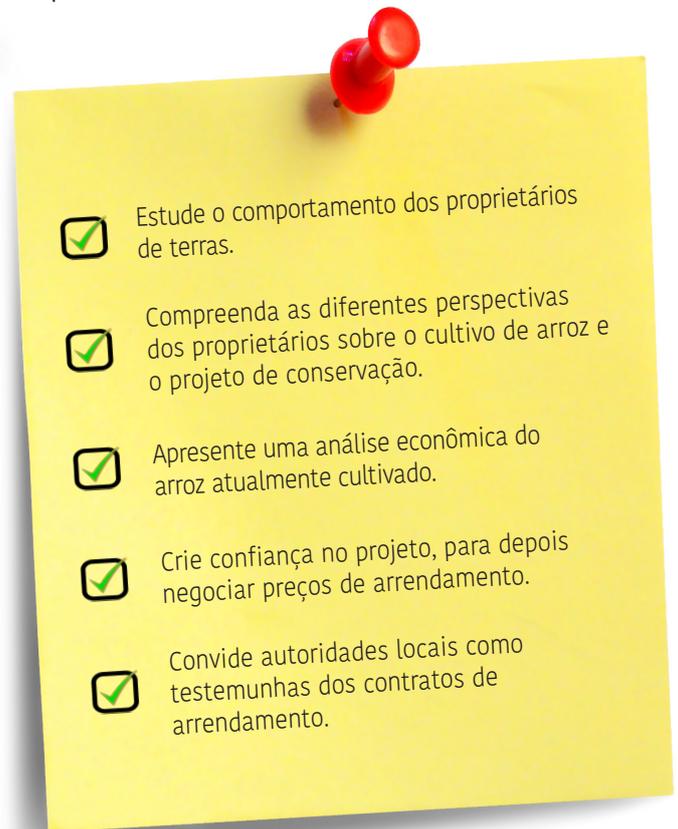
Etapa 1: Sondar os proprietários de terras para entender como o seu arroz é cultivado. Nesta fase, não devemos informar ao proprietário sobre o nosso plano para arrendar suas terras, para evitar especulação de preços e desinformação. Proprietários de terras nos fornecem informações porque nos conhecem, mas teria sido um desafio para recém-chegados obter esses dados.

Etapa 2: Organizar uma reunião com todos os proprietários de terras para entender sua percepção sobre o cultivo de arroz, atividades de conservação, mercado de arroz e planos futuros de uso da terra.

Etapa 3: Ilustrar prós e contras do cultivo de arroz. Os proprietários são convidados a participar de uma reunião para analisar economicamente seus cultivos. Nossa equipe apresenta os resultados da receita líquida anual de suas plantações de arroz, um cálculo baseado nas informações fornecidas por cada proprietário nas Etapas 1 e 2. Os proprietários entendem a matemática do uso atual da terra e começam a pensar em alternativas.

Etapa 4: Apresentar proposta de arrendamento de terras para conservação e iniciar a negociação do arrendamento. Usamos a renda anual que cada proprietário recebia do cultivo de arroz como preço inicial para negociação. Conduzimos reuniões individuais com cada proprietário, incluindo aqueles que não estavam dispostos a arrendar suas terras. Nosso maior desafio foram os proprietários que não concordaram em arrendar as terras, mesmo que tenhamos nos esforçado muito para convencê-los. Para evitar atrasos, decidimos avançar para a Etapa 5 com apenas nove proprietários. O preço do arrendamento foi acordado antes da organização do encontro com os proprietários para chegar a um consenso sobre as condições gerais de locação. O preço final foi 25% maior do que a renda anual gerada a partir do cultivo de arroz; no entanto, esse preço foi 60% mais barato do que o orçamento original destinado ao arrendamento.

Etapa 5: Consultas finais, medição do terreno e assinatura de acordos. As autoridades locais (diretor da área protegida e chefe da comunidade) foram convidados como testemunhas. A equipe também convidou proprietários que não concordaram em arrendar suas terras. Depois que entenderam as condições e preço final do arrendamento, e vendo a confiança de seus vizinhos, os proprietários remanescentes mudaram de opinião e também resolveram arrendar suas terras.



*“Estratégias para criação de reservas: viabilidade ecológica e econômica”***Martin Schaeffer***Fundación Jocotoco, Equador*

Por 17 anos, Martin teve uma carreira dupla como ecólogo evolucionista e conservacionista. Agora seu foco é proteger terras e fortalecer os programas de conservação da Jocotoco.

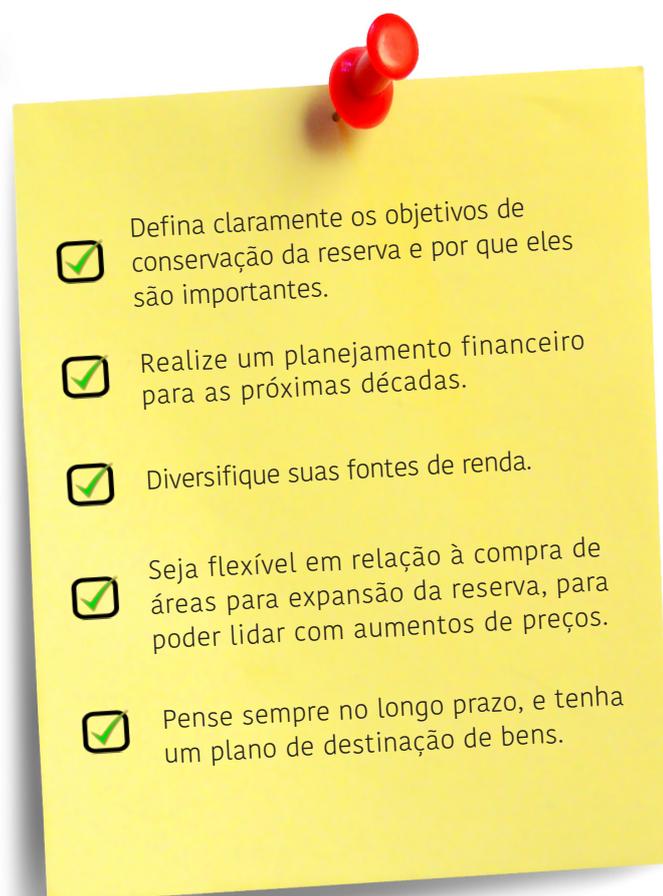
Se forem estabelecidas e geridas de acordo com uma estratégia de longo prazo, as reservas privadas podem ser ferramentas eficazes para alcançar objetivos de conservação rapidamente. No mínimo, esta estratégia deve prever a viabilidade ecológica e econômica da proteção da terra para além de uma geração (humana). Se assim o fizer, poderá facilitar muito a captação de fundos. A viabilidade ecológica recai sobre proteger populações viáveis de espécies ou ecossistemas saudáveis em cenários de mudanças climáticas. Requer, portanto, pelo menos um conhecimento básico do tamanho desejado de uma reserva, sua possível conectividade com outras áreas protegidas, e como monitorar que os objetivos de conservação sejam alcançados ao longo do tempo. Dados sobre as mudanças climáticas e seu impacto sobre espécies e ecossistemas devem alimentar a estratégia sempre que disponíveis. Na ausência de dados, recomenda-se aumentar o gradiente de altitude de uma reserva, a fim de mitigar os impactos adversos de mudanças climáticas nas pequenas reservas.

A viabilidade econômica baseia-se na garantia de um fluxo de renda que permita a proteção efetiva de uma reserva privada no longo prazo. Geralmente, é necessária a presença contínua na terra para evitar exploração madeireira, caça e invasões. Custos básicos incluem, portanto, salários, manutenção, equipamentos e uma administração mínima. Enquanto as receitas do ecoturismo contribuem para a manutenção da maioria das reservas, essas receitas raramente são uma solução milagrosa para cobrir todos os custos.

Contar com uma renda adicional é importante, especialmente se ela combina fluxos de renda ativos e passivos. Esses dois tipos de renda variam de acordo com os níveis de gestão e captação de recursos necessários, sendo “alto” para financiamentos para execução de projeto (ativo), a “baixo” quando oriundo de fundos de investimento (passivo). Todas as organizações, independente de seu tamanho, devem colocar mais de uma pessoa para desenvolver e implementar as estratégias de sua reserva. Isto não só permite a criação de massa crítica, como também protege a organização após a saída de bons profissionais. De preferência, duas pessoas devem conduzir a aquisição da terra. Isto permite uma competição saudável e a retenção do conhecimento, mesmo se uma das pessoas se desligar da instituição.

Planos de destinação de bens são realmente importantes, porém muitas vezes não são elaborados em organizações de pequeno e médio porte. Em conjunto com a viabilidade econômica de longo prazo, os planos de destinação de bens são fundamentais para garantir a proteção efetiva das reservas por décadas.

Quanto maior a organização, mais flexibilidade ela terá em seu programa de compra de terras. Por exemplo, alocar fundos em regiões distintas pode ajudar a lidar, até certo ponto, com as flutuações nos preços locais. Da mesma forma, propriedades “trampolim”, ou áreas semi-contíguas, podem permitir maior flexibilidade na proteção de áreas maiores e mais distantes dentro de uma estratégia de longo prazo da reserva, em comparação à compra de áreas vizinhas.



Como fazer um orçamento para aquisição de terras

Coletando informações básicas

Um passo fundamental para uma proposta orçamentária bem-sucedida, é investir um bom tempo pesquisando as informações solicitadas por cada financiador. Leia atentamente as orientações e os critérios de elegibilidade para ter clareza sobre as informações básicas. Qual é o valor máximo dos projetos? Em que moeda você precisa apresentar o orçamento? Precisa apresentar já um orçamento completo, incluindo as contrapartidas confirmadas? Não se atentar a estas informações básicas é um sinal negativo, que em alguns casos pode ser penalizada com a rejeição de uma proposta. Recomenda-se pesquisar os valores médios dos projetos aprovados ao longo dos anos, para cada financiador. Se você não conseguir encontrar respostas no site do possível financiador, a melhor solução é perguntar. Organizações que fazem perguntas geralmente são valorizadas; mostra que levam a sério a elaboração de sua proposta.

Modelos de orçamento

A maioria dos financiadores tem seu modelo de orçamento padronizado. Quando um modelo não estiver disponível, é aconselhável escrever e pedir esclarecimentos sobre quais itens incluir em uma proposta de orçamento. Em geral, uma comunicação transparente sobre o orçamento, tanto nas fases de elaboração quanto na implementação, é muito apreciada e até fundamental para um bom e duradouro relacionamento com potenciais financiadores. Lembre-se que é melhor para você manter o orçamento o mais simples e geral possível. Compreender claramente o que cada doador exige ajuda a seguir as diretrizes sem complicar o orçamento com itens desnecessários.



Tucano-chocó na reserva Jama-Coaque (Third Millennium Alliance, Equador).

Relacionando os itens do orçamento

Os financiadores sabem que nem sempre é possível calcular de antemão o preço da propriedade. Especialmente nesses casos, é importante manter a transparência. Se o preço da terra for apenas uma estimativa, explique como o valor foi calculado e qual é a faixa de preço de mercado. Não se esqueça de incluir todos os custos associados à compra do terreno, por exemplo, impostos territoriais, taxas de cartório e serviços jurídicos. Não inclua itens genéricos demais e que agrupem uma variedade de despesas indefinidas, tais como “Atividades de gerenciamento urgentes – 10.000 euros”. Se esse valor for usado para um posto de guarda florestal, cercas, sinalização e equipamentos de guarda florestal, apresente uma descrição dos itens e especifique o orçamento de cada um deles.

Inclua e especifique os salários. Os financiadores sabem que os salários precisam ser incluídos para garantir que o trabalho seja feito. Se solicitado, você deve ser capaz de descrever o cargo referente a cada salário, sua carga horária, e calcular o valor total do pagamento por unidade de tempo (ou seja, por dia, mês ou ano). Inclua, sempre que possível, plano de saúde, vale-refeição, e todas as contribuições trabalhistas, previdenciárias e demais impostos, se forem elegíveis pelos critérios do financiador.

Demais itens

Embora você deva incluir taxas administrativas e outros custos indiretos num projeto de aquisição de terra, estes geralmente são bastante inferiores aos 10 a 15% de contingências geralmente incluídos em projetos de menor porte. Estes custos incluem, por exemplo, aluguel de escritórios, contas de eletricidade e internet, taxas bancárias ou salários de funcionários dedicados à contabilidade. A definição de despesas administrativas pode variar para cada financiador; se não houver clareza no edital, pergunte ao financiador. As despesas e taxas bancárias relacionadas às transferências de recursos para o projeto geralmente podem ser incluídas como custos diretos do projeto.

Se possível, inclua um item de “despesas não-previstas” (geralmente não mais do que 5% do total do projeto), que poderá permitir maior flexibilidade para cobrir despesas inesperadas. São poucos os projetos em que tudo sai como planejado. No entanto, lembre-se que gastar esse tipo de orçamento geralmente também requer a aprovação do financiador. Por último, recomendamos incluir uma coluna com o orçamento na moeda local, e outra na moeda do país do financiador, mostrando a taxa de câmbio utilizada.

Como fazer um orçamento para aquisição de terras



PASSO 5 - PLANO DE VIABILIDADE ECONÔMICA



*Como você espera
manter a reserva?*



O Refúgio de Vida Silvestre do Cáucaso, primeira área protegida privada estabelecida na Armênia, protege o habitat dos leopardos-do-cáucaso e suas presas.

Como você espera manter a reserva?

A viabilidade econômica de uma reserva pode ser alcançada, mas vai exigir criatividade, visão de longo prazo e um planejamento cuidadoso. Como garantir que a reserva terá aporte financeiro para continuar funcionando por muitos anos? É realmente um grande desafio. É melhor definir o mais rápido possível como serão cobertos os custos básicos de gestão da reserva, e garantir que parte desses custos estarão inclusos na sua proposta de aquisição de terras. Nesse sentido, este passo vai tratar da elaboração de um plano de viabilidade econômica.

Embora existam diferentes pontos de vista e entendimentos sobre como definir quando um projeto ou uma reserva privada sustentável, é amplo consenso que depender exclusivamente de doações internacionais e editais de projetos, mesmo em pequena escala, não é uma abordagem sustentável. John Fitzpatrick, quando dirigia o Laboratório de Ornitologia da Cornell, dizia que, para seus programas, “nada é sustentável até que haja um fundo de dotação (*endowment*) com 25 vezes o custo do projeto”. Nós acreditamos que ser sustentável é garantir um nível adequado de receitas para sustentar a reserva privada no longo prazo. Para organizações menores, outras abordagens, como formar uma equipe de captação de recursos, pode ser uma estratégia melhor no curto prazo do que um fundo de dotação tipo *endowment*.

Fontes de receita para reservas privadas

- Ecoturismo
- Hospedagem e alimentação
- Taxas de entrada
- Venda de produtos ecológicos
- Extrativismo sustentável (madeira, produtos florestais)
- Agricultura sustentável (pecuária, agrofloresta, apicultura)
- Programas de arrendamento florestal
- Programas de longo prazo (caixas-ninho, restauração de habitats)
- Atividades de curta duração (plantio de mudas, treinamentos)
- Programas educativos com escolas
- Programas de pesquisa
- Programas com voluntários doadores
- Cursos, oficinas e eventos
- Pessoas comprometidas (filiação, “Amigos” da reserva)
- Organizações comprometidas no longo prazo (ONGs, patrocínio)
- Apoio governamental (nacional, estadual, municipal)
- Compensação ambiental (projetos de infraestrutura)
- Fundos de dotação (*endowment*)
- Pagamentos por serviços ambientais (créditos de carbono, proteção de recursos hídricos).

Diversifique suas fontes de renda

É extremamente difícil prever e se preparar para as adversidades, especialmente depois que a pandemia da COVID-19 nos ensinou que o impensável pode acontecer. Como se preparar para absolutamente tudo?

Um dos truques é diversificar suas fontes de renda. Isso não é novidade no mundo dos investimentos ou dos negócios. Dividindo suas receitas em diferentes setores, você reduz o risco de perder tudo de uma vez. Além disso, ao diversificar suas atividades geradoras de renda, cada atividade se torna uma pequena porcentagem do total, sendo assim mais viável captar os recursos para cobrir eventuais perdas, ou cobrir estas despesas com seu fundo de contingência. Porém, embora pareça óbvio que não se deve colocar todos os ovos numa mesma cesta, desenvolver atividades que gerem renda não é uma tarefa simples. As etapas a seguir podem ajudar a identificar possíveis fontes de financiamento para compor um plano de viabilidade econômica.

Mapeie possíveis fontes de financiamento e geração de renda

A avaliação de potenciais fontes de renda depende muito da localização e das características naturais de cada área. A reserva possui belezas naturais e atributos suficientes para atrair o público em geral (belas paisagens, cachoeiras, rios de águas cristalinas) e ecoturistas (vida silvestre, infraestrutura para caminhadas e trilhas)? Como estão os acessos? É perto de uma cidade ou aeroporto internacional? Existem aves endêmicas ou ameaçadas de extinção, ou megafauna carismática, como grandes felinos? Possui áreas em regeneração onde a criação de gado de baixo impacto ou sistemas agroflorestais poderiam ser implantados?

A partir dos resultados da nossa pesquisa global e das experiências coletivas de nossa rede de gestores de reservas, relacionamos 19 atividades geradoras de renda que têm sido utilizadas com êxito em reservas privadas e, portanto, podem inspirar diversas outras formas de se alcançar a viabilidade econômica.

Como você espera manter a reserva?

Elabore um plano de viabilidade econômica

Após identificar as fontes de renda que você considera promissoras, de acordo com a sua capacidade administrativa e as características da reserva, estas devem ser organizadas num plano de captação de recursos, como parte de um plano mais amplo de sustentabilidade de nove anos (veja “Como fazer um plano de sustentabilidade”, p.29). Este plano deve ser revisado pela equipe a cada três anos, para que haja tempo suficiente para avaliar seu andamento e realizar eventuais mudanças. Faça um diagnóstico da sua situação atual, para então propor uma combinação de atividades geradoras de renda que poderiam compor um modelo sustentável realista para sua reserva.

É recomendado que você sempre tenha pelo menos seis fatias do seu “bolo de geração de renda” com itens que sejam confiáveis e constantes, porém mais fatias são sempre bem vindas e desejáveis. De preferência, nenhuma fatia deve ser superior a 25% da receita total, a menos que seja muito segura.

Planeje para o longo prazo

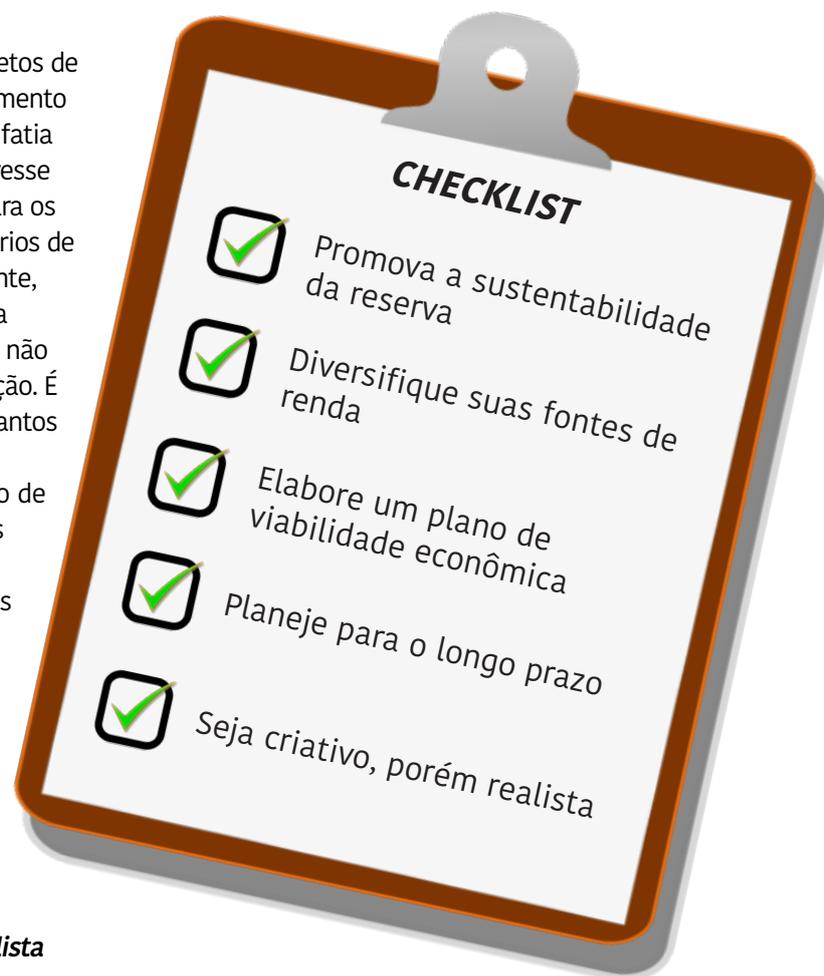
Embora não haja problema em conduzir alguns projetos de curto prazo, sugerimos que você se concentre no desenvolvimento de apoio a programas de longo prazo, pelo menos para uma fatia maior do bolo. Para tanto, é importante saber manter o interesse dos apoiadores, evitando direcionar fundos todos os anos para os mesmos itens que irão “cansar” os doadores, tais como salários de guarda-parques e manutenção em geral (os quais, infelizmente, são itens essenciais para cuidar de uma reserva). O problema com estas atividades é que, mesmo quando bem feitas, elas não apresentam produtos ou resultados visíveis para a conservação. É difícil mostrar quantas árvores não foram derrubadas, ou quantos animais não foram caçados por causa de um guarda-parque.

Assim, é importante demonstrar um planejamento de longo prazo com aumento gradual das ações ao longo dos anos, onde diversas atividades conduzidas para se atingir metas anuais podem justificar o salário de guarda-parques e outros funcionários da reserva. Atividades voltadas à reprodução assistida, tais como caixas-ninho para aves, onde se pode observar o aumento da população, são as mais atraentes. Outros projetos atraentes estão relacionados à refaunação (ou *rewilding*, a reintrodução de espécies extirpadas, isto é, extintas localmente, para restaurar funções e serviços ambientais), proteção de espécies ameaçadas e restauração de habitats.

Seja criativo, mas também realista

Alguns itens menos atraentes para os doadores podem ser abordados com uma visão de longo prazo. Itens como fundos de dotação tipo *endowment* (um fundo de investimento criado através de doações que visa gerar receitas anuais) ou fundos de contingência (fundos reservados para circunstâncias imprevistas ou emergências) são altamente desejáveis para a gestão de reservas no longo prazo, mas devem ser construídos lentamente ao longo dos anos.

Considere a manutenção de contas separadas para doações, contingências e fundos de projetos, com a regra clara de que os primeiros não devem ser gastos para preencher eventuais buracos orçamentários dos projetos. Uma boa estratégia consiste na criação de um fundo de dotações tipo *endowment* para pequenas doações cumulativas ao longo de vários anos, bem como um fundo de contingência de pelo menos 50% do orçamento anual de sua reserva. Se as coisas andarem mal, você terá pelo menos seis meses para tentar levantar fundos para cobrir as lacunas. Em vez de tentar captar uma grande quantidade de recursos de uma vez só para criar um fundo de investimentos “ideal”, uma meta de longo prazo mais factível seria captar um pouco a cada ano.



Quais as principais despesas mensais para manter a reserva?

Para ajudar financiadores e proprietários de reservas a entender melhor os custos envolvidos na manutenção diária de reservas privadas, os participantes da pesquisa foram solicitados a listar em ordem decrescente as cinco principais despesas para a operação mensal de suas reservas. Se considerarmos apenas a despesa listada em primeiro lugar, ou seja, o custo mensal mais significativo, o item “salários e despesas com pessoal” foi a despesa individual mais significativa para 81% dos entrevistados. A média ponderada das cinco maiores despesas mensais relacionadas por cada participante, também demonstra que esta é a principal despesa para a operação da reserva, seguida pela manutenção em geral (de cercas, trilhas, predial), serviços de terceiros, apólices de seguros e serviços de internet (Figura 9).

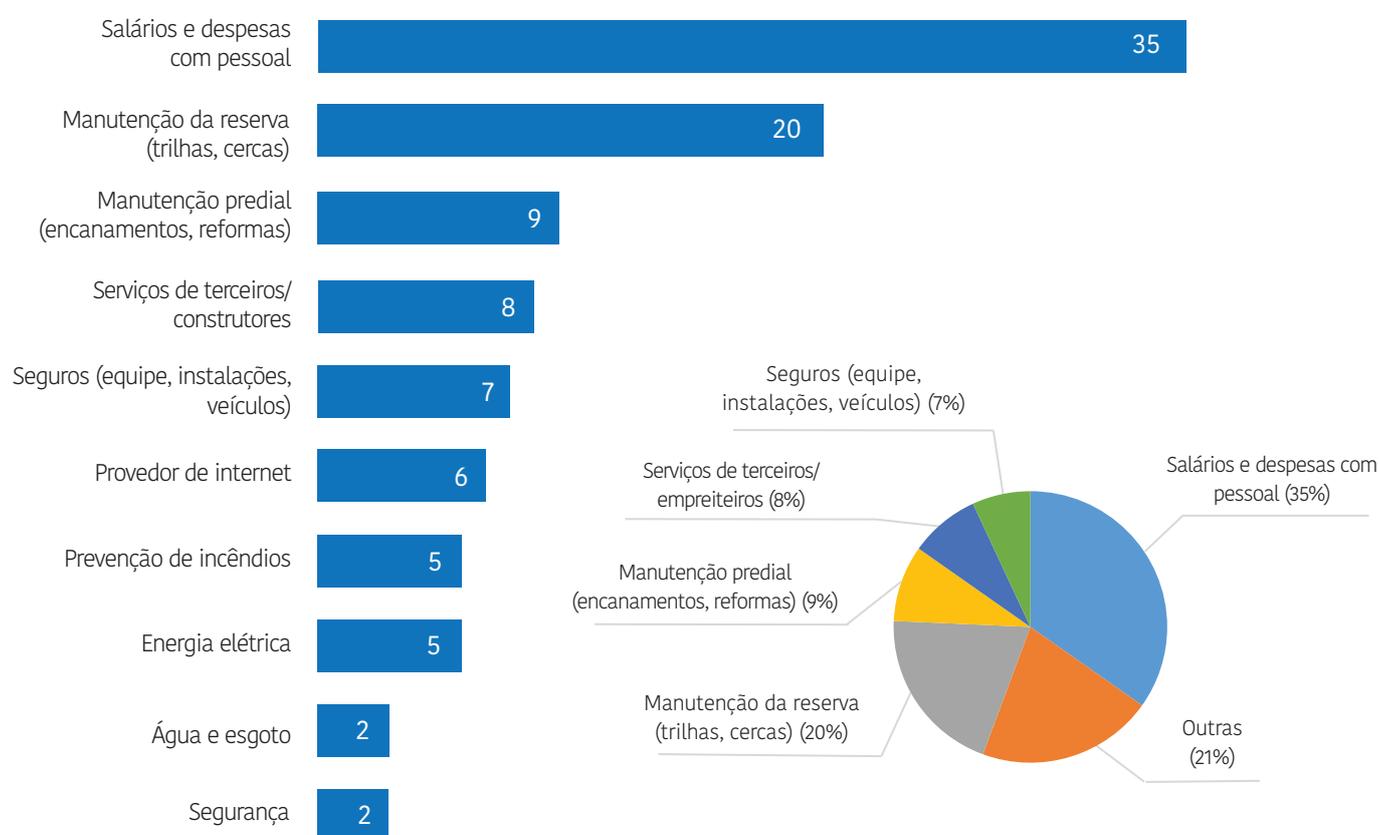


Figura 9. Resultados da pesquisa: principais despesas operacionais. Média ponderada das principais despesas elencadas pelos participantes para o funcionamento mensal da reserva, em percentual. A categoria “Outras” encontra-se expandida no gráfico de barras.

O pagamento de salários e outras despesas com pessoal foi a principal despesa mensal elencada pelos entrevistados.

Quais fontes de renda você espera desenvolver?

A fim de custear suas necessidades operacionais mensais e reduzir a dependência da captação contínua de recursos, espera-se que as reservas privadas desenvolvam fontes alternativas de renda. Para avaliar como os proprietários e administradores de reservas planejam tornar suas reservas privadas mais economicamente auto-suficientes, os participantes foram solicitados a listar até cinco atividades geradoras de renda que eles esperavam desenvolver nos próximos cinco anos. As respostas foram agrupadas em 15 categorias de atividades, classificadas de acordo com o número de vezes em que foram mencionadas (Figura 10). Ecoturismo e atividades associadas, mencionadas por 27 entrevistados, foram as fontes de renda esperadas mais citadas, seguidas por pagamento por serviços ambientais (principalmente referentes a acordos de créditos de carbono) e fundos de dotação (*endowment*).

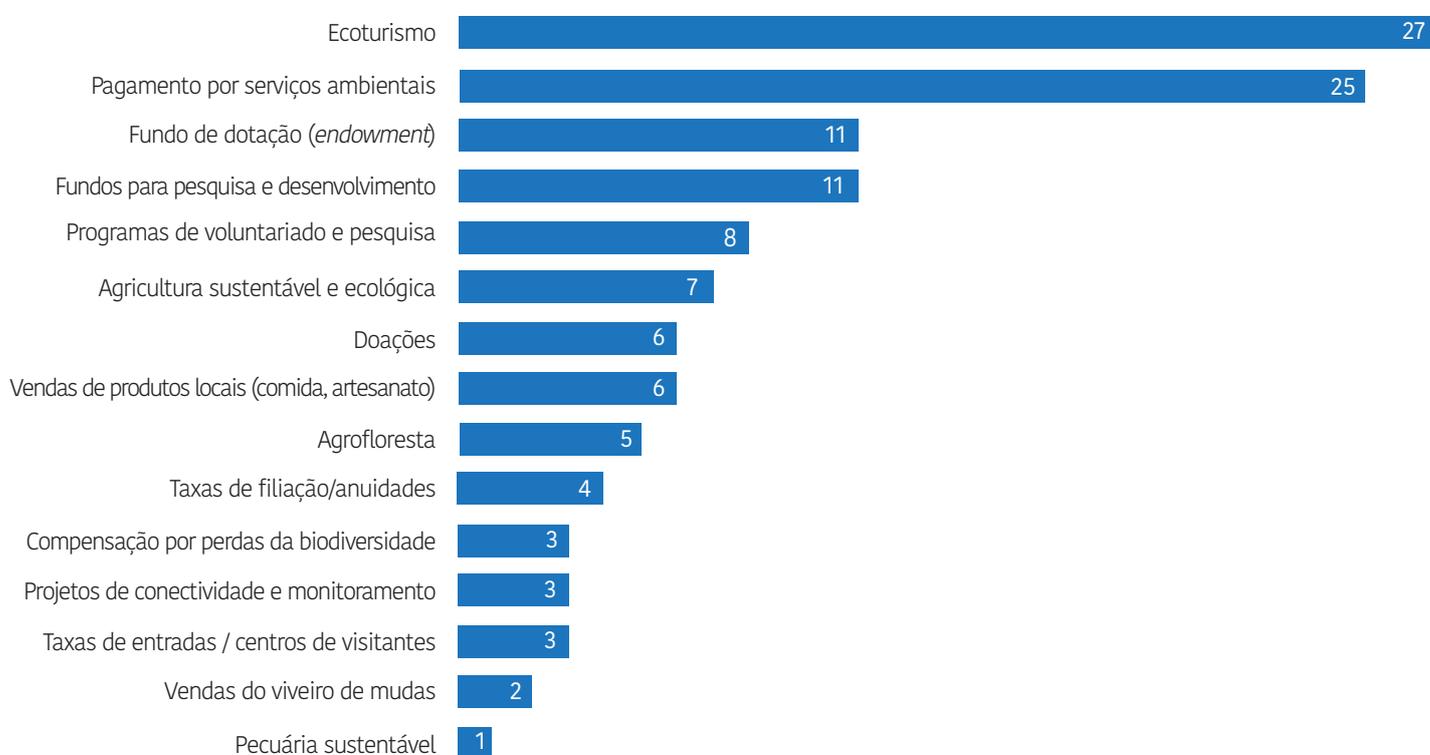


Figura 10. Resultados da pesquisa: fontes de renda desejadas. Atividades geradoras de renda que se deseja desenvolver para auxiliar na manutenção das reservas. As barras referem-se ao número de menções para cada atividade. Os participantes poderiam indicar até cinco atividades.

Ecoturismo e atividades associadas foram as fontes de renda mais citadas como desejadas, seguidas pelo pagamento por serviços ambientais.

“Ideias para captação de recursos: turismo de natureza”

Tsovinar Hovanissian

FPWC, Armênia



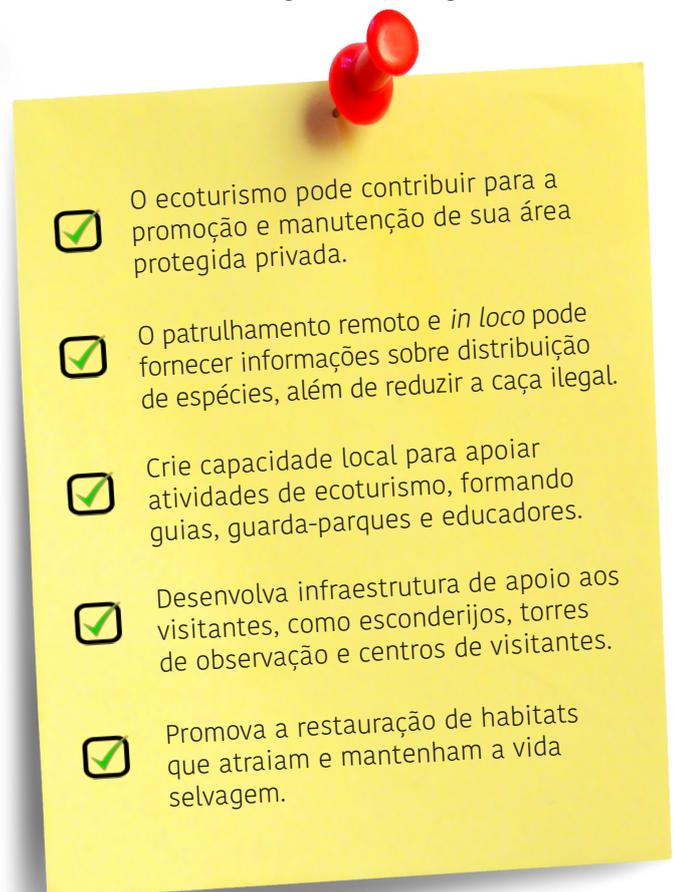
Tsovinar é ornitóloga com 10 anos de experiência no setor de ONGs, além de pesquisadora e doutoranda do Instituto de Zoologia da Academia Nacional de Ciências da Armênia.

As áreas protegidas privadas são um sistema de proteção da natureza recente na Armênia e permanecem pouco conhecidas e menos divulgadas entre o público em geral, além de sub-representadas no sistema nacional de áreas protegidas. Embora sem designação oficial de proteção, as áreas protegidas privadas contribuem para conservar e proteger os ecossistemas e a vida selvagem ameaçada e são importantes corredores naturais entre as áreas nacionais protegidas. O Refúgio de Vida Selvagem do Cáucaso (Caucasus Wildlife Refuge, ou CWR), criado em 2010, é a primeira área protegida privada com o objetivo de conservar os ecossistemas vulneráveis e a biodiversidade ameaçada no centro e no sul da Armênia. A área abriga várias espécies ameaçadas de extinção, incluindo os icônicos leopardo-do-cáucaso, urso-pardo, lince-euroasiático, muflão-armênio e íbex-bezoar. Além disso, o CWR é um local perfeito para observar espécies raras e endêmicas de borboletas e aves. O CWR oferece passeios diversificados e personalizados e pacotes de passeios a cavalo, observação de animais selvagens e pássaros, caminhadas, montanhismo, camping e espeleologia.

O ecoturismo é o setor que mais cresce no mercado de turismo da Armênia. O interesse pela natureza está crescendo entre o público em geral, que vem buscando mais atividades ao ar livre ao invés da vida na cidade. Embora a Armênia seja bem conhecida e famosa por sua herança cultural - megalitos pré-históricos e antigas igrejas e mosteiros - ela ainda é pouco apreciada por sua rica e distinta biodiversidade e grandes paisagens naturais.

A caminhada é a atividade ao ar livre mais popular entre os visitantes locais e internacionais, atraindo diferentes classes sociais e idades. Além disso, esta atividade é uma das mais baratas e não requer nenhum conhecimento ou experiência prévia. O CWR oferece trilhas totalmente equipadas com diferentes graus de dificuldade e guias profissionais para conquistar os picos mais difíceis e mais altos. Além disso, trabalhamos ativamente com as principais agências de turismo e guias de caminhadas. Juntamente com as caminhadas, outras atividades ao ar livre, como espeleologia e escalada, estão se tornando populares.

A cultura de observação de aves e animais silvestres é pouco conhecida e uma nova atividade na Armênia. A observação de aves requer tempo, conhecimento das aves, alguma experiência, boas companhias ou guias e equipamentos. Todos esses fatores a tornam menos atraente e impopular entre os visitantes locais. A maioria dos observadores de aves que chegam à Armênia é de países europeus, com o objetivo de observar espécies endêmicas e raras de aves. Os principais desafios para a observação de vida silvestre ou de aves são a falta de guias profissionais locais e infraestrutura, como esconderijos e torres de observação. Com a crescente expansão dos passeios ecológicos na Armênia, o CWR tem potencial para atender as necessidades dos ecoturistas e fornecer serviços de alto padrão. Assim, nossa experiência tem mostrado que o ecoturismo pode ser uma estratégia importante para ajudar a manter, divulgar e desenvolver nossa área protegida privada.



- ✓ O ecoturismo pode contribuir para a promoção e manutenção de sua área protegida privada.
- ✓ O patrulhamento remoto e *in loco* pode fornecer informações sobre distribuição de espécies, além de reduzir a caça ilegal.
- ✓ Crie capacidade local para apoiar atividades de ecoturismo, formando guias, guarda-parques e educadores.
- ✓ Desenvolva infraestrutura de apoio aos visitantes, como esconderijos, torres de observação e centros de visitantes.
- ✓ Promova a restauração de habitats que atraiam e mantenham a vida selvagem.

“Ideias para captação de recursos: pagamentos por serviços ambientais”**Roberto Pedraza**

Grupo Ecológico Sierra Gorda, México



Roberto é conservacionista e fotógrafo da vida selvagem em tempo integral. Como fotógrafo, descobriu espécies novas para a ciência e usa suas imagens como ferramentas para conservação.

A Reserva da Biosfera de Sierra Gorda (Querétaro, México) é composta principalmente por terras privadas (70%), enquanto os 30% restantes pertencem às comunidades locais. O Grupo Ecológico Sierra Gorda criou uma rede de reservas privadas de 7.500 ha (18.500 acres), com o apoio do Fundo de Aquisição de Terras (IUCN Países Baixos), World Land Trust (Reino Unido) e outros parceiros, para proteger florestas temperadas e florestas nebulares de altitude. Fazendo parte da sociedade local desde 1987, conseguimos nos concentrar na conservação em vez da conversa. É importante ter objetivos claros, conhecimento e dados para direcionar suas ações para habitats e espécies específicas. Só porque projetamos corredores e mapeamos áreas de conservação, a proteção não acontece automaticamente no campo. E a vida selvagem sabe disso.

Para garantir não apenas “ilhas de conservação”, é preciso trabalhar em uma paisagem maior, e é imperativo envolver os proprietários de terras do entorno e suas propriedades. Enquanto as florestas não derem retorno econômico aos seus donos, elas continuarão sendo destruídas. Os pagamentos por serviços ambientais têm sido extremamente eficazes na redução e prevenção de incêndios florestais e mudanças no uso da terra. Eles promovem a regeneração florestal em áreas que foram desmatadas para fins agrícolas e em florestas degradadas, garantindo uma importante remoção de CO₂ da atmosfera, além de outros serviços ambientais como captação de água, regulação da temperatura e biodiversidade.

As florestas fornecem serviços vitais à vida na Terra e à nossa espécie, por isso é necessário e justo pagar aos proprietários florestais por esses serviços em troca da conservação. Conseguimos estabelecer a captura de CO₂ como um serviço, com retorno econômico para os proprietários das florestas, deixando de lado regras e protocolos internacionais complicados, como Kyoto ou projetos de REDD.

Com dados sólidos sobre as florestas locais, conseguimos desenvolver políticas públicas regionais, como o programa estadual de proteção ambiental “Programa de Desenvolvimento Sustentável e Ambiental do Estado de Querétaro” que arrecada recursos anualmente por meio de uma pequena taxa de CO₂, cobrada de proprietários de veículos no estado, que é direcionada aos proprietários de terras locais para proteger suas florestas por meio de regeneração natural. Nosso próprio programa, “Carbono Biodiverso”, oferece ao público e às empresas uma maneira simples de compensarem suas emissões, enquanto protegem a biodiversidade local. Da mesma forma que o World Land Trust e seu Carbon Balanced Program, no qual atualmente 5.520 ha (13.600 acres) de florestas garantem conectividade não só para reservas privadas, como também para onças-pintadas e ursos-pretos. Isso adiciona claramente camadas extras de proteção para as reservas, aumentando sua área protegida.



Comece com uma pequena área para a reserva privada, crescendo à medida que ganha experiência e meios.



Adicione camadas de proteção trabalhando com vizinhos, aumentando seu impacto e eficácia.



Boas fotos podem “vender” seu projeto. Encontre um voluntário que possa tirar fotos e fazer vídeos.



Sem valor, as florestas continuarão sendo destruídas. Informe-se sobre possíveis esquemas de pagamento por serviços ambientais (PSA).



Esteja preparado para um compromisso de longo prazo.



Encontre potenciais associados e parceiros.

“Ideias para captação de recursos: projetos de carbono comunitários”

Fábio Olmos

Permian Global, Brasil



Fábio é biólogo e conservacionista, diretor da Permian Brasil e co-líder da equipe sul-americana da Permian Global.

Os mercados voluntários, que compram créditos de carbono produzidos por projetos que promovem a conservação de ecossistemas ricos em carbono, estão aumentando à medida que mais empresas adotam políticas sustentáveis, e ao mesmo tempo em que impostos de “carbono inteligente” (como na Colômbia) e mercados de carbono regulamentados por governos gradualmente criam demanda por mais projetos. Os projetos de carbono florestal ainda são muito sensíveis à economia de escala devido aos custos de certificação e auditoria e, atualmente, são viáveis apenas em áreas relativamente grandes. Uma abordagem é agrupar várias áreas, como em projetos de carbono com foco em *conservancies* – terras públicas ou privadas sob a gestão de grupos comunitários – como vemos na Tanzânia, Moçambique e Colômbia.

No Brasil, uma grande parte das florestas ricas em carbono é habitada por comunidades que possuem os direitos sobre seus serviços ambientais. Essas áreas incluem não apenas terras indígenas, mas também terras públicas cedidas a comunidades locais, tais como reservas extrativistas ou de desenvolvimento sustentável. Experiências anteriores nos mostraram que as parcerias entre comunidades locais e empresas podem funcionar bem, e abriram caminho para o projeto desenvolvido pela Permian Brasil (filiada à Permian Global) na Reserva Extrativista Estadual do Rio Cautário, em Rondônia. A reserva situa-se numa região da Amazônia brasileira com altos índices de desmatamento, onde outras áreas protegidas chegaram a perder sua designação após serem invadidas e desmatadas por “grileiros” e criadores de gado, demonstrando a necessidade de ir além de apenas promulgar uma lei, mas tornar a conservação um negócio atraente.

No Cautário, a comunidade tem sido fundamental para evitar o desmatamento e, após um processo transparente de seleção e consulta à comunidade organizado pela agência estadual de meio ambiente (SEDAM), eles escolheram a Permian para desenvolver um projeto de carbono florestal na reserva visando desmatamento ilegal zero e nenhuma exploração comercial de madeira. As 86 famílias atualmente inscritas no projeto têm o direito de explorar os recursos naturais da reserva a partir de um plano de manejo elaborado pela SEDAM de forma participativa.

Nosso projeto de carbono florestal recompensa as famílias por cumprirem este plano e ajudarem a conter o desmatamento ilegal, através de pagamentos mensais (cerca de US\$ 200/família) e de investimentos diretos em um programa de desenvolvimento econômico no qual a comunidade decide onde o dinheiro será gasto. Durante a pandemia, a partir de setembro de 2020, esses pagamentos foram de grande ajuda.

Os próximos passos consistem na contratação de guardas florestais e brigadas de incêndio comunitárias, e na construção de infraestrutura básica. E assim que os créditos de carbono começarem efetivamente a ser gerados e vendidos, os lucros serão compartilhados com a comunidade.

- Quanto maior, melhor. Agrupar diversas áreas e seus recursos é muito mais atraente para projetos de carbono.
- Agências governamentais proativas que fazem a ponte entre as comunidades e o setor privado são essenciais.
- As comunidades devem ter os direitos sobre os recursos e serviços ambientais, e a palavra final sobre seu uso.
- Planos de manejo e outras ferramentas que estabelecem regras para o uso da terra são um excelente ponto de partida.
- Os benefícios devem ser claros, e compartilhados desde o início.
- Projetos de carbono não são tão fáceis de entender; uma boa comunicação é fundamental.

Como encontrar fontes de financiamento

O melhor caminho para começar a captar recursos para o seu programa de conservação, que pode incluir compra de terras, é procurar pessoas experientes, geralmente em organizações sem fins lucrativos, que já passaram por estes processos, e pedir algumas dicas. Nós fazemos parte de uma comunidade conservacionista internacional onde sempre há pessoas dispostas a dedicarem seu tempo para ajudar outros conservacionistas. As pessoas e organizações citadas neste manual podem ser um bom ponto de partida. Pesquise indivíduos e grupos que criaram uma reserva em circunstâncias semelhantes às suas. Pesquise os *websites* de grandes organizações que promovam a aquisição de terras, ou que já compraram terras para fins de conservação da natureza. Muitas vezes, essas organizações publicam os nomes de seus principais doadores e financiadores nas páginas de “parceiros” ou “patrocinadores”.

Existem diversos bancos de dados digitais na internet relacionados à captação de recursos que podem poupar muito tempo e esforço, especialmente ao procurar tipos específicos de financiamento, embora a maioria deles exija uma assinatura paga. Existem alguns serviços na internet que oferecem acesso gratuito a grandes bancos de dados (por exemplo, grantmakers.io para doadores norte-americanos), enquanto outros cobrem uma ampla gama de oportunidades de doações e financiamentos para países em desenvolvimento por uma pequena taxa anual, como terravivagrants.org.

Depois de fazer uma pesquisa bem completa na internet, você poderá criar um banco de dados simplificado para captação de recursos, listando todas as oportunidades elegíveis e viáveis de acordo com os objetivos do seu projeto e as características da sua organização. O banco de dados pode ser apenas uma tabela ou planilha, continuamente atualizada com informações sobre fontes de financiamento, valores, requisitos e prazos de inscrição. Com base nessa lista de potenciais financiadores, um calendário de propostas de financiamento pode ser construído de acordo com as prioridades e capacidade da equipe.

Através das mídias sociais, você pode “seguir” organizações de seu interesse que financiam aquisição de terras para receber novas chamadas de propostas assim que são anunciadas. Além disso, você terá uma ideia melhor dos interesses e objetivos de cada financiador. Esteja preparado para agir rapidamente quando uma oportunidade de financiamento aparecer. Muitas vezes, os prazos são apertados e você precisa preencher formulários de inscrição e planilhas de orçamento. Em caso de dúvidas, sempre entre em contato com o financiador para esclarecimentos. Algumas oportunidades de captação são contínuas e não têm prazos específicos. Se alguma organização ou doador individual estiver interessado em seu projeto de aquisição de terras, tente contatá-los solicitando uma reunião ou enviando um resumo de seu projeto. Esteja preparado e disponível para responder quaisquer perguntas, e fornecer informações adicionais mediante solicitação. Os financiadores têm seus próprios critérios e prioridades, e escolhem cuidadosamente suas propostas antes de iniciarem qualquer relação de financiamento.

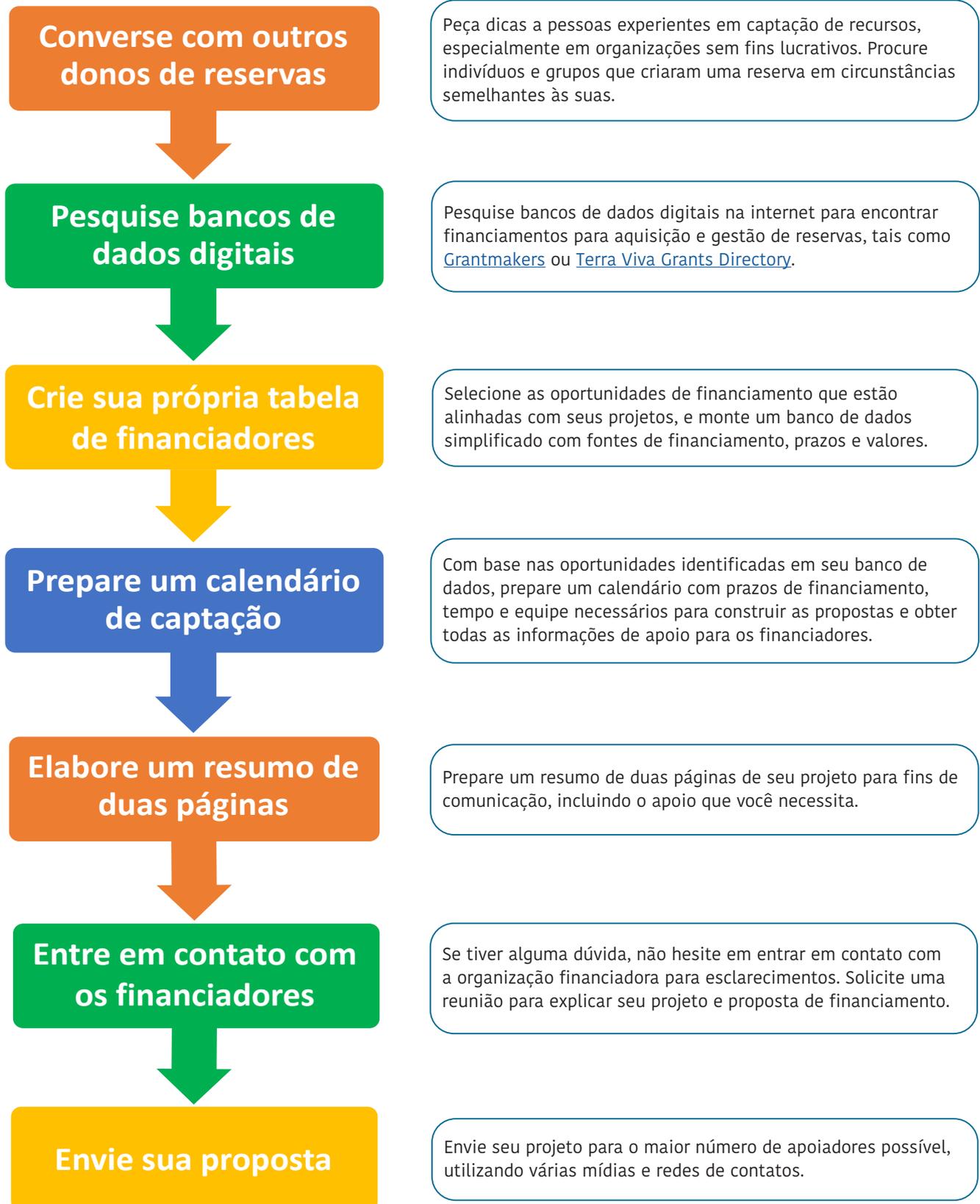
Divulgue seu projeto e suas intenções para todo mundo. Um resumo de duas páginas do seu projeto pode ser muito útil para fins de comunicação (consulte “Cultivando o interesse dos doadores: preparando um resumo de duas páginas”, p.57). Mantenha sua proposta curta e direto ao ponto. Isso pode ajudar a prender a atenção dos leitores, em vez de confundirlos com excesso de informação. Certifique-se de que sua proposta contenha um apelo claro por apoio. Você também pode publicá-la em seu *website* ou colocá-la em plataformas de financiamento coletivo (*crowdfunding*).

Programas de conservação de longo prazo que incluem a compra de terras estão em crescente demanda por financiadores internacionais que apóiam a aquisição de terras. No entanto, alguns financiadores cobrem apenas os custos relacionados com a compra da terra, evitando apoiar os custos com a sua proteção. Assim, ao considerar suas oportunidades de financiamento, avalie se elas poderão cobrir todas as suas despesas gerais, bem como veículos, restauração, manutenção e promoção de atividades que visem a sustentabilidade econômica da reserva.



O grou-indiano é uma espécie emblemática que ajuda a NatureLife Cambodia a arrecadar fundos para proteção de suas reservas.

Como encontrar fontes de financiamento



PASSO 6 - PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE TERRA



Como preparar uma proposta de aquisição de terra?

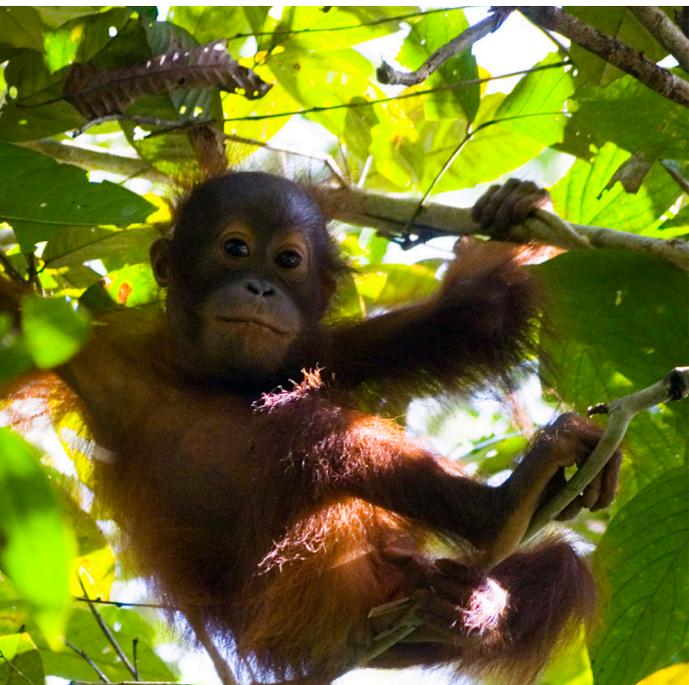


A Reserva Natural Barba Azul protege o habitat de reprodução da arara-barba-azul, ave criticamente ameaçada de extinção, além de promover a pecuária sustentável (Asociación Armonía, Bolívia).

Como preparar uma proposta de aquisição de terra?

A diferença fundamental entre a elaboração de uma proposta de aquisição de terra e outros projetos de conservação, é que geralmente não se tem todas as informações exatas de antemão. Isso ocorre principalmente porque só se consegue avançar na negociação com um proprietário até um certo ponto sem ter de fato o dinheiro na mão para pagá-lo. Além disso, para não perder seu poder de negociação, você deve tentar evitar que ele saiba todos os detalhes sobre o seu financiamento.

Os financiadores que apoiam a aquisição de terras têm experiência suficiente para lidar com questões relacionadas a informações incompletas e problemas potenciais que podem ocorrer em uma negociação de terras. Nosso conselho é tentar ser o mais honesto e transparente possível sobre a situação para a organização financiadora. Vocês estarão assumindo um risco calculado juntos, então, procure apresentar o máximo de informações possível para os financiadores. Isso pode incluir a situação financeira do proprietário, sua reputação, motivo da venda e, em alguns casos, até antecedentes criminais.



Na ilha de Bornéu (Sabah, Malásia), a Hutân está criando reservas privadas para proteger o habitat ameaçado dos orangotangos.

Elaboração de orçamento para aquisição de terra

Diferentes financiadores têm diferentes formatos de orçamento, mas se eles não possuírem um modelo, sugerimos que você divida as partes de seu orçamento de acordo com as atividades do seu programa. Lembre-se que você vai apresentar para um possível financiador de aquisição de terra a sua proposta de programa de conservação que inclui a compra de uma propriedade (veja “Aquisição de terra como parte de um Programa de Conservação”, p.56). Assim fica mais fácil distribuir alguns custos ao longo da proposta, tais como salários, viagens, materiais de consumo e despesas de escritório, que podem ser alocados em diferentes seções de um programa de longo prazo. Dessa forma, os financiadores podem também decidir com mais facilidade como desejam dividir o apoio ao seu programa de conservação.

Um orçamento para aquisição de terra geralmente segue o mesmo formato do orçamento de um programa de conservação. Recomendamos que você tente ser conciso e não muito específico, para poder ter alguma flexibilidade. Se o financiador não quiser saber quantas horas cada funcionário receberá, então não há necessidade de complicar essas linhas do orçamento com informações extras. Certifique-se, no entanto, de que você saberá especificar quaisquer itens, se solicitado (veja “Como fazer um orçamento para aquisição de terra”, p.39).

Checagem dos documentos da propriedade e impostos anteriores

Embora isso seja extremamente importante, pode ser bastante complicado em alguns países em desenvolvimento. Geralmente, quando um proprietário de terra fica evitando mostrar toda a papelada da propriedade, há uma maior probabilidade de haver algum problema com a documentação. Esse é o tipo de coisa que você não deve deixar para descobrir somente quando a negociação de compra do terreno estiver avançada. Existem vários problemas que podem estar relacionados com a documentação. Embora alguns proprietários de terra possuam cópias de todos os documentos, em outros casos já tivemos problemas com títulos de terras com mais de 100 anos, exigindo anos de atualização legal.

Porém, não deixe que esses problemas o impeçam de proteger uma área. Alguns anos colocando esta papelada em dia não são nada comparados ao valor de proteger uma área para sempre. Se você suspeitar que a documentação não esteja em ordem, é aconselhável elaborar uma pequena proposta de doação ou financiamento para avaliar a situação legal do terreno antes de avançar com a proposta completa.

Como preparar uma proposta de aquisição de terra?

Destacando seus alvos de conservação

Não subestime os benefícios gerados através da proteção de sua reserva. Em muitos países tropicais ricos em biodiversidade, os habitats naturais remanescentes abrigam muitas espécies potencialmente ameaçadas de extinção, não apenas mamíferos e aves. Certifique-se de destacar as espécies e habitats ameaçados da sua reserva usando sistemas de avaliação como a Lista Vermelha da UICN, Listas Vermelhas Nacionais, IBAs, KBA, AZEs, sítios Ramsar (veja “Como destacar seus alvos de conservação”, p.9). Além disso, considere incluir em sua proposta, programas de conservação da vida silvestre e restauração ecológica, e quais suas metas de aumento populacional até atingir um ambiente mais equilibrado. Projetos de recuperação da biodiversidade, ou *rewilding*, são bem vistos, pois têm o potencial de reintroduzir espécies localmente extintas para que recolonizem as áreas em regeneração. É surpreendente a quantidade de espécies de alto interesse para a conservação, especialmente de grandes mamíferos, que poderiam estar vivendo nas reservas atuais, após totalmente restauradas.

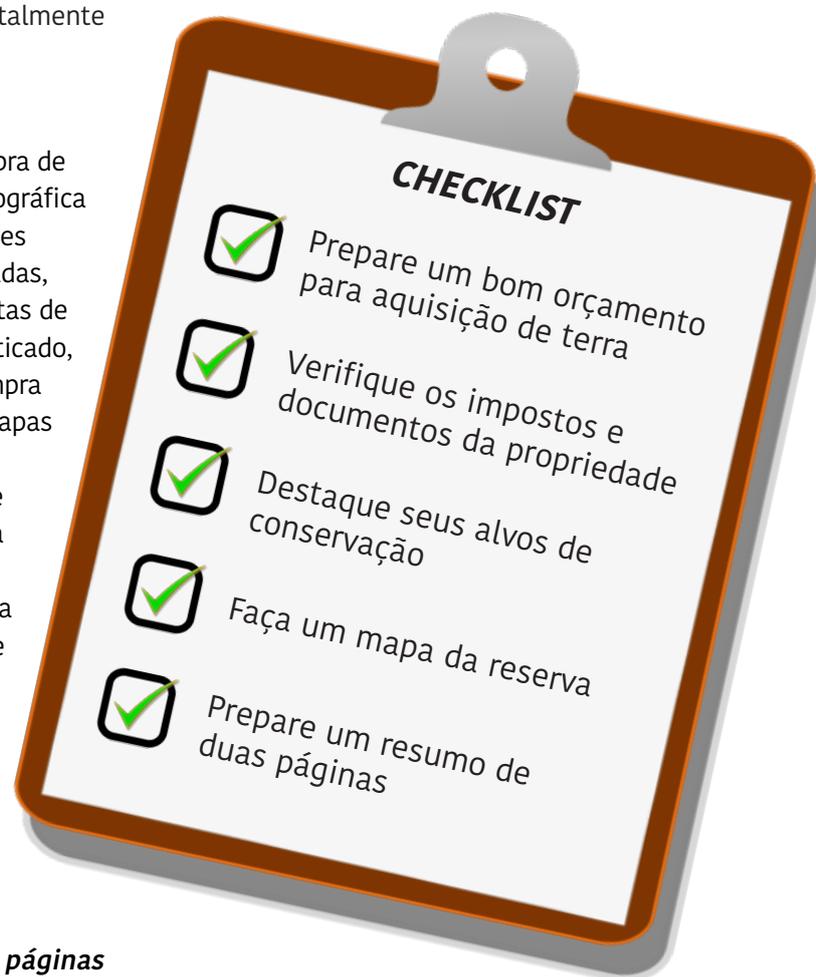
Criando um mapa da reserva

Um elemento essencial de uma proposta de compra de terra é um mapa que mostre claramente a localização geográfica da reserva e seus limites. Se necessário, outras informações úteis, como recursos hídricos, habitats e espécies ameaçadas, podem ser incluídas (veja “Como criar mapas para propostas de financiamento”, p.59). O mapa não precisa ser super sofisticado, mas deve ser facilmente compreendido. Propostas de compra de terra de milhões de dólares já foram aprovadas com mapas simples e claros feitos no Google Earth. De preferência, o mapa que você apresentar em sua proposta também deve ser anexado como um arquivo do Google Earth (.kmz) para que, com apenas um clique, abra um mapa com rótulos simples, algumas características mencionadas na proposta e a poligonal de contorno da propriedade. Certifique-se de que todos os títulos e rótulos estejam em inglês e sem informações excessivas.

Não se preocupe se você não tiver treinamento em geoprocessamento para fazer mapas elaborados, com escalas e coordenadas. É muito comum hoje em dia os financiadores de aquisição de terras solicitarem apenas um arquivo do Google Earth (.kmz).

Preparando um resumo de duas páginas

Um resumo de duas páginas é uma apresentação concisa da sua proposta com os principais aspectos do seu programa de conservação. Conforme destacado por Holly Robertson em seu testemunho, um “resumo de duas páginas é uma maneira eficaz de entrar em contato com um possível doador, apresentar um projeto e solicitar a oportunidade de compartilhar mais informações ou enviar a proposta completa”. Ela oferece dicas sobre como preparar um resumo de duas páginas bem-sucedido e apresenta seus principais elementos, destacando aqueles que são de maior interesse para os financiadores: um título que chame a atenção, uma identificação clara do problema, uma descrição de metas e atividades, um cronograma de execução, um orçamento resumido, uma breve descrição de sua organização, quem contatar para obter mais informações e alguns recursos visuais, como mapas, fotos e gráficos (veja “Cultivando interesse: preparando um resumo de duas páginas”, p.57).



Quais os principais impostos e taxas relacionados à aquisição de terra?

Nesta fase da pesquisa, os participantes foram solicitados a enumerar quais impostos e taxas, governamentais ou cartoriais, devem ser considerados durante o processo de aquisição de terra em seus países. As respostas foram tão variadas quanto os tipos de tributos encontrados nas várias esferas de governo. A maioria dos respondentes destacou a importância de considerar os impostos municipais, especialmente os impostos de transferência de propriedade, e as despesas de cartório e honorários de advogados. O número de vezes que cada imposto ou taxa foi citada encontra-se ilustrado na Figura 11. A pesquisa mostrou que os impostos e taxas podem variar significativamente — de pagamentos unitários (por exemplo, transferência de título de propriedade) a despesas recorrentes, como impostos anuais sobre a propriedade — e devem ser considerados para cada país, estado e município específico.

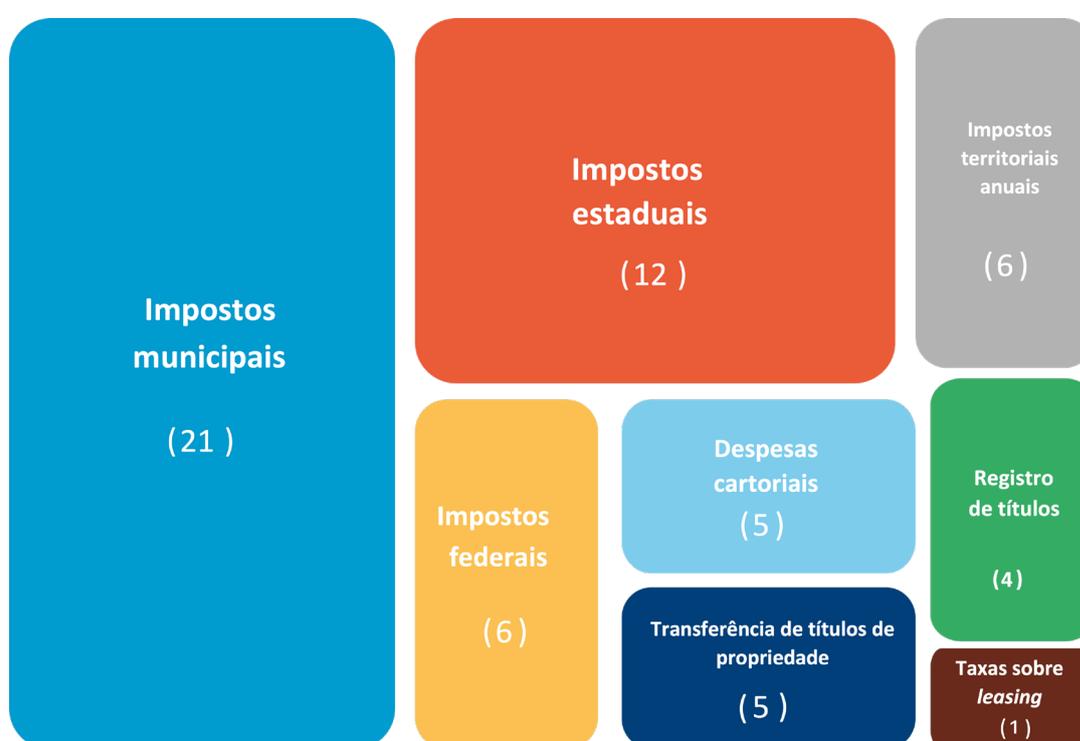


Figura 11. Resultados da pesquisa: impostos e taxas relacionados à aquisição de terras. Os entrevistados foram solicitados a listar os impostos e taxas que devem ser levados em consideração no processo de compra de terra. O gráfico acima apresenta, de forma proporcional, o número de vezes que cada imposto e/ou taxa foi mencionado (entre parênteses).

Conheça todos os impostos e taxas que devem ser inseridos numa proposta de aquisição de terras, incluindo transferências e registros de títulos de propriedade.

Impostos e taxas relacionados à aquisição de terra

Pelo fato de impostos e taxas representarem uma parcela significativa dos fundos nos processos de aquisição e implementação de reservas privadas, eles devem ser levados em consideração nas propostas de criação e gestão de reservas. Em alguns países, organizações sem fins lucrativos e grupos comunitários podem obter isenção de impostos através de autoridades municipais ou nacionais. Com base nas respostas da pesquisa, selecionamos três depoimentos de proprietários e gerentes de reservas para ilustrar alguns dos principais aspectos a serem levados em consideração, em diferentes países, ao pesquisar impostos e taxas fundiárias que devem ser incluídos nas propostas de aquisição de terra ou planos de manejo.

Equipe Reserva Oásis Araripe, Aquasis (Brasil)

“No Brasil, o imposto mais significativo a ser considerado durante a aquisição de terras é o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Representa 2 a 3% do valor da propriedade, mas pode ser complicado de estimar, pois cada município tem o direito de determinar não apenas as exatas percentagens, mas também como o preço de mercado da propriedade será avaliado. Para reduzir as fraudes, alguns municípios evitam calcular os valores dos impostos com base nos contratos ou recibos de compra-e-venda e criam seus próprios sistemas para estimar o valor das propriedades. Depois que adquirimos a terra, ficamos surpresos ao encontrar impostos de transferência de títulos de propriedade muito mais altos do que o esperado, uma vez que o município havia estimado um valor para a propriedade maior do que pagamos. Graças à persistência da nossa equipe, a natureza de ‘utilidade pública’ do nosso trabalho de conservação e ao apoio das autoridades locais, conseguimos ser formalmente isentos destes impostos, para esta e futuras compras.”

Rosamira Guillen, Fundação Projeto Tití (Colômbia)

“Com relação a taxas e impostos, para uma negociação de compra de terras é preciso ter em mente: 1) Despesas cartoriais (pagos 50% pelo vendedor e 50% pelo comprador), 2) Impostos a pagar (pagos por quem vende), 3) Impostos estaduais (pagos pelo comprador) e 4) Registro do título de propriedade (pago pelo comprador). Eles geralmente são calculados como uma porcentagem do preço de venda, e podem variar de estado para estado na Colômbia. A principal recomendação seria procurar aconselhamento jurídico ou consultar as autoridades locais antes de assinar o contrato de compra e venda das terras, para garantir que você tenha os recursos necessários para concluir a negociação. Em nossa experiência, os honorários de consultoria jurídica e impostos representam entre 5% a 7% do preço total do imóvel, mas isso pode variar dependendo do contexto local e da situação do imóvel. Após a transferência do título de propriedade, lembre-se que os impostos territoriais são pagos anualmente, com base na área do terreno e na avaliação da propriedade estimada pela autoridade nacional (IGAC, na Colômbia). No entanto, podem haver cobranças adicionais por parte do estado ou do município. Resumindo, existem impostos e taxas básicas para todo o país a serem considerados, mas podem haver outros adicionais, dependendo de onde você está localizado.”

Lou Jost, Ecominga (Equador)

“Os impostos sobre a propriedade podem ser um grande dreno financeiro, mas pelo menos no Equador, as terras destinadas à conservação e pertencentes a uma organização sem fins lucrativos, estão isentas de impostos sobre a propriedade. Porém, isso não acontece automaticamente; leva muito tempo para a equipe conseguir obter a isenção dos impostos. Além disso, existem custos consideráveis e altamente variáveis envolvidos na obtenção dos títulos de propriedade da terra. Despesas cartoriais, tarifas e honorários de advogados podem chegar a cerca de 10% a 20% dos custos da terra, mas o valor pode variar muito de um lugar para outro; mesmo cidades vizinhas podem ter arcabouços fiscais totalmente diferentes.”

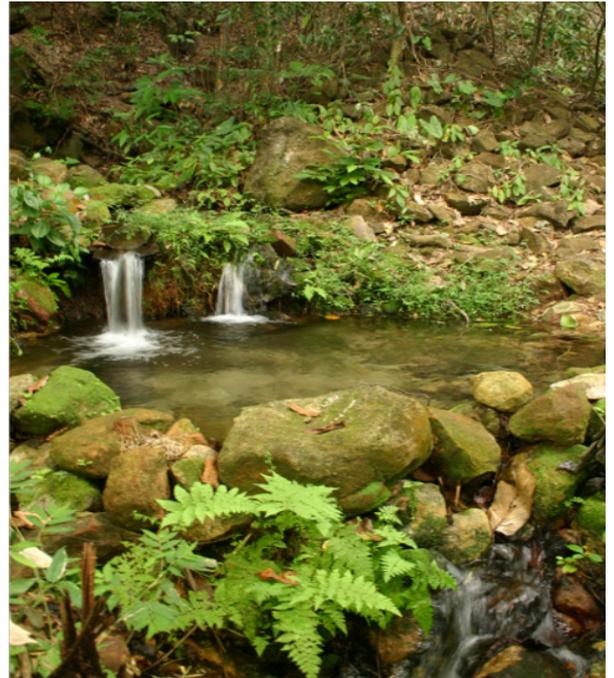
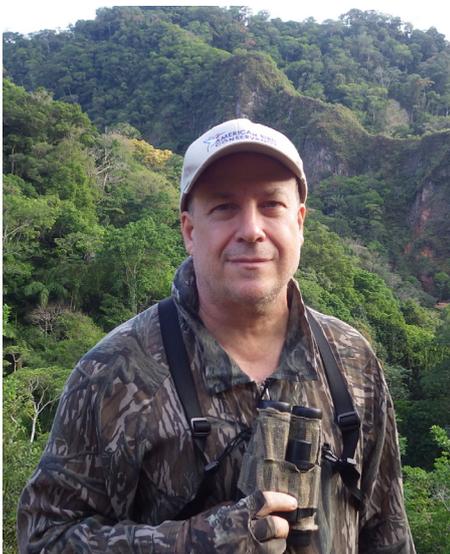


Figura 12. Proteger recursos naturais e serviços ambientais pode resultar em isenção de impostos. A reserva Oásis Araripe recebeu isenções fiscais do município por proteger importantes mananciais que abastecem a cidade de Crato (Ceará, Brasil).

“Aquisição de terra como parte de um Programa de Conservação”

Bennett Hennessey

Asociación Armonía, Bolívia



Parte do trabalho de Bennett no programa Brasil da American Bird Conservancy é ajudar os parceiros a tornar suas reservas mais sustentáveis, enquanto também tenta criar duas reservas sustentáveis para a Asociación Armonía, na Bolívia.

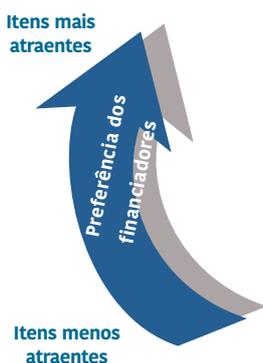
Adquirir uma propriedade é um fato raro, geralmente um dos maiores financiamentos que uma pequena organização sem fins lucrativos irá receber. Este grande aporte de recursos é uma excelente oportunidade que não se deve perder. Tente imaginar sua reserva no futuro e como você irá cobrir seus custos. Você não estará apenas comprando um pedaço de terra, então não apresente seu programa dessa forma. Apresente sua proposta como um programa de conservação que inclua a aquisição de terra como uma de suas partes. Pense nisso como um negócio. O que você precisa fazer para o seu programa de conservação e quais partes da proposta o financiador poderá apoiar? Aconselho enfaticamente a manter a conversa sobre o orçamento total da proposta centrada nas necessidades do seu programa de conservação; tentando não deixar que a negociação se reduza apenas a números de hectares (ou acres) e preço.

Uma grande oportunidade para o seu programa de conservação é obter apoio financeiro para itens menos atraentes, associando-os a um projeto extremamente atraente de aquisição de terra. Na concepção de sua proposta, seja realista em relação à captação de fundos. É muito mais fácil adicionar a uma grande proposta de orçamento alguns itens menos atraentes, pois eles se tornam uma pequena parte de um programa mais abrangente. Um exemplo claro é um veículo, conforme ilustrado pela figura abaixo, que mostra as tendências de preferência dos financiadores observadas em 2022. Você não vai querer descobrir após três anos em desenvolvimento que o que você realmente precisa é de um trator para criar aceiros. Esses itens geralmente são muito necessários, mas muito pouco atraentes para os financiadores como itens isolados em uma proposta.

Conheça as tendências atuais de preferências dos financiamentos. Eu recomendo, em seu programa de conservação, integrar o item de aquisição de terra, que é maior e mais atraente, com itens menores (~ 25% do seu orçamento) e menos atraentes. Aproveite esta proposta de grande porte para trazer vários doadores para apoiar seu programa de conservação. Ter vários doadores/fundações envolvidos em um programa de conservação é vantajoso a longo prazo. Mais apoiadores envolvidos na criação de um programa podem criar maiores possibilidades de apoio, promoção e contatos. Além disso, grandes doações com vários patrocinadores mostram confiança em seu programa e na capacidade administrativa de sua organização e o ajudarão a arrecadar mais fundos no futuro.

Preferências dos financiadores

- compra de terras
- reflorestamento
- ações com espécies ameaçadas
- pesquisa com espécies ameaçadas
- educação ambiental
- reuniões/oficinas
- desenvolvimento do turismo
- infraestrutura da reserva
- fundos de dotação (endowments)
- gestão da reserva
- fundo de contingência
- veículos



Apresente sua proposta como um programa de conservação amplo, que inclui a aquisição de terra como uma de suas partes.

Uma aquisição de terra é uma boa oportunidade para captar recursos para outras necessidades menos atraentes da reserva incluídas no programa de conservação.

Saiba negociar o apoio à sua proposta; não fique tentado a apenas aceitar os elementos mais facilmente financiáveis de sua proposta.

Aproveite uma grande aquisição de terra para envolver vários doadores e apoiar o seu programa de conservação mais amplo.

“Cultivando interesse: preparando um resumo de duas páginas”

Holly Robertson

American Bird Conservancy, EUA



Holly é Diretora de Desenvolvimento da American Bird Conservancy. Ela tem se empenhado em captar fundos para os programas internacionais e apoiar os parceiros da ABC em fortalecer sua capacidade de captação de recursos.

Um resumo de duas páginas da sua proposta é uma maneira eficaz de entrar em contato com um possível doador, apresentar um projeto e solicitar a oportunidade de compartilhar mais informações ou enviar uma proposta completa. O primeiro e mais crítico passo na preparação deste documento é conhecer o seu público. Pesquise o máximo possível sobre os financiadores que irão receber seu resumo: que tipo de projetos eles apoiaram no passado? O que os motiva a patrocinar? Alguns podem estar mais preocupados em proteger espécies criticamente ameaçadas, enquanto outros podem priorizar ações em mudanças climáticas.

Se você não conseguir identificar o que é mais interessante para o financiador, seja abrangente em sua descrição e procure destacar (se for o caso) o que normalmente são os principais pontos de interesse: espécies endêmicas e globalmente ameaçadas que se beneficiarão do projeto; benefícios para a saúde humana e bem-estar econômico (por exemplo, incrementando recursos hídricos e criando modos de vida sustentáveis); conexão com a mitigação ou adaptação às mudanças climáticas; qualquer tipo de foco em diversidade e inclusão (como a inclusão de mulheres no projeto); a importância geral do ecossistema ou região em que você está trabalhando; e quaisquer designações que o local do seu projeto possa ter, como Patrimônio Mundial, sítio da Aliança para a Extinção Zero, Área-chave para a Biodiversidade, etc.

Um bom resumo de duas páginas deverá conter os seguintes elementos: um título que chame a atenção; identificação do problema; descrição dos objetivos e atividades; cronograma de execução; orçamento resumido; breve descrição da sua organização; quem contatar para mais informações; e recursos visuais que ajudarão a vender sua proposta (fotos e mapas de alta qualidade).

A identificação do problema deve vir logo no início do resumo e é sua oportunidade de fornecer informações básicas e definir o contexto da proposta. Nesta parte, você deve abordar:

- Qual é o problema/ameaça e por que é importante?
- Porque deve ser feito agora?
- Quais são os resultados esperados para conservação?

Após a identificação do problema está a descrição de seus objetivos e atividades ou, em outras palavras, seu plano para resolver o problema que acabou de descrever. Concentre-se nas metas que atendam as seguintes características: específicas, mensuráveis, baseadas em ações, realistas e com prazos definidos. Apresente um cronograma geral mostrando quando cada atividade irá ocorrer. Por exemplo, “Nos próximos dois anos, planejamos comprar 125 hectares e plantar 50.000 árvores.”

O orçamento de um resumo de duas páginas não deve ser muito detalhado. Concentre-se em resultados (aquisição de terra, reflorestamento) ao invés de insumos (salários, viagens, suprimentos).

- Seja breve, conciso e evite linguagem técnica: este documento destina-se a chamar a atenção dos doadores.
- Destaque as suas características mais atraentes: adicione uma seção de “informações rápidas” para resumí-las.
- Demonstre urgência: por que esse financiador deveria te apoiar agora?
- Uma imagem vale mais que mil palavras: fotos do local e das espécies ajudam a vender o projeto.
- A geografia é importante: os financiadores vão querer ver num mapa onde seu projeto ocorrerá.
- Acompanhe o andamento: após enviar o resumo, aguarde duas semanas e entre em contato para ver se há dúvidas.

“Preparando uma proposta para aquisição de terra”

Marc Hoogeslag

UICN NL, Países Baixos



Marc ingressou na UICN NL como voluntário em 1999. Foi co-fundador do Fundo de Aquisição de Terras em 2001 e tem sido responsável por este programa desde então, apoiando a criação de reservas privadas em todo o mundo.

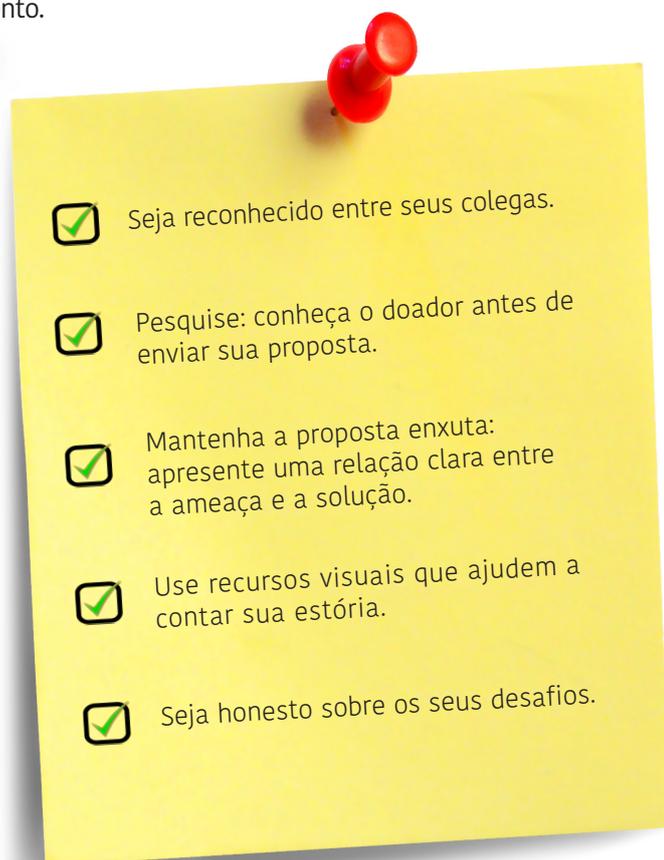
A UICN NL conduz um programa de apoio à aquisição de terras há mais de duas décadas e, ao longo desses anos, aprendemos que a chave para o sucesso são as pessoas que implementam o projeto, e que possuem um forte vínculo (emocional) com a terra ou as espécies que estão protegendo. Sir David Attenborough as chama de “as pessoas com fogo no estômago”. Nosso objetivo é encontrar essas pessoas em meio à enxurrada de propostas que recebemos todos os anos. Sabemos que nossos diversos públicos têm diferentes habilidades e abordagens para escrever uma proposta, por isso tentamos olhar “através” da proposta. Se uma proposta mostrar potencial, nosso próximo passo é entrar em contato com nossa rede global de especialistas no país ou região em questão. Eles são nosso recurso mais importante para o *feedback* e as referências nas quais baseamos nossas decisões. Portanto, é fundamental que você compartilhe seu trabalho e conquistas com o mundo exterior e com seus colegas. Seja reconhecido! Certa vez recebemos uma proposta que não estava bem escrita, mas um contato local nos convenceu da capacidade, comprometimento e determinação da ONG, o que resultou em vários apoios.

Para preparar uma proposta capaz de mexer com o leitor, você deve estudar bem o doador: explorar os seus critérios, *website* e projetos financiados anteriormente. Isso pode parecer óbvio, mas nós continuamente recebemos inúmeras propostas que não estão alinhadas com nossos objetivos de financiamento.

Ao redigir sua proposta, certifique-se de que haja um vínculo claro entre a ameaça e a solução que você está apresentando, lembrando que o leitor pode não ser um biólogo ou botânico. Teste isso com uma pessoa de fora de seu meio: um parceiro, vizinho ou até mesmo sua sogra. Eles entendem o que você deseja alcançar e como? Adquirir terras e criar uma área protegida privada nunca deve ser uma atividade isolada, mas parte de um programa holístico para enfrentar um problema, em conjunto com outros atores sociais. Isso deve estar bastante claro.

Para a aquisição de terras, os recursos visuais são fundamentais. Apenas uma olhada para uma foto ou mapa deve contar sua história. Se você trabalha com conectividade, torne-a visível. Se você pretende criar ou proteger um corredor entre A e B, mostre A e B num mapa com a localização do corredor em questão.

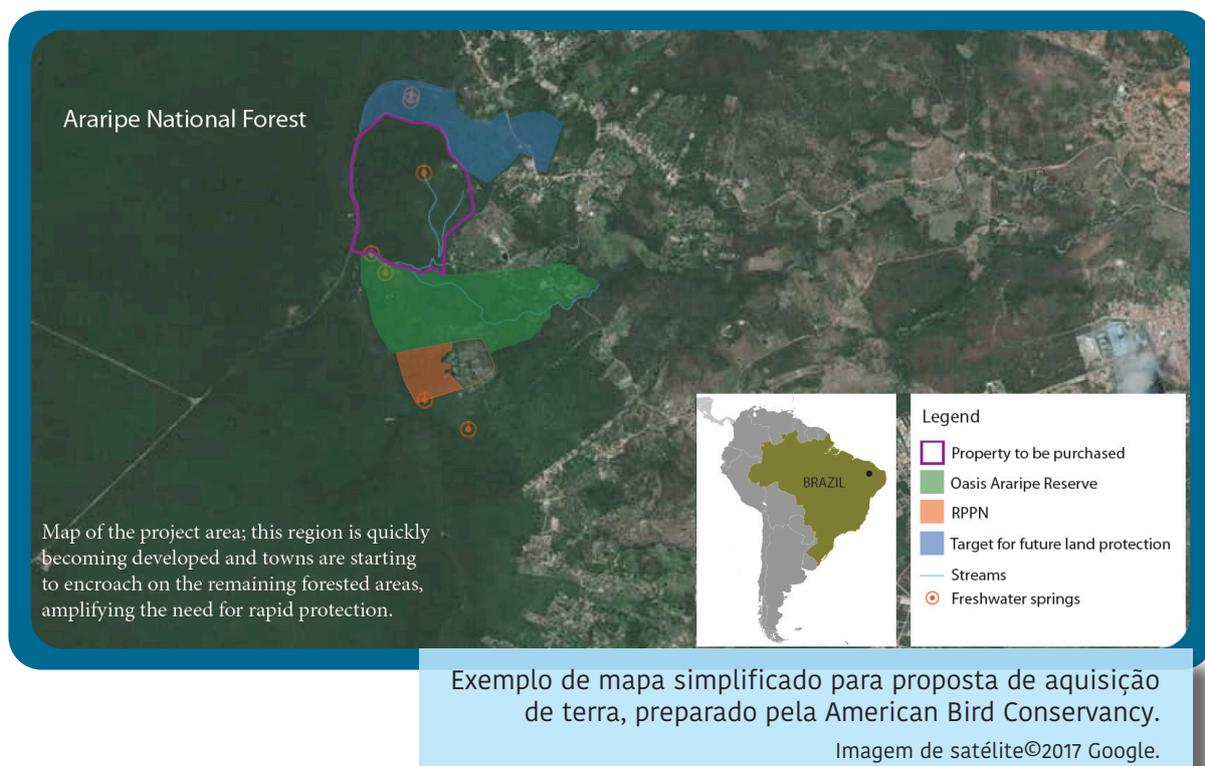
Os doadores apreciam se você for honesto sobre os desafios que sua ONG está enfrentando e as incertezas que podem surgir no estágio de desenvolvimento da proposta. Por exemplo, negociações sobre o preço da terra só podem começar com os fundos em mãos, então é perfeitamente compreensível que as ONGs não tenham como dar um preço real da terra antes do início dessa atividade. Compartilhe isso com o potencial doador!



Como criar mapas para propostas de financiamento

A geografia importa! Quando você envia uma proposta com aquisição de terra, seu projeto é encaminhado a especialistas para análise. Eles recebem dezenas de propostas para avaliar e não podem perder muito tempo tentando entender legendas e mapas complicados. De preferência, você deve preparar um mapa com layout simples como parte de sua proposta, mas também enviar um arquivo KMZ (.kmz) associado que possa ser facilmente aberto por qualquer pessoa com Google Earth.

O mapa é muito importante, pois dá uma ideia de quanto habitat a reserva está tentando proteger e mostra possíveis corredores e conexões com outras áreas protegidas. Mesmo que você tenha especialistas em geoprocessamento para criar mapas mais elaborados, você deve sempre convertê-los em um único arquivo KMZ do Google Earth para que os financiadores possam abri-los com um clique.



Revisores de projetos não gostam de receber mapas muito complicados, com excesso de detalhes. Sugerimos destacar os seguintes aspectos, conforme exemplificado na figura acima:

- 1) os ambientes e as formas de uso e ocupação do solo visíveis ao fundo (imagem de satélite Google Earth).
- 2) os limites (ou seja, o polígono) da reserva proposta.
- 3) outras áreas protegidas, corredores ou reservas vizinhas.
- 4) características naturais relevantes para o seu alvo de conservação (recursos hídricos, áreas de reprodução).
- 5) outros atributos relevantes para compreensão da proposta (instalações e infraestrutura planejadas, alvos para compras futuras).

Embora as imagens do Google Earth possam ser usadas gratuitamente para fins não comerciais – tais como pesquisa, educação, filmes e projetos de conservação sem fins lucrativos – sem necessidade de permissão prévia, os mapas devem incluir o devido crédito ao Google (e seus provedores de dados, se aplicável). Os créditos geralmente são colocados sob a legenda da imagem ou mapa (para saber como creditar imagens Google Earth, consulte o [Google Resource Center](#)).

Como criar mapas para propostas de financiamento



PASSO 7 - ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO



Como envolver comunidades e demais atores locais?



No Tadjiquistão, áreas protegidas privadas e áreas comunitárias de pastagens são co-geridas para fornecer pasto para o gado e animais silvestres.

Como envolver comunidades e demais atores locais?

Atores sociais são pessoas que afetam ou podem ser afetadas pelo seu projeto de conservação. Eles também podem ser pessoas indiretamente afetadas ou que podem influenciar a opinião dos outros sobre seu projeto. Manter boas relações com os diversos atores sociais pode beneficiar seu projeto de várias maneiras, desde aumentar a credibilidade até aprimorar os processos de tomada de decisão. Relacionamentos positivos podem reduzir conflitos e obstáculos, evitando atrasos na implementação dos projetos. Cada grupo de atores sociais requer um método de engajamento personalizado: desde comunicação de mão única, comunicação bidirecional, e até abordagens participativas.

No geral, uma das melhores maneiras de envolver e mobilizar as comunidades locais é criar oportunidades de geração de receitas diretas ou potenciais por meio de atividades como patrulhamento, ecoturismo e agrofloresta. Ao envolver os atores sociais locais, lembre-se que respeito, paciência e justiça são ingredientes essenciais para construir relações duradouras.



Ouvir as necessidades das comunidades locais no Tajiquistão, por meio de um planejamento participativo, possibilita o co-manejo das pastagens para o gado e para animais silvestres.

Mapeando seus vizinhos e outros atores sociais

Embora muitas vezes a “comunidade” seja identificada como um grupo homogêneo de pessoas, a comunidade na realidade é, geralmente, um grande agrupamento de pessoas diferentes, com interesses, papéis e influências distintos. Uma vez que você consiga identificar todos os atores sociais, um segundo passo é avaliar seus papéis e grau de influência no projeto. Eles são indivíduos ou agências que fornecem apoio financeiro ou emitem licenças? Ou são pessoas diretamente afetadas pelo seu plano de conservação? Ou, mesmo não tendo conexão direta com o seu projeto, eles têm influência na comunidade?

Depois que esses papéis forem claramente identificados, faça uma análise preliminar das estruturas sociais para ter uma visão geral de quem são seus atuais aliados, e em quem você deve investir mais tempo. Analisar a frequência das interações e a força dos laços pode fornecer uma boa ideia de como estruturar seu relacionamento com cada uma das diferentes partes interessadas.

Identificar os principais atores e lideranças da comunidade

Nem todo mundo vai entender e querer compartilhar os objetivos e valores do seu projeto de conservação – o que é absolutamente normal. Porém, dentro da comunidade, geralmente há alguns indivíduos mais entusiasmados e propensos a contribuir para o crescimento da sua iniciativa. Certifique-se de apoiar o interesse deles e capacitá-los com as ferramentas e recursos necessários para transformá-los em “heróis” locais! Muitas vezes, as pessoas que menos se espera trazem as ideias mais impactantes e criativas para envolver os atores sociais. Esteja aberto para ouvir e discutir o que é proposto e dar o espaço necessário para se colocar essas ideias em prática.

Uma estratégia de sucesso para cultivar futuros líderes locais e aliados confiáveis é incluir atividades educacionais e programas de liderança juvenil nos seus objetivos e atividades de conservação. As crianças de hoje serão os adultos, pais ou influenciadores da comunidade de amanhã. Vivenciamos exemplos de um jovem adulto que participou do programa juvenil de uma ONG e mais tarde tornou-se prefeito da cidade, e um inestimável defensor dos trabalhos de conservação.

Como envolver comunidades e demais atores locais?

Construindo relacionamentos duradouros

Estabelecer-se localmente como um ator social que busca aumentar a consciência ambiental irá permitir que você aos poucos se torne parceiro dos proprietários de terras locais. Cultivar uma relação de confiança com os proprietários vizinhos pode aumentar a vontade deles em colaborar e serem mais flexíveis com suas propostas. Além disso, um vizinho é um potencial vendedor de terras no futuro.

Para alcançar objetivos sociais, ambientais e econômicos de longo prazo, é de extrema importância envolver e respeitar toda a comunidade: mulheres, homens, idosos e jovens. Recompensar a comunidade é outra boa prática que pode criar laços e fazer com que as pessoas se sintam valorizadas e reconhecidas. Porém, quando se promete uma recompensa, é essencial cumprir a promessa custe o que custar. De qualquer forma, nossa experiência tem mostrado que os projetos de conservação de longo prazo mais bem-sucedidos são aqueles que envolvem os atores sociais locais.

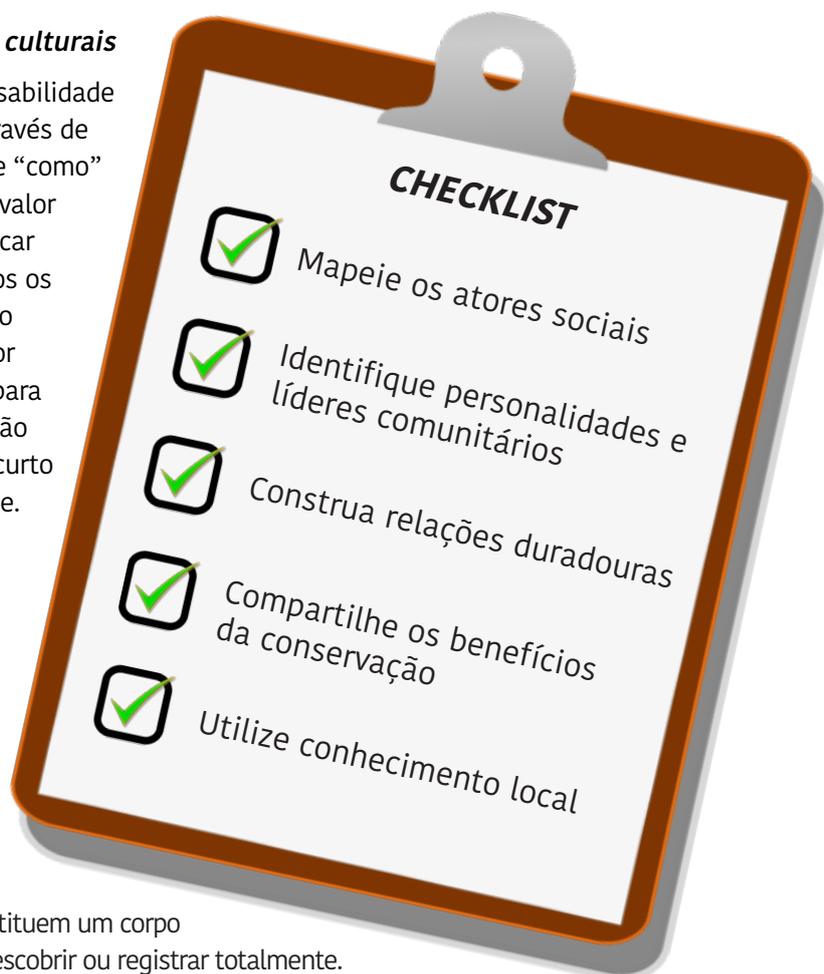
Compartilhando benefícios dos serviços ambientais e culturais

A proteção a um ecossistema depende da responsabilidade compartilhada de toda uma rede de pessoas. Somente através de um entendimento efetivo das pessoas sobre o “por quê” e “como” se deve cuidar de um ecossistema elas compreenderão o valor do meio ambiente para seu próprio sustento. Para identificar mecanismos de compensação que possam beneficiar todos os atores sociais envolvidos, o primeiro passo é ter uma visão clara da realidade socioambiental de uma comunidade. Por exemplo, ao perceber uma necessidade urgente de água para a comunidade, e informá-los como o projeto de conservação pode ajudar a restaurar uma bacia hidrográfica, tanto no curto e longo prazo, você pode conseguir o apoio da comunidade. Da mesma forma, se você está considerando estabelecer o ecoturismo como fonte de renda, certifique-se de que todos os membros da comunidade estão igualmente empoderados a aderir e estão dispostos a fornecer um serviço pelo qual eles têm um interesse genuíno.

Integrando a ciência com o conhecimento tradicional

Sociedades tradicionais e indígenas herdaram um rico conhecimento ambiental que pode servir de base para um desenvolvimento mais sustentável. Em algumas regiões, histórias transmitidas oralmente, observações e práticas constituem um corpo vital de conhecimento que a ciência ainda não foi capaz de descobrir ou registrar totalmente. Uma boa prática é registrar o conhecimento dos mais velhos, aqueles que de fato viveram as mudanças ambientais e sociais das últimas décadas. Eles têm uma memória visual das mudanças históricas na paisagem, o que também pode ser um grande referencial para o seu trabalho de conservação.

Para tirar o máximo proveito de todas as perspectivas, o conhecimento tradicional - que se acumulou através de gerações e pode fornecer métodos já testados ao longo de muito tempo para lidar com as necessidades e desafios do funcionamento diário da reserva - deve sempre atender aos três pilares da sustentabilidade (veja “Passo 3 -Sustentabilidade da Reserva”, p.22) e ser apoiado por conhecimento científico sólido. Provavelmente, a união entre a ciência moderna e o conhecimento tradicional nos fornecerá as abordagens mais completas e holísticas para a sustentabilidade.



As comunidades locais participaram da criação da reserva?

Para avaliar o nível de participação que as comunidades locais e outros atores sociais do entorno tiveram no processo de criação das reservas, os participantes foram solicitados a responder à pergunta acima, inicialmente apenas com as opções “Sim” ou “Não”. Para as respostas positivas, solicitou-se aos participantes que especificassem quais as estratégias utilizadas, segundo seu entendimento, para promover o envolvimento das comunidades durante a concepção e criação da reserva. O tipo de engajamento de atores sociais mais citado foi a consulta à comunidade, correspondendo a 44% das respostas positivas (16 de 36), seguido por formas variadas de participação da comunidade durante a prospecção de terras ou o processo de delimitação da reserva. A contratação de membros da comunidade local como funcionários das reservas privadas também foi citada como forma de envolvimento da comunidade na concepção e criação das reservas.



Figura 13. Resultados da pesquisa: envolvimento das comunidades durante a criação da reserva. Porcentagem de organizações que envolveram as comunidades locais na concepção e criação de suas reservas (gráfico de pizza). Para as respostas positivas, as formas de abordagens inclusivas foram listadas com o respectivo número de menções (gráfico de barras).

Consultas às comunidades foi o tipo de envolvimento mais citado (44%), seguido pela participação de atores sociais no processo de delimitação da reserva.

Você está interagindo atualmente com comunidades locais?

Os participantes da pesquisa foram questionados sobre suas atuais interações com as comunidades e outros atores sociais locais, no sentido de avaliar a evolução do envolvimento comunitário desde a criação da reserva. A partir de uma participação de 62% durante a concepção e criação das reservas, o envolvimento das comunidades locais apresentou um aumento significativo para 91% ao longo dos estágios de implementação e gestão da reserva. As formas de envolvimento mais citadas foram relacionadas a atividades culturais, educativas e de treinamento, seguidas por atividades econômicas sustentáveis, como ecoturismo, agricultura, agrofloresta, pecuária e apicultura (Figura 14). A maioria das interações atuais está relacionada ao estabelecimento de parcerias com as comunidades locais para co-gestão de territórios ou recursos, ou contratação de mão de obra para desempenho de diversas funções na reserva (gerente, guarda-parque, jardineiro) e atividades temporárias, como restauração e manejo do fogo.

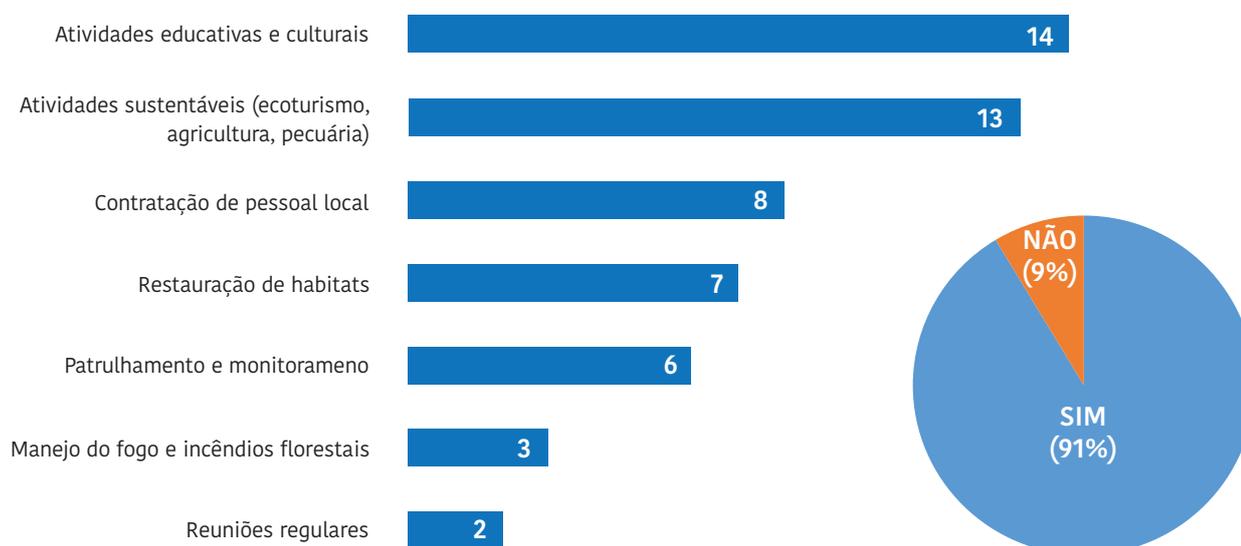


Figura 14. Resultados da pesquisa: envolvimento atual com as comunidades locais.

Porcentagem de organizações que estão atualmente interagindo com as comunidades locais em suas reservas (gráfico de pizza). Para as respostas positivas, as formas de interações são listadas com o respectivo número de vezes em que foram mencionadas (gráfico de barras).

O envolvimento das comunidades locais foi maior durante a fase de operação da reserva (91%) do que durante a sua criação (62%).

“Criação de reservas privadas e envolvimento comunitário”

Rosamira Guillen

Fundación Proyecto Tití, Colômbia



Rosamira é arquiteta com mestrado em Arquitetura e Paisagismo. Ex-diretora do Zoológico de Barranquilla (Colômbia), é co-fundadora e Diretora Executiva da Fundación Proyecto Tití desde 2004.

O sagui-cabeça-de-algodão - localmente conhecido por tití - é um pequeno primata encontrado apenas nas florestas tropicais do norte da Colômbia. Encontra-se criticamente ameaçado de extinção devido ao extenso desmatamento, fragmentação de habitat e captura para o comércio ilegal de animais. O Proyecto Tití é uma organização sem fins lucrativos que trabalha para garantir um futuro de longo prazo para os titís e seu lar na floresta. Nosso trabalho combina pesquisa de campo e conservação florestal com educação e programas de melhoria de vida das comunidades, o que ajuda a reduzir o uso insustentável e a exploração dos recursos florestais. Nos últimos 10 anos, concentramos nossos esforços na proteção e restauração das florestas dos titís, uma vez que o desmatamento é a principal ameaça à sua sobrevivência no longo prazo. Uma de nossas estratégias é a compra de terras para criar reservas florestais registradas em perpetuidade para o tití e para a conservação da vida silvestre.

No entanto, a ciência e a conservação florestal por si só não são suficientes para salvar uma espécie. O envolvimento da comunidade é essencial para alcançar seus objetivos de conservação. O Proyecto Tití tem uma longa história de desenvolvimento de programas para reduzir as ameaças à espécie e seu habitat e, durante esse processo, registrou diversos pontos essenciais para aumentar as chances de sucesso no engajamento e envolvimento das comunidades em nosso trabalho de conservação, conforme resumido abaixo.

Seja relevante: o envolvimento da comunidade é alcançado quando os projetos atendem às necessidades locais e se concentram no que é importante para os locais, e não apenas para nossos objetivos e/ou metas de conservação.

Busque acordos mutuamente benéficos: os incentivos à participação da comunidade na conservação não devem ser necessariamente monetários e devem ser baseados em benefícios para ambas as partes.

Construa conexões com mulheres: trabalhar com mulheres ajuda a estabelecer conexões fortes e estáveis com famílias e comunidades, pois elas investem em suas famílias para ajudar a melhorar seus meios de subsistência.

Considere as vocações locais: projetos de geração de renda para comunidades devem ser construídos com base em suas próprias habilidades, talentos e preferências, e adequados às tradições e contextos culturais locais. As comunidades devem ser envolvidas desde o início.

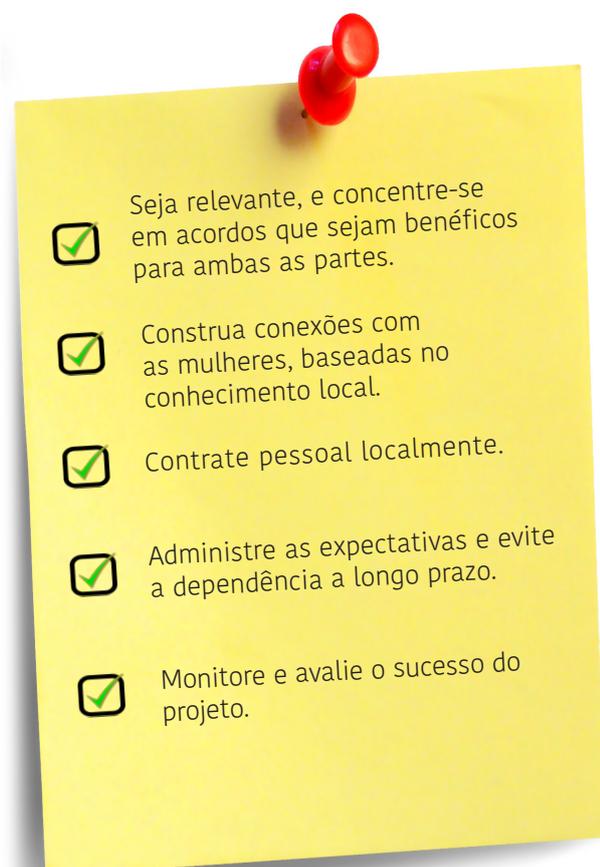
Contrate pessoal local: uma ótima maneira de envolver as comunidades é oferecer oportunidades de trabalho, o que ajuda a divulgar nossa missão e gera benefícios tangíveis para as famílias locais.

Gerencie as expectativas: as expectativas devem ser definidas desde o início e claramente explicadas aos participantes.

Evite a dependência: o acompanhamento é necessário para o desenvolvimento de alternativas de geração de renda e acordos de conservação, mas deve ser reduzido ao longo do tempo.

Monitore as tendências de marketing: concentre-se em projetos de geração de renda alternativos que já tenham mercado, para que sejam financeiramente viáveis para as comunidades locais.

Realize medições e monitoramento: monitore indicadores que possam avaliar o sucesso de longo prazo das iniciativas.



“Conhecimento tradicional para a gestão de reservas”

Vivek Menon

Wildlife Trust, Índia



Vivek é um conservacionista da vida silvestre, escritor e fotógrafo, apaixonado por elefantes e pássaros. Fundador de cinco organizações de conservação, ele é Diretor Executivo do Wildlife Trust da Índia.

A proteção de terras como habitats ou corredores para a vida silvestre é talvez a maneira mais importante de conservar espécies e ecossistemas. Existem vários métodos de proteção de terras, e um deles é administrar as terras de propriedade de comunidades, por meio da comunidade, e com apoio técnico externo. Tendo administrado terras como esta em Garo Hills, Meghalaya, no nordeste da Índia, há algumas lições importantes a serem compartilhadas.

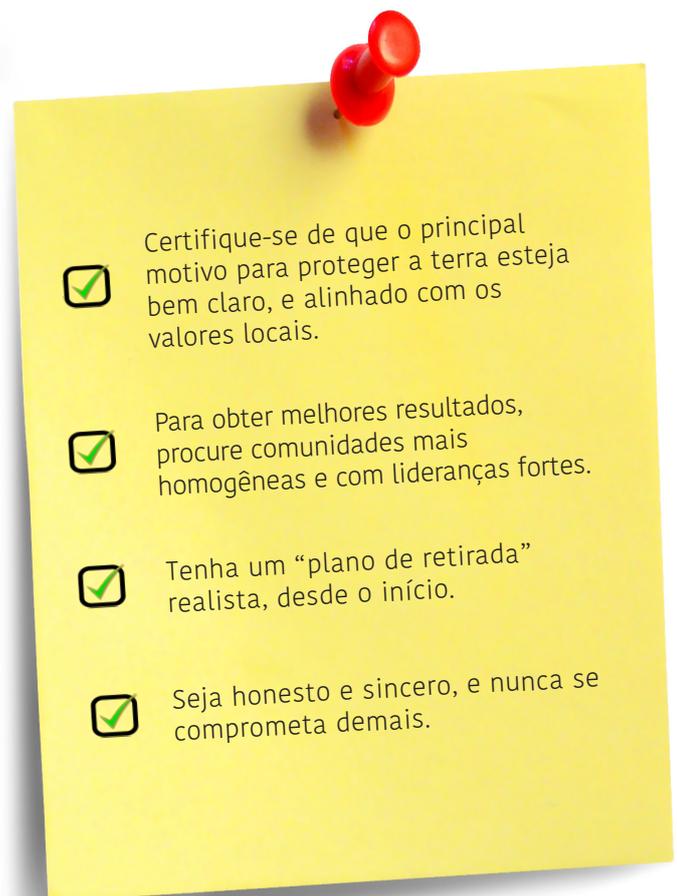
Em primeiro lugar, um projeto comunitário não significa necessariamente que a ideia inicial veio da comunidade. No entanto, a ideia deve alinhar-se com a ética, os valores e objetivos sociais da comunidade. E, mais cedo ou mais tarde, eles irão adotar a ideia como sua. Se o cerne da ideia veio da comunidade, então o parceiro externo deve ter cuidado para não mexer muito nela. Se for um pensamento muito alheio, não seria aceitável ou não produziria os resultados desejados a longo prazo. Se isso se encaixa com a ética deles, como em nosso exemplo, onde o conceito de reservar terras para a natureza já fazia parte da ética de um bosque sagrado, então deve-se proporcionar incentivos imediatos para deixar a comunidade animada. E isso deve ser baseado em necessidades e não em ganância.

No entanto, um incentivo não deve ser maior do que o principal motivo pelo qual a terra foi reservada ou então não seria sustentável. Fica mais fácil quando a comunidade é mais homogênea, com uma liderança boa e estável. Isso poderia formar uma base para a escolha.

Em seguida, a comunidade deve criar maneiras pelas quais a terra pode ser manejada a longo prazo. Uma série de alternativas viáveis pode ser apresentada a eles, seguindo os melhores padrões globais, mas cabe à comunidade escolher. Em todas as etapas, o parceiro externo deve ser honesto e direto com a comunidade, além de ajustar seu plano de acordo com as reais necessidades deles.

Para finalizar, a conservação de terras é um projeto de longo prazo, e ambos os parceiros devem estar dispostos a permanecer nele pelo tempo necessário para que seja sustentável. A todo momento, precauções devem ser tomadas para garantir a “razão de ser” do projeto, que é a conservação da natureza. Se a comunidade se desviar disso para obter ganhos imediatos ou outros objetivos sociais, o parceiro deve tentar trazê-los de volta ao cerne do pensamento. A dependência excessiva deve ser evitada a todo custo, e um plano de saída deve ser elaborado antes mesmo de serem dados os primeiros passos.

Tudo isso forma a essência do sucesso do projeto Garo Hill Green Spine que o Wildlife Trust da Índia conduz com o apoio do World Land Trust e da HCL Foundation. Este também tem sido o cerne para alcançar o sucesso em projetos com o corredor de elefantes de Wayanad junto com a IUCN NL.



“Criando uma reserva natural: relocação de comunidades locais”

Jeannie Raharimampionona

Missouri Botanical Garden, Madagascar



Jeannie é Coordenadora da Unidade de Conservação do MBG, incluindo 12 Áreas Prioritárias para Conservação de Plantas designadas como novas áreas protegidas e baseadas na conservação de base comunitária.

A Floresta Ankarabolava-Agnakatrika é uma das 80 Áreas Prioritárias para Conservação de Plantas identificadas pelo Jardim Botânico do Missouri (MBG) e uma das 12 Novas Áreas Protegidas (NPA) criadas oficialmente em 2015 pelo MBG em co-gestão com as comunidades locais. Localizada na região sudeste de Madagascar, esta floresta de 1.553 hectares (3.837 acres) é a única vegetação natural remanescente no distrito e, portanto, tem importância cultural por ser o único local onde as pessoas podem permanecer em contato com seu patrimônio natural. É o lar de uma fauna e flora diversificadas, incluindo várias espécies de plantas e animais ameaçadas e endêmicas, bem como as nascentes das águas que irrigam os campos de arroz e as florestas de onde sai a madeira para as casas tradicionais.

Mas a floresta está ameaçada pela sobre-exploração da madeira e pela agricultura itinerante, pelas crescentes necessidades da humanidade por alimentos, água potável, madeira, fibras e combustível. Nesta região, a população humana está crescendo 3% ao ano. Antes da designação desta floresta como nova área protegida, havia 65 agricultores cultivando lotes dentro da floresta, que mais parecia um “queijo suíço”. Os agricultores têm direitos tradicionais de ocupação de suas terras, mas não podem estender suas parcelas após a designação legal de área protegida. Alguns agricultores não puderam mais praticar o cultivo itinerante tradicional, então suas terras se esgotaram e eles foram forçados à expansão ilegal, daí veio o conflito.

Como gestores da nova área protegida, realizamos uma série de reuniões com os ocupantes da floresta para identificar soluções, e as comunidades solicitaram a troca de terras. Conseguimos atender a esse pedido graças ao Fundo de Aquisição de Terras. Primeiro, o MBG pediu ajuda a um grupo independente para avaliar os lotes dentro da floresta. Em seguida, informamos aos agricultores ocupantes o valor de seu lote. Oferecemos a eles a oportunidade de receber esse valor para comprar terras alternativas fora da floresta em troca de deixar seu lote dentro da floresta. Ao aceitar esta oferta, permitimos que os agricultores obtivessem os documentos legais da terra comprada. As trocas foram totalmente voluntárias.

Como resultado, 125 ha (308 ac) de terras cultiváveis fora da floresta foram adquiridos pelos agricultores — todos com documentação de propriedade da terra. Onde a terra adquirida custou menos do que o valor das parcelas dentro da floresta, os fundos excedentes foram usados para plantar culturas comerciais nas terras recém-adquiridas. Mais de 85 ha (210 ac) de terra foram adquiridos para a área protegida, e devolvidos oficialmente ao sistema de áreas protegidas, com grande impacto na melhoria da integridade da floresta. Em algumas das parcelas abandonadas, a floresta está se regenerando naturalmente, mas em áreas em que foram totalmente esgotadas, a restauração ecológica é necessária e já está em andamento com o apoio de novos doadores.

- ✓ No início, os ocupantes podem ficar reticentes: seja paciente e construa confiança ao longo dos anos.
- ✓ Comunique-se continuamente sobre o projeto e seja transparente.
- ✓ Gestores de áreas protegidas precisam da ajuda de avaliadores independentes para calcular o valor das terras.
- ✓ Além de biólogos na equipe, busque a colaboração de outras habilidades, como sociólogos e economistas.
- ✓ Incentive os antigos ocupantes a se envolverem em atividades dentro das reservas.
- ✓ Conduza restauração ecológica ativa em áreas abandonadas, especialmente em terras exauridas.

Como planejar o envolvimento comunitário

Os pilares para a construção de um envolvimento comunitário sólido baseiam-se num compromisso de longo prazo da sua organização, em claros benefícios que seu programa irá trazer e na sua legitimidade (qual é a justificativa da sua organização para estar ali?). O primeiro passo é conhecer toda a comunidade, pois as comunidades não são grupos homogêneos. Tente entender com quem você vai precisar trabalhar. Quem será afetado pelas atividades do seu projeto? Quem será beneficiado? Como a conservação e outros objetivos podem ser alinhados? Você pode começar esboçando um caminho para alcançar as mudanças.

Ao abordar a comunidade, tenha tempo para ouvir. Mulheres, homens, jovens e idosos têm diversos papéis, responsabilidades, direitos e conhecimentos sobre os recursos naturais. Cada um tem uma compreensão e conexão únicas com o mundo natural e pode dar uma contribuição inestimável para avançar e alcançar a missão mais ampla de seu projeto. Esteja sempre presente nas comunidades locais e certifique-se que o seu trabalho de conservação também seja uma oportunidade para elas, tais como oportunidades de emprego (guarda-parques, empreendimentos locais), gerando benefícios no curto prazo.

Assim que você tiver acesso suficiente na comunidade para entender como ela funciona, tente trabalhar com os líderes comunitários. Esses indivíduos podem ser os chefes de suas comunidades, líderes religiosos ou pessoas altamente respeitadas. É fundamental que tanto os líderes quanto as comunidades entendam por que suas atividades de conservação são relevantes. O que há de vantagem para eles, se envolvendo com você?

Os líderes devem ser selecionados estrategicamente com base em sua esfera de influência; as mensagens que eles espalham falam mais alto e potencialmente aumentam sua aceitabilidade pela comunidade. Quanto mais concreta e realista for a mensagem, maior a probabilidade da comunidade responder positivamente.

Desde o início do seu projeto, inicie atividades educacionais e de extensão. É importante que as pessoas conheçam sua organização e sua missão, e que você se integre na sociedade local. Envolver as crianças desde os estágios iniciais; eles são a próxima geração de embaixadores da conservação! Sempre que sua organização estiver pronta para receber mais pessoas, procure unir forças com voluntários.

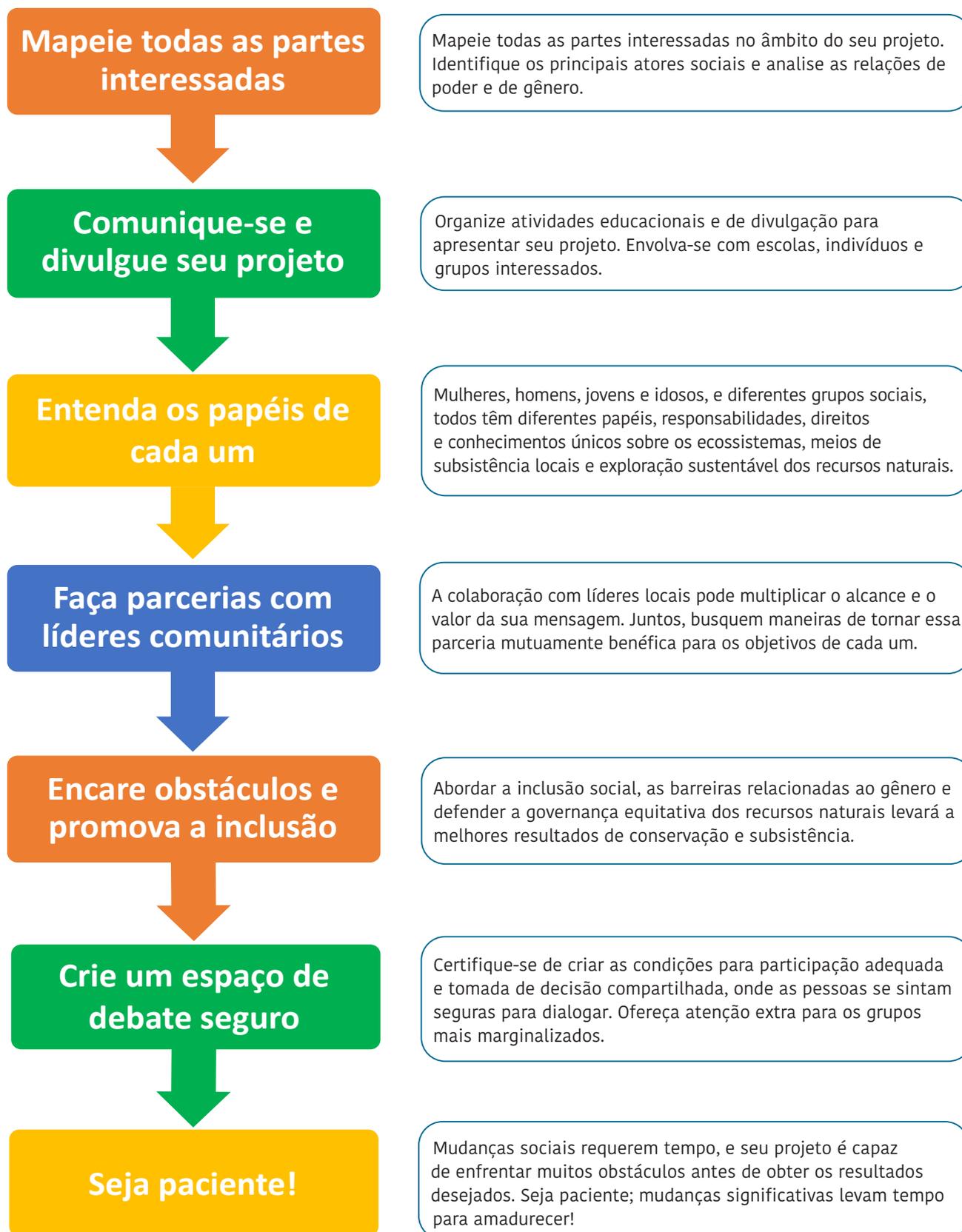
Reduzir os obstáculos à inclusão social e de gênero é fundamental. O envolvimento significativo das mulheres leva a melhores resultados de conservação e subsistência, juntamente com o respeito e o empoderamento dos membros da comunidade e dos grupos que usam e também protegem a biodiversidade que você pretende conservar. Para garantir essa inclusão, procure criar um espaço confortável onde as pessoas, especialmente as marginalizadas, se sintam à vontade para compartilhar opiniões e ideias e levantar questões, tornando possível o seu envolvimento na tomada de decisões. Procure construir um bom equilíbrio entre liderança e representatividade.

Mudanças sociais significativas requerem anos, senão décadas. Procure repetir continuamente a sua mensagem, de forma transversal, através de diferentes atores sociais (governo, lideranças, etc.). É importante dividir seu objetivo principal em metas menores e factíveis, que você possa mensurar anualmente. Isso permite que você acompanhe mais de perto o progresso de suas atividades e analise os resultados de, por exemplo, atividades de geração de renda, campanhas e programas educacionais e de inclusão. Além disso, o acompanhamento das mudanças sociais (como o aprendizado) e também de possíveis reações adversas (como o aumento da violência de gênero), devem ser reportados e compartilhados, pois abrem possibilidades de apoio junto aos financiadores e parceiros.



Envolvendo as comunidades locais nas ações das reservas privadas (AMPA/Amazonicos por la Amazonia, Peru).

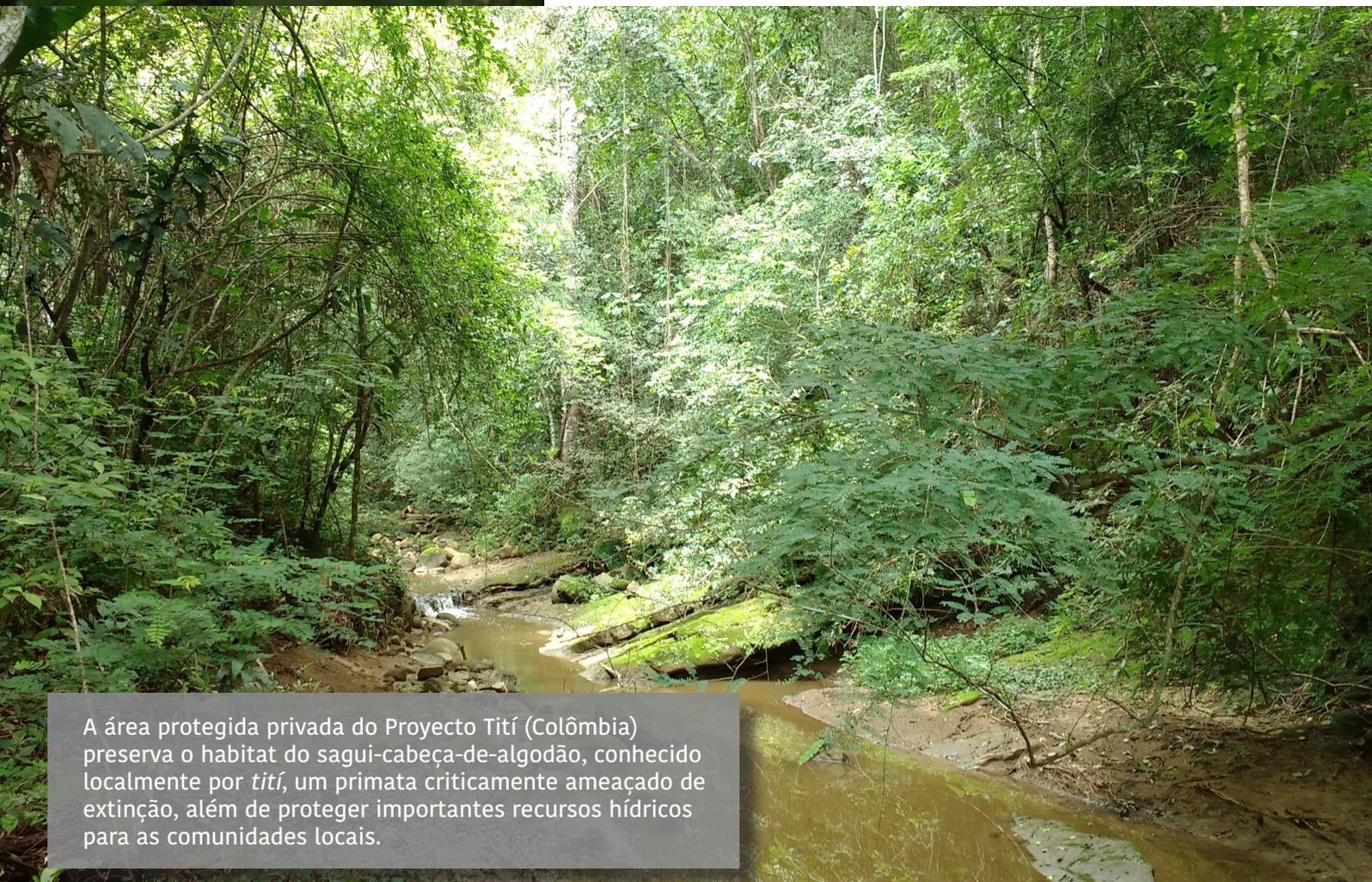
Como planejar o envolvimento comunitário



PASSO 8 - RESTAURAÇÃO



*Como promover
restauração e
rewilding?*



A área protegida privada do Proyecto Tití (Colômbia) preserva o habitat do sagui-cabeça-de-algodão, conhecido localmente por *tití*, um primata criticamente ameaçado de extinção, além de proteger importantes recursos hídricos para as comunidades locais.

Como promover restauração e rewilding?

Restaurar ecossistemas degradados e recursos naturais exauridos é uma das atividades mais gratificantes no manejo de reservas. Além de recuperar habitats e biodiversidade, pode oferecer oportunidades para agrofloresta e outras atividades sustentáveis, como ecoturismo, voluntariado e pagamento por serviços ambientais. A restauração pode ser complexa, demorada e cara. Mesmo assim, pelo fato de ser uma atividade altamente atraente para financiadores internacionais, também pode ajudar a cobrir despesas mais difíceis de captar, como instalações, veículos e funcionários.

Lembre-se que restauração é muito mais que reflorestamento. Embora o plantio de árvores seja um componente significativo dos processos de restauração, estes requerem uma visão mais ampla da paisagem da reserva, e do estado de conservação de seus recursos. Só assim você estará promovendo a recuperação da flora, fauna, solos, recursos hídricos e todos os principais elementos que interagem para aumentar a produtividade biológica e fornecer serviços ambientais.



Equipe de reflorestamento do Programa de Conservação de Orangotangos de Hutan Kinabatangan (Bornéu, Malásia).

Mapeando paisagens ecológicas e culturais

Para planejar a restauração, você deve conhecer o atual estado de conservação de seus recursos. Uma ferramenta essencial usada para mapear alvos de restauração em áreas protegidas é a criação de um mapa de uso da terra que pode ser interpretado a partir de imagens de satélite disponíveis na internet. A imagem de satélite é convertida em um mapa de cobertura vegetal usando ferramentas simples de geoprocessamento, mas que exigem software especializado e alguns conhecimentos básicos. Esse mapa deverá mostrar cada habitat com cores diferentes, identificando áreas com solo exposto, e incluindo recursos hídricos e seus alvos de conservação. Os habitats identificados devem ser posteriormente avaliados em campo para avaliação de seu estado de conservação e os níveis de intervenção necessários.

Você pode incluir este tipo de geoprocessamento digital no orçamento de um programa mais amplo de restauração. No entanto, caso você não tenha acesso a serviços de geoprocessamento ou não queira usar ferramentas sofisticadas de computação, você pode desenhar à mão mesmo - com base no conhecimento coletivo de sua equipe e residentes locais - um “mapa mental” preliminar de habitats e recursos naturais da reserva, sobre uma versão impressa da planta da propriedade.

Restaurando e enriquecendo os habitats naturais

O nível de manejo e intervenção necessário para os processos de restauração pode variar imensamente dependendo do seu orçamento, experiência e estado de conservação de seus alvos. As estratégias podem ir desde um plantio ativo de árvores e reintrodução de animais extintos localmente, até uma abordagem mais passiva onde as causas dos impactos são reduzidas e parte da terra é reservada para permitir a regeneração natural e a recolonização. De qualquer forma, é aconselhável pedir ajuda profissional ao elaborar um programa de restauração, uma vez que essas atividades são caras e demoradas, e muito arriscadas para serem aprendidas por tentativa e erro. Atividades de restauração não planejadas podem introduzir inadvertidamente espécies invasoras ou patógenos, além de alterar funções ecológicas (por exemplo, mudança nos regimes de fogo), e poder trazer consequências prejudiciais para as nossas metas de conservação a longo prazo. Você sempre pode perguntar a seus atuais ou potenciais financiadores se eles podem conectá-lo com outras organizações com experiência prática.

Para facilitar seus processos de restauração, ao fazer a prospecção de terras, dê preferência a áreas próximas a possíveis fontes de biodiversidade (ou áreas conservadas ricas em biodiversidade que possibilitem um “transbordamento” de espécies), ou perto de corredores que possam trazer vida silvestre nativa para sua reserva, depois que as ameaças forem controladas e os habitats restaurados.

Como promover restauração e rewilding?

Rewilding: restaurando interações ecológicas

A ciência aplicada da refaunação, ou *rewilding*, promove a reintrodução de espécies localmente extintas e o enriquecimento de populações de fauna em declínio, buscando restabelecer interações ecológicas essenciais para o funcionamento dos ecossistemas. Polinização, dispersão de sementes, quebra de dormência de sementes e relações predador-presa são apenas alguns exemplos das interações entre animais e plantas que permitem e otimizam a provisão de serviços ambientais, e podem aumentar significativamente a produtividade natural de um ecossistema.

Embora os processos de *rewilding* possam ser altamente benéficos para a restauração de ecossistemas que perderam parte de suas espécies, são projetos de longo prazo que devem ser conduzidos com responsabilidade e respeito ao bem-estar dos animais reintroduzidos. Porém, antes de pensar em trazer de volta espécies localmente extintas, você deve restaurar as condições ecológicas básicas para que possam sobreviver e prosperar, além de reduzir ou remover as ameaças e fatores que levaram estas espécies a desaparecerem da região.

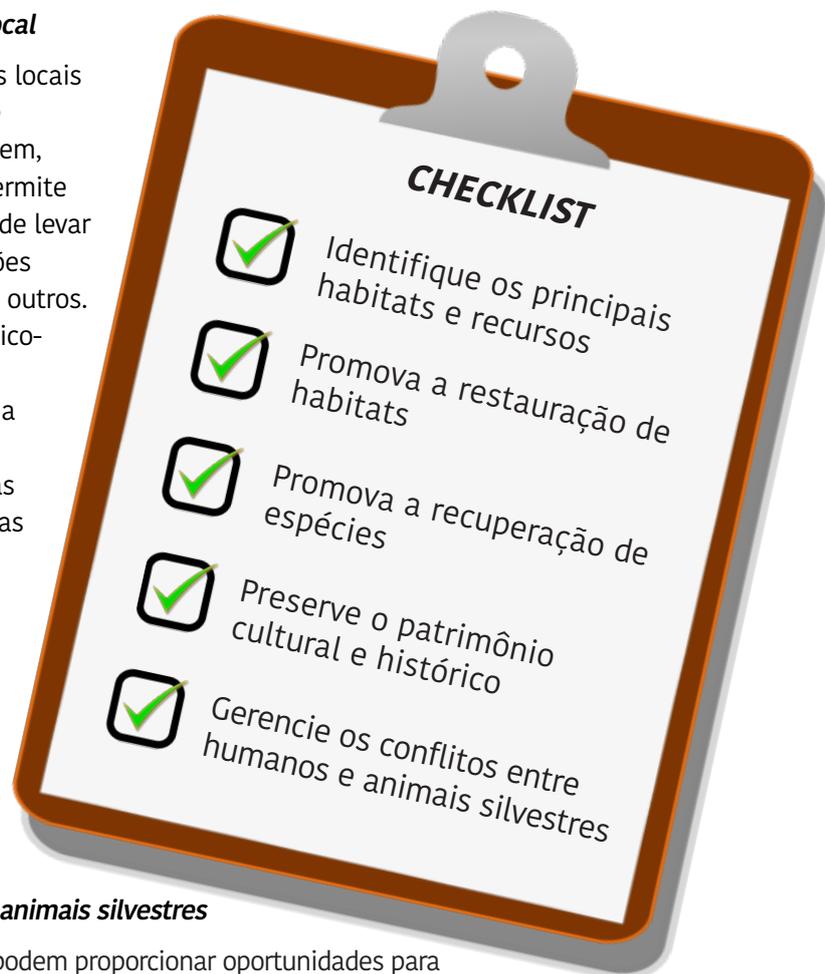
Proteger e resgatar o patrimônio cultural e histórico local

Devido à profunda interconexão que as culturas locais possuem com seus ecossistemas, expandir o trabalho de conservação para uma abordagem bio-cultural da paisagem, que integra tanto aspectos culturais como ecológicos, permite ampliar as perspectivas do projeto. Muitas vezes, isto pode levar atores sociais distintos a reconhecer que possuem missões semelhantes, e apoiar mutuamente os objetivos uns dos outros.

Uma compreensão honesta dos contextos histórico-culturais, ontológicos e ambientais locais, pode ajudar a visualizar as comunidades e o destino de um ecossistema através de uma perspectiva mais holística, tirando os assuntos de suas distintas partições e reconstruindo suas relações. Estabelecer mecanismos de co-gestão para áreas de interesse ecológico e significado cultural, tanto para grupos indígenas quanto para comunidades tradicionais e conservacionistas, é um dos caminhos para os quais o futuro da conservação da biodiversidade parece estar evoluindo. Ações como identificar e respeitar áreas culturalmente significativas, ou engajar-se no renascimento ativo das culturas locais, permitem a construção de relações de confiança e sinergias de longo prazo com os diversos atores sociais.

Gerenciando conflitos e oportunidades entre humanos e animais silvestres

Os processos de restauração florestal e *rewilding* podem proporcionar oportunidades para o desenvolvimento de atividades sustentáveis, como ecoturismo, agricultura orgânica e agroflorestas. No entanto, o aumento das áreas naturais e o potencial efeito de “transbordamento” de vida silvestre para áreas vizinhas também podem exacerbar conflitos existentes entre humanos e animais selvagens, como a destruição de plantações, predação de gado, colisões com veículos, caça predatória, etc. Lidar com esses crescentes conflitos em paisagens fragmentadas irá exigir pensamento criativo para encontrar soluções mutuamente benéficas para conservação da biodiversidade e para os interesses dos vizinhos e comunidades locais. Acordos de compensação para pequenos agricultores e outros tipos de incentivo monetário podem ser uma opção em alguns casos. De qualquer forma, é muito provável que o ecoturismo - juntamente com os benefícios associados que esta atividade traz para a cadeia de abastecimento mais ampla das economias locais - será uma das atividades mais importantes para conciliar os conflitos entre humanos e animais silvestres, transformando a observação da vida selvagem em oportunidades de valorização e monetização.



Você conduz alguma ação de restauração na reserva?

Para avaliar a dimensão e as diferentes atividades de restauração realizadas em reservas privadas, os participantes da pesquisa foram questionados se, naquele momento, estavam realizando atividades de restauração de habitats ou recursos naturais dentro ou no entorno de suas reservas. Para as respostas positivas, solicitou-se ainda que indicassem as principais atividades realizadas para promover a restauração de habitats. O reflorestamento – desde formas mais simples de plantio de árvores nativas até experimentos mais sofisticados de reconstrução de habitats – foi citado por mais da metade dos entrevistados (30 em 58), seguido pela regeneração natural e outras formas de restauração passiva (Figura 15). Os participantes estão atualmente restaurando mais de 5.000 ha (12.300 ac) de habitats naturais e plantaram mais de 4,3 milhões de árvores dentro e ao redor de suas reservas privadas.

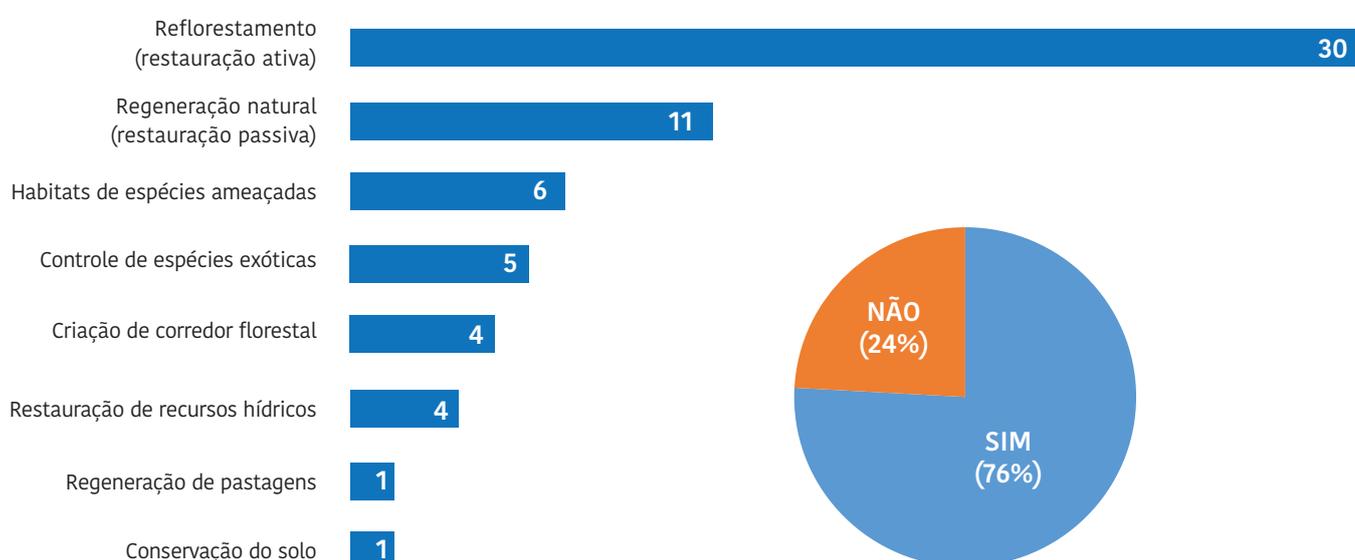


Figura 15. Resultados da pesquisa: atividades de restauração. Porcentagem de organizações que estavam realizando atividades de restauração (gráfico de pizza). Para as respostas positivas, foram listados os tipos de práticas de restauração mencionados, com o respectivo número de menções (gráfico de barras); os participantes podiam citar mais de um item.

Os participantes estão restaurando mais de 5.000 ha (12.300 acres) de habitats naturais e plantando mais de 4,3 milhões de árvores em suas reservas particulares.

A reserva possui algum tipo de designação legal de conservação?

Para avaliar o grau de proteção e os tipos de proteção formal das reservas privadas, perguntamos aos participantes da pesquisa se suas reservas possuíam algum tipo de proteção legal e quais seus respectivos títulos ou designações. Mais da metade das reservas pesquisadas (55%) já possui algum tipo de proteção e outras 21% estão em processo de formalização (Figura 16). Apenas 19% declararam não ter nenhum tipo de designação legal de proteção, embora a maioria deles anseie por conseguir algum tipo de reconhecimento formal. Existem diferentes níveis de proteção e formas de reconhecimento, variando desde áreas protegidas privadas formalmente registradas que são apoiadas por leis nacionais - como Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no Brasil e na Bolívia - até categorias internacionais mais amplas, como Reservas da Biosfera, que requerem regulamentação nacional específica para terem efeito legal na maioria dos países.

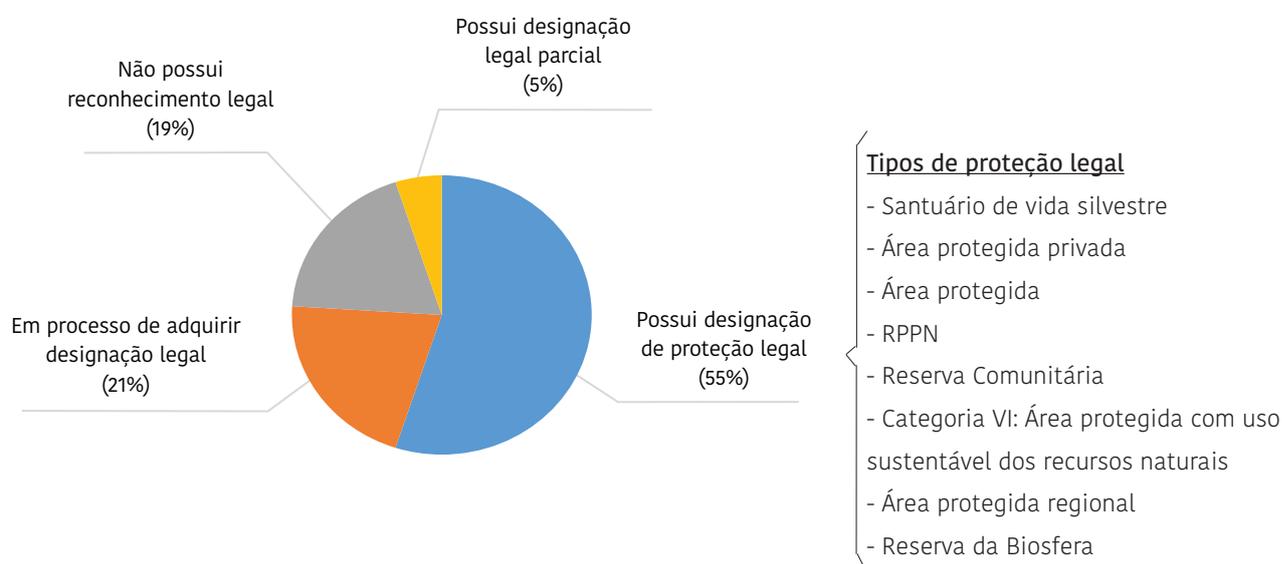


Figura 16. Resultados da pesquisa: designação legal da reserva. Porcentagem das reservas que possuem algum tipo de designação legal de proteção (total, parcial, nenhum), ou estão em processo de aquisição de reconhecimento legal para suas reservas. Para reservas com algum tipo de proteção legal, relacionamos à direita as diferentes categorias de proteção citadas pelos entrevistados.

Mais da metade das reservas pesquisadas (55%) possui algum tipo de proteção formal, enquanto outras 21% estão em processo de designação.

“Incentivos para reverter o desmatamento: uma abordagem comunitária”

Jerry Toth

Third Millennium Alliance, Equador



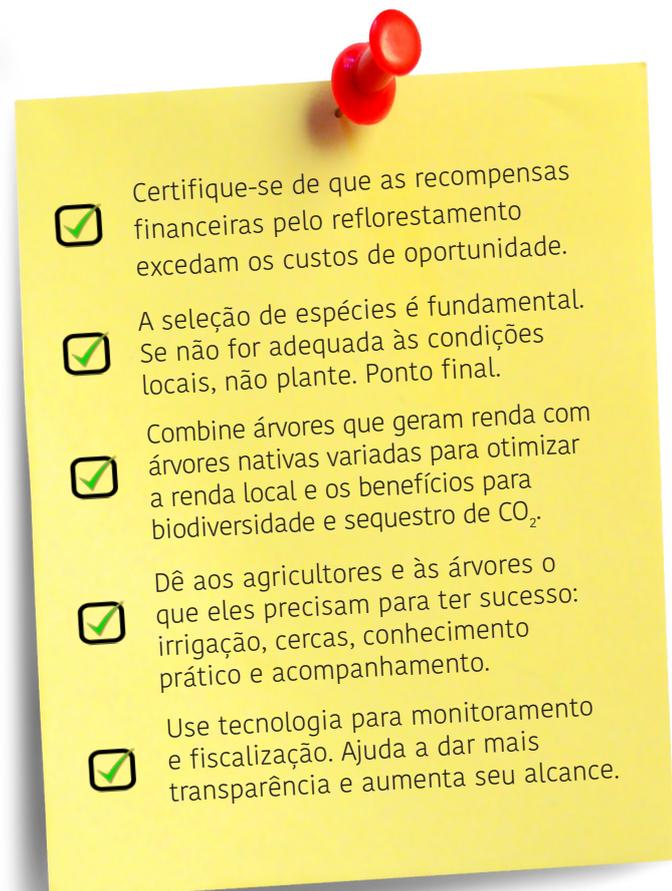
Jerry é co-fundador da Third Millennium Alliance e gestor de projetos do Programa de Reflorestamento Comunitário. Ele planta e cuida de árvores na costa do Equador desde 2007.

A Third Millennium Alliance (TMA) está restaurando áreas desmatadas situadas ao redor de uma reserva de floresta tropical que criamos no Equador, chamada Reserva Jama-Coaque. Há mais de uma década que tentamos fazer isso, e só recentemente encontramos uma fórmula que realmente funciona. No final das contas, tudo se resume à questão do dinheiro. Os agricultores usam suas terras de acordo com as atividades que geram mais renda. É assim que a agricultura funciona em praticamente todos os países. Da mesma forma, isso se aplica ao Equador. As pessoas vão aonde está o dinheiro.

Exatamente por esse motivo, nós presenciamos diversas iniciativas de reflorestamento fracassadas no Equador. As recompensas econômicas do reflorestamento não ultrapassavam as recompensas econômicas do desmatamento. No passado, algumas de nossas próprias iniciativas também falharam por esse mesmo motivo. O Programa de Reflorestamento Comunitário da TMA foi criado para abordar esse fato simples, porém inegável da vida. Pagamos aos agricultores US\$ 4.500/ha (US\$ 1.821/ acres) durante um período de cinco anos para converter suas terras desmatadas em uma floresta regenerativa que: 1) produza alimentos e renda para suas famílias; 2) restaure o habitat para a vida silvestre; e 3) remova CO₂ da atmosfera. Tecnicamente, eles são o que a indústria chama de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

Este pagamento aumenta imediatamente os ganhos dos agricultores em 44% em relação ao cultivo de milho em sistema de “corte e queima”, e mais de 300% em relação à pecuária, que são as duas atividades agrícolas dominantes nesta região. Isso é suficiente para convencer os agricultores a mudar suas atividades da agricultura “degenerativa” para a agrofloresta regenerativa. Esse foi o primeiro desafio a ser superado. Mas os pagamentos duram apenas cinco anos. É uma medida de curto prazo projetada para preencher uma lacuna até que os agricultores comecem a gerar um fluxo de receita independente por meio da venda de cacau, banana e outras culturas arbóreas produzidas em suas parcelas agroflorestais regenerativas. E esse é o segundo grande desafio: criar um fluxo de renda de longo prazo para os agricultores que supere os pagamentos do PSA. Os outros desafios são ecológicos: a saber, a necessidade de água. Cobrimos 50% dos custos para instalar sistemas de irrigação que funcionam durante o ano todo, em cada parcela que está sendo reflorestada.

Por fim, há o desafio do monitoramento e da verificação. Combinamos sensoriamento remoto e interpretação de imagens de satélite com imagens de drones e visitas locais para garantir que as árvores estejam: 1) sendo plantadas; e 2) sobrevivendo e prosperando. À medida que as imagens de satélite e a inteligência artificial continuam a melhorar, esperamos poder monitorar e verificar os projetos de reflorestamento inteiramente por meio de imagens de satélite. Isso irá ajudar a resolver o nosso maior desafio: expandir.



- Certifique-se de que as recompensas financeiras pelo reflorestamento excedam os custos de oportunidade.
- A seleção de espécies é fundamental. Se não for adequada às condições locais, não plante. Ponto final.
- Combine árvores que geram renda com árvores nativas variadas para otimizar a renda local e os benefícios para biodiversidade e sequestro de CO₂.
- Dê aos agricultores e às árvores o que eles precisam para ter sucesso: irrigação, cercas, conhecimento prático e acompanhamento.
- Use tecnologia para monitoramento e fiscalização. Ajuda a dar mais transparência e aumenta seu alcance.

“Restauração e mudanças de paradigma através de *rewilding*”**Sebastián di Martino***Rewilding Argentina, Argentina*

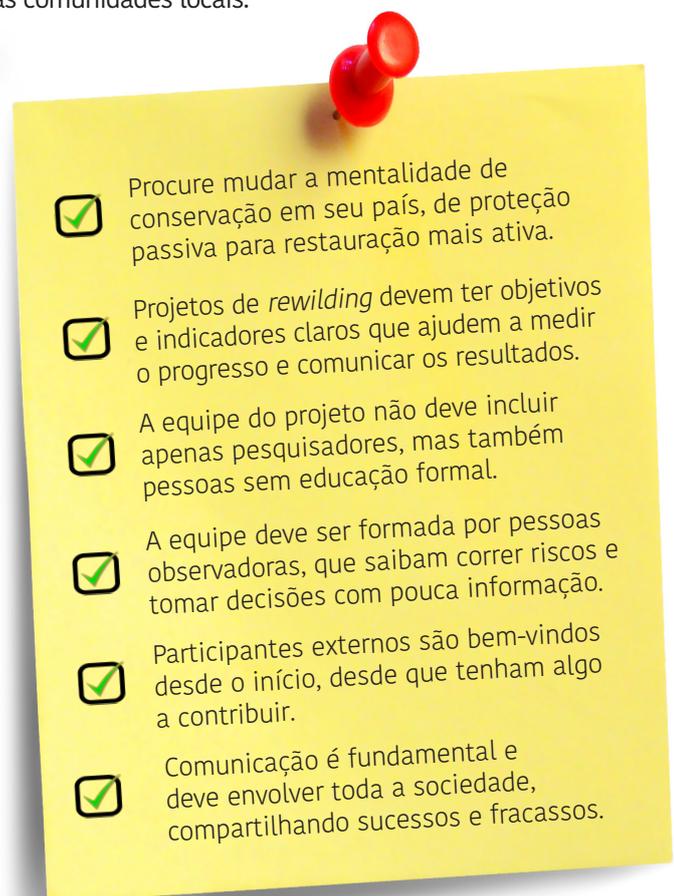
Sebastián é biólogo e Diretor de Conservação da Rewilding Argentina. Ele é responsável por projetos de restauração ecológica e de espécies em diferentes partes da Argentina.

Trabalho há mais de seis anos como Diretor de Conservação da Rewilding Argentina (RA), uma organização dedicada a reverter a atual crise de extinção de espécies usando uma estratégia chamada “*rewilding*”. *Rewilding* está promovendo mudanças culturais na mentalidade de conservação de meu país, antes habituado ao paradigma de que o melhor que se pode fazer para conservar o habitat e as espécies é protegê-los, não tocá-los. Atualmente, o nível de perda de espécies e habitats atingiu tal magnitude que isto não é mais uma opção. Agora temos que pensar num manejo mais ativo, interferindo para recuperar o que foi perdido, e essa será a agenda de conservação desta década.

Assim, o *rewilding* tenta restaurar os ecossistemas através da reintrodução de espécies extintas localmente ou extirpadas, e que tenham papéis ecológicos de destaque. Os ecologistas as chamam de espécies-chave (*keystone species*) e sua remoção pode causar a degradação ou até mesmo o colapso do ecossistema. Os predadores de topo de cadeia são bons exemplos de espécies-chave. Reintroduzir esses grandes predadores não é uma tarefa simples, exigindo grandes extensões de habitat adequado e livre de ameaças, e um amplo apoio social que possa ser traduzido em apoio político. Para criar uma grande reserva natural como Iberá (700.000 ha, 1,73 milhão de acres) e trazer de volta espécies como a onça-pintada, precisamos desenvolver economias prósperas que gerem empregos e estejam conectadas a essas reservas e às espécies que estão voltando. Essas economias devem ser baseadas em atividades de ecoturismo, como a observação da vida selvagem, que apesar do alto nível de especialização, devem ser conduzidas pelas comunidades locais.

Projetos de *rewilding*, como trazer de volta onças-pintadas, são relativamente novos e têm poucas informações publicadas para nos guiar. Por isso, desde as fases iniciais do planejamento, é imprescindível a inclusão de pessoas com experiência anterior com a espécie — e não qualquer especialista, mas aqueles com experiência no manejo ativo da fauna silvestre. Devemos também escolher membros da equipe com disposição para viver nos territórios onde trabalhamos mais, longe dos confortos da civilização. Essas pessoas devem ser bons observadores e capazes de tomar decisões em situações adversas e inesperadas, muitas vezes com informações parciais. Eles também não devem temer erros ou falhas e serem capazes de aprender com suas próprias experiências. Os projetos devem ter indicadores de sucesso para que se possa medir seu progresso e comunicá-los claramente às autoridades e doadores.

A comunicação é extremamente importante, e o *rewilding* oferece a possibilidade de disseminar boas notícias — que não têm sido tão abundantes na conservação. Histórias heróicas de alguns animais em particular podem ser usadas, aproveitando seu carisma para transmitir mensagens urgentes. As atividades de um projeto específico devem ser continuadas até que tenhamos assegurado o estabelecimento de uma população sustentável da espécie-alvo, e nenhum outro manejo seja necessário, exceto intervenções mínimas. Esses processos em geral não duram menos de dez anos. A partir deste momento, podemos começar a recuar.



“Plantando o futuro: restauração de longo prazo em reservas privadas”

Raquel e Nicholas Locke

REGUA, Brasil



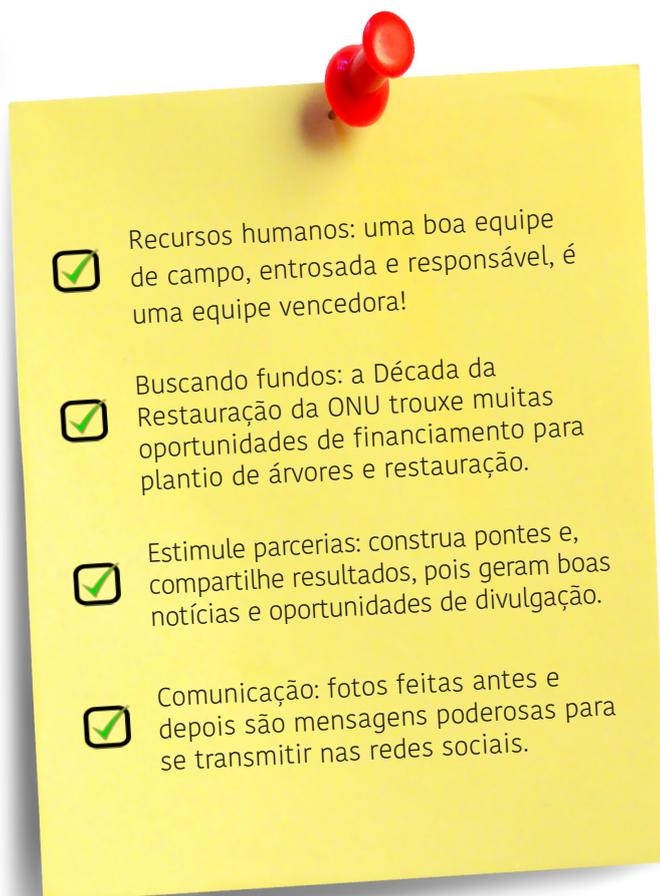
Raquel e Nicholas passaram 25 anos sonhando e construindo a Reserva Ecológica de Guapiaçu (REGUA), no Rio de Janeiro, em parte da propriedade deixada por seu bisavô.

Florestas protegem as fontes de água e precisamos encontrar uma maneira de transformar as terras degradadas em florestas para proteger os solos para as gerações futuras. Pensando nisso, a equipe da REGUA plantou 650 mil árvores em 400 ha (990 acres) ao longo de 15 anos, re-conectando fragmentos florestais, e aumentando a resiliência do terceiro maior fragmento remanescente de Mata Atlântica do Brasil. Para plantar florestas, é preciso uma equipe familiarizada com árvores e sementes, capacitada no cultivo de mudas em viveiros e experiente em garantir que as plantas se transformem em florestas saudáveis. Nós trabalhamos com 250 espécies e sabemos como restaurar florestas. O objetivo é produzir um dossel que diminua a luminosidade ao nível do solo e lentamente traga de volta a umidade para a matéria orgânica no chão da floresta. Os artrópodes fazem o seu trabalho de liberação de nutrientes para os fungos que trabalham em simbiose com as raízes das árvores, fixando o solo, incrementando sua permeabilidade e a chegada da água da chuva a níveis mais profundos do solo. Portanto, quanto mais úmida for a cobertura de matéria orgânica, mais saudável será a floresta.

Além de cultivar árvores, existem inúmeras maneiras de revigorar os processos que resultarão em mais florestas. Criamos a ProMudasRio, uma associação de viveiros de mudas do Rio de Janeiro. Ajudamos a desenvolver um protocolo governamental para definir os critérios para medir o sucesso dos projetos. Iniciamos o Observatório Florestal do Rio de Janeiro, um evento que convida palestrantes para discutir sucessos e dificuldades, como forma de melhoria e para estabelecer um diálogo entre financiadores, plantadores e produtores de mudas.

Convidamos universidades locais e seus professores para desenvolver experimentos de pesquisa para testar diferentes métodos de cultivo e medir o crescimento das árvores. Os gráficos de longo prazo fornecem dados extremamente necessários, que são essenciais para o planejamento de longo prazo. Ao convidar universidades, atraímos a atenção de pesquisadores interessados em reintroduzir a anta, mamífero extirpado do estado do Rio. O local do nosso projeto era grande o suficiente para permitir sua soltura e, após dois anos, tínhamos nove antas perambulando pelas florestas. O nascimento de um filhote de anta ganhou as manchetes internacionais e o projeto recebeu muita atenção da mídia. Nosso programa de educação aproveitou a notícia e concentrou a atenção na figura da anta, já que cada vez mais turistas querem ver este animal. A caça diminuiu com o uso de armadilhas fotográficas para rastrear as antas, e as imagens de outros animais capturadas pela câmera atraíram mais pesquisas e atenção da mídia.

No final das contas, o sucesso na conservação garante mais financiamento, e a comunicação é vital. Nem todo mundo tem a sorte de viver em uma reserva de exuberantes árvores tropicais, cachoeiras, pássaros cantando e antas perambulando, mas as pessoas querem ouvir que o mundo está melhorando!



- Recursos humanos: uma boa equipe de campo, entrosada e responsável, é uma equipe vencedora!
- Buscando fundos: a Década da Restauração da ONU trouxe muitas oportunidades de financiamento para plantio de árvores e restauração.
- Estimule parcerias: construa pontes e, compartilhe resultados, pois geram boas notícias e oportunidades de divulgação.
- Comunicação: fotos feitas antes e depois são mensagens poderosas para se transmitir nas redes sociais.

Como fazer restauração e rewilding

Sempre é bom lembrar que uma reserva é para sempre. Onde você quer que a reserva esteja em 200 anos? Você quer manejar habitats para aumentar a abundância de uma espécie ameaçada? Você quer mais diversidade em sua reserva - e não uma floresta mais homogênea? Você quer árvores emergentes, ou espécies frutíferas raras? Habitats alagados? Uma reserva que possa abranger todo o ciclo de vida de uma determinada espécie?

Para realizar atividades de restauração responsáveis, você deve ter um bom conhecimento dos habitats remanescentes da reserva, da diversidade de vida silvestre ainda existente e de seu estado de conservação. De preferência, as atividades de restauração devem ser planejadas como parte do plano de manejo da área protegida privada, pois elas se beneficiariam muito dos mapas e levantamentos produzidos para a consolidação do plano (veja “Como fazer um Plano de Manejo”, p. 89).

A partir de um mapa da cobertura vegetal da reserva, que retrata todos os diferentes tipos de habitats e seu estado de conservação, você deve poder identificar as áreas prioritárias para projetos de restauração. Em cada uma dessas áreas, faça uma avaliação das principais ameaças e impactos que causaram a degradação do ecossistema, avaliando sua persistência e reversibilidade para garantir que não interfiram em seus esforços de restauração.

Para promover uma restauração mais completa do ecossistema, considere o *rewilding*, ou a reintrodução de espécies que foram extintas localmente. Para os projetos de *rewilding*, identifique as espécies que têm papéis ecológicos importantes, como dispersores de sementes, polinizadores e alguns predadores, e faça uma avaliação da viabilidade social e ecológica da sua reintrodução, bem como o alinhamento com as metas e alvos de conservação da reserva. Para evitar conflitos entre as populações locais e a fauna reintroduzida, procure realizar campanhas contínuas de conscientização, além de monitorar a percepção da comunidade sobre os projetos de conservação.

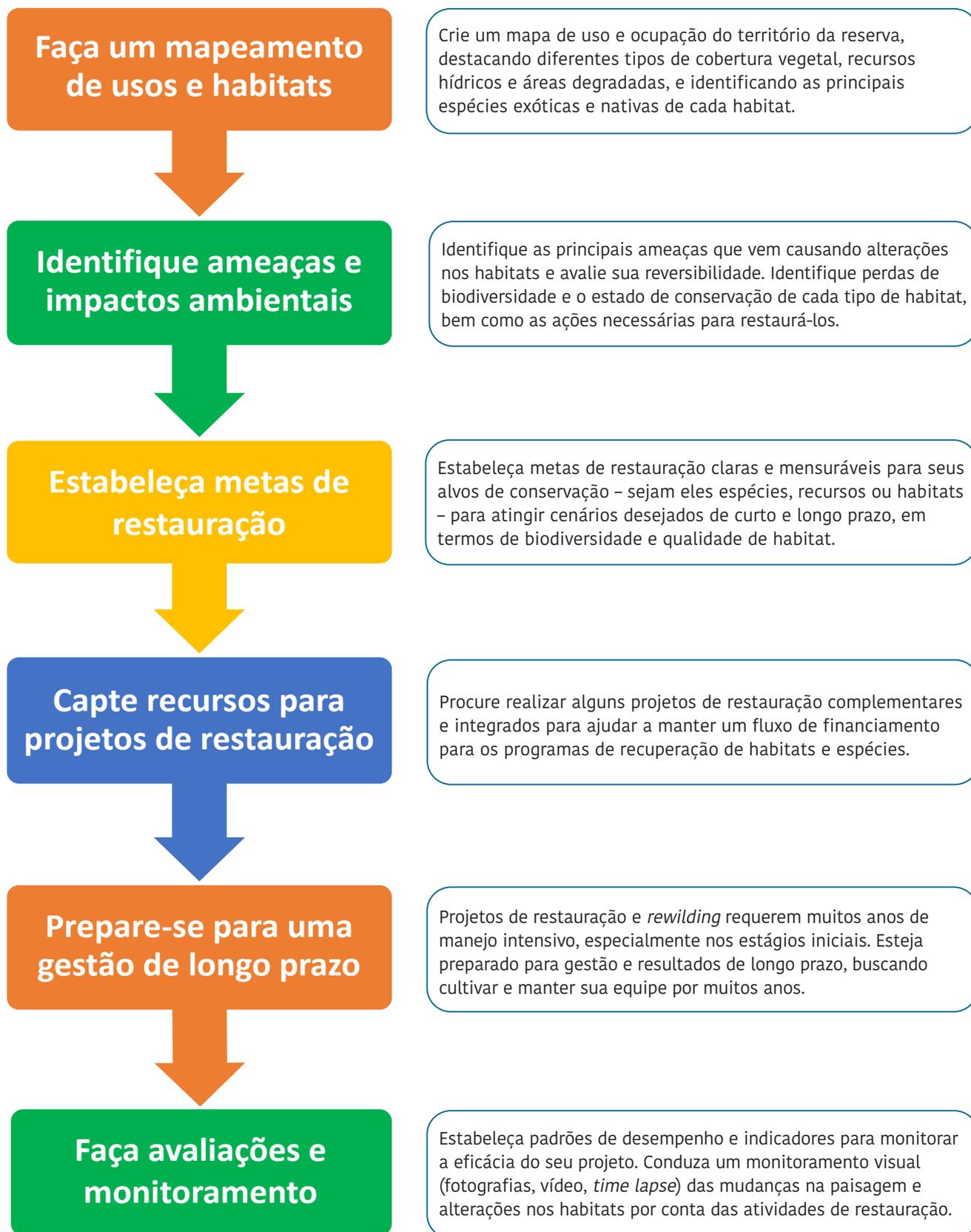
Estabeleça metas de restauração claras e mensuráveis para seus alvos de conservação de habitat, buscando alcançar uma condição futura desejada em termos de biodiversidade e cobertura vegetal. Para poder conduzir processos de restauração de longo prazo, procure consolidar vários projetos complementares (e integrados) como parte de um programa mais amplo de restauração da reserva. Lembre-se de incluir as atividades de restauração desde os primeiros esforços de captação de recursos para aquisição da terra da reserva.

Projetos de restauração de habitats e *rewilding* geralmente requerem muitos anos de manejo intensivo e trabalho de campo, especialmente nos estágios iniciais de implementação. Certifique-se de registrar visualmente e começar a monitorar as condições do habitat antes mesmo do início das intervenções de restauração, com fotografias ou vídeos de *time lapse* de longo prazo.



Rewilding Argentina está reintroduzindo onças-pintadas de volta à sua distribuição original na América do Sul.

Como fazer restauração e rewilding



PASSO 9 - FERRAMENTAS DE GESTÃO



Quais as principais ferramentas de gestão de reservas privadas?



A Reserva Ecológica de Guapiaçu (REGUA, Brasil) é uma área protegida privada que promove a restauração da Mata Atlântica e a reintrodução da anta no estado do Rio de Janeiro.

Quais as principais ferramentas de gestão de reservas privadas?

Existem várias ferramentas de planejamento e gestão que podem ser úteis para grupos comunitários, organizações sem fins lucrativos, famílias e indivíduos interessados em criar e gerenciar reservas privadas. Neste passo, resumimos algumas das ferramentas mais comuns e eficazes, algumas das quais também encontram-se detalhadas nas seções “Como Fazer” ao final de cada passo. Todo grupo organizado que esteja buscando recursos para a criação e gestão de reservas privadas deve considerar o desenvolvimento de pelo menos algumas das seguintes ferramentas: (1) **Plano de Sustentabilidade**, para definir as atividades e estimar os recursos necessários para manter a reserva e atingir seus objetivos de longo prazo; (2) **Plano de Manejo**, para determinar as atividades e usos da terra compatíveis com os objetivos de conservação da reserva, e onde podem ser realizados; e (3) **Planos de Negócios**, para as principais atividades geradoras de renda e com base nos três pilares da sustentabilidade: econômica, ambiental e social.



Áreas protegidas privadas ao longo do corredor Tirunelli Kudracote protegem os habitats migratórios dos elefantes em Kerala (Índia).

Consolidando um Plano de Sustentabilidade

Um Plano de Sustentabilidade é uma ferramenta de planejamento estratégico que permite identificar os recursos (financeiros, humanos), métodos, atividades e prazos necessários para atingir as suas metas de conservação no médio e longo prazo.

Conforme descrito em “Como fazer um Plano de Sustentabilidade” (p.29), o plano deve ser construído coletivamente pela maioria da equipe de sua organização sem fins lucrativos e revisado a cada três anos, a fim de ajustá-lo de forma adaptativa de acordo com os resultados atingidos, e conforme sua capacidade de captação de recursos.

Lembre-se de que “menos” pode significar “mais” para um bom planejamento e, embora você possa ter muitas informações para subsidiar o seu plano, um resumo de cinco páginas é geralmente mais do que suficiente.

Elaborando um Plano de Manejo

Conforme afirma Victoria Maldonado em seu depoimento (ver “Ferramentas de gestão: plano de manejo de reservas naturais”, p.86), “a consolidação de um plano de manejo de uma área protegida privada pode nos ajudar a identificar nossos alvos de conservação e estabelecer prioridades de longo prazo, bem como estimar os fundos e prever os meios para realizar a manutenção, restauração e outras atividades necessárias”. Um plano de manejo é, essencialmente, uma ferramenta de planejamento territorial. Simplificando, é um mapa da propriedade indicando os usos esperados do solo para cada território ou zona identificada. O mapeamento inicial realizado para designar parte da propriedade como área protegida privada já é uma primeira versão do seu plano de manejo, que deve evoluir para orientar o desenvolvimento de todas as atividades dentro e próximas à reserva. No final desta seção, apresentamos diretrizes simples para criar e atualizar periodicamente um plano de manejo inclusivo (veja “Como fazer um Plano de Manejo”, p.89).

Quais as principais ferramentas de gestão de reservas privadas?

Desenvolvendo Planos de Negócios

Conforme mencionado no Passo 3, as reservas privadas devem esforçar-se para desenvolver modelos de vida sustentável considerando os três pilares da sustentabilidade: econômica, social e ambiental. Nesse sentido, embora as atividades destinadas a gerar renda para a reserva devam ser administradas eficientemente como qualquer negócio, elas não são um negócio qualquer! Devem ser negócios solidários; solidários com o planeta, com todos os seres vivos, com as pessoas que compartilham conosco o território e com a nossa própria equipe de colaboradores. Dito isso, um negócio sustentável também tem que gerar receitas, respeitando alguns requisitos básicos (legais, fiscais, operacionais, de infraestrutura, etc).

Assim, para cada atividade destinada à geração de renda, é aconselhável desenvolver um Plano de Negócios. Além de economizar tempo e dinheiro evitando muitas tentativas e erros, um plano de negócios, mesmo que simples e resumido, também pode aumentar suas chances de sucesso ao buscar apoio, já que os financiadores apreciam projetos que demonstrem sustentabilidade.

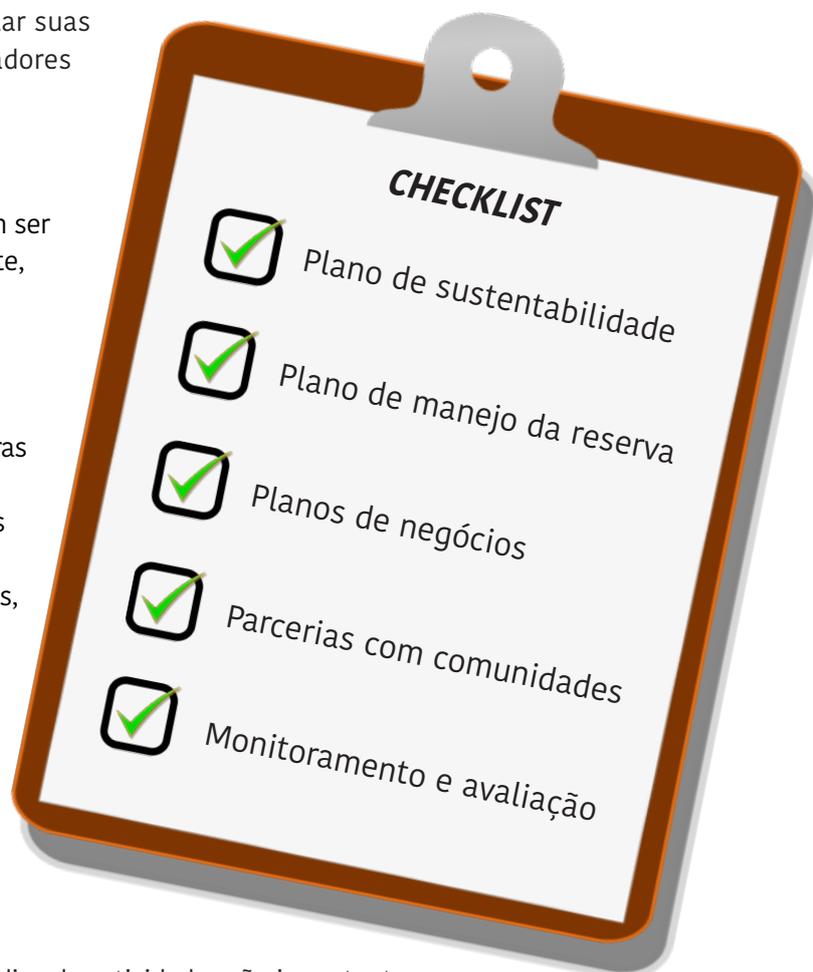
Construindo alianças

Áreas protegidas privadas sustentáveis não devem ser vistas e administradas como ilhas isoladas. Invariavelmente, haverá situações com atores locais que, se não forem devidamente discutidas ou mediadas, podem resultar em conflitos ou disputas sobre o uso de recursos. Ainda mais complicado, podem haver programas de desenvolvimento nacional ou regional – como construção de estradas e outras infraestruturas, incentivos para monoculturas agrícolas ou empreendimentos habitacionais – que podem ter impactos negativos em suas metas e alvos de conservação.

Criar e fomentar parcerias com comunidades locais, vizinhos, governos municipais e o maior número possível de atores sociais locais é uma das melhores maneiras de criar uma coalizão que pode ajudá-lo a lidar com problemas futuros. Essas parcerias devem ser mapeadas e seus eventuais acordos devem ser registrados em seus planos, seja no plano de sustentabilidade, de manejo ou de negócios.

Monitoramento e avaliação

O monitoramento permanente e a avaliação periódica das atividades são importantes para acompanhar os resultados e mensurar o cumprimento das metas propostas. Monitoramento refere-se à coleta sistemática e rotineira de informações específicas de seus projetos e programas de conservação de longo prazo. Seu principal objetivo é acompanhar as atividades em andamento a fim de aperfeiçoá-las, e poder tomar decisões mais informadas no futuro. Avaliações periódicas devem ser realizadas em cada projeto, no sentido de verificar sua efetividade (fazer a tarefa certa) e eficiência (fazer as tarefas da melhor maneira possível), bem como acompanhar sua sustentabilidade no longo prazo e o alcance das metas propostas por meio de indicadores de desempenho.



Quais as ferramentas de gestão utilizadas na sua reserva?

Para avaliar a capacidade dos participantes em gerenciar suas reservas (gerentes com dedicação exclusiva), bem como suas ferramentas de planejamento territorial (planos de manejo, planos de ação para espécies, zoneamento, mosaicos) e o planejamento e monitoramento de suas atividades econômicas (planos de negócios), as organizações participantes foram solicitadas a selecionar quais dos itens listados abaixo estavam em vigor, ou em desenvolvimento, no momento da pesquisa (Figura 17).

Embora mais de 70% das reservas pesquisadas tenham planos de manejo em vigor, apenas 26% desenvolvem planos de negócios para suas atividades geradoras de renda. Quarenta e quatro por cento dos entrevistados coordenam ou participam de algum tipo de plano de ação para conservação de espécies, tanto para animais quanto para plantas, e/ou possuem planos de monitoramento para suas espécies-alvo ou indicadoras. A maioria das reservas têm funcionários morando no local (como guarda-parques, produtores de mudas, brigadistas de incêndio), mas apenas 30% possuem um gerente dedicado morando na reserva em tempo integral.

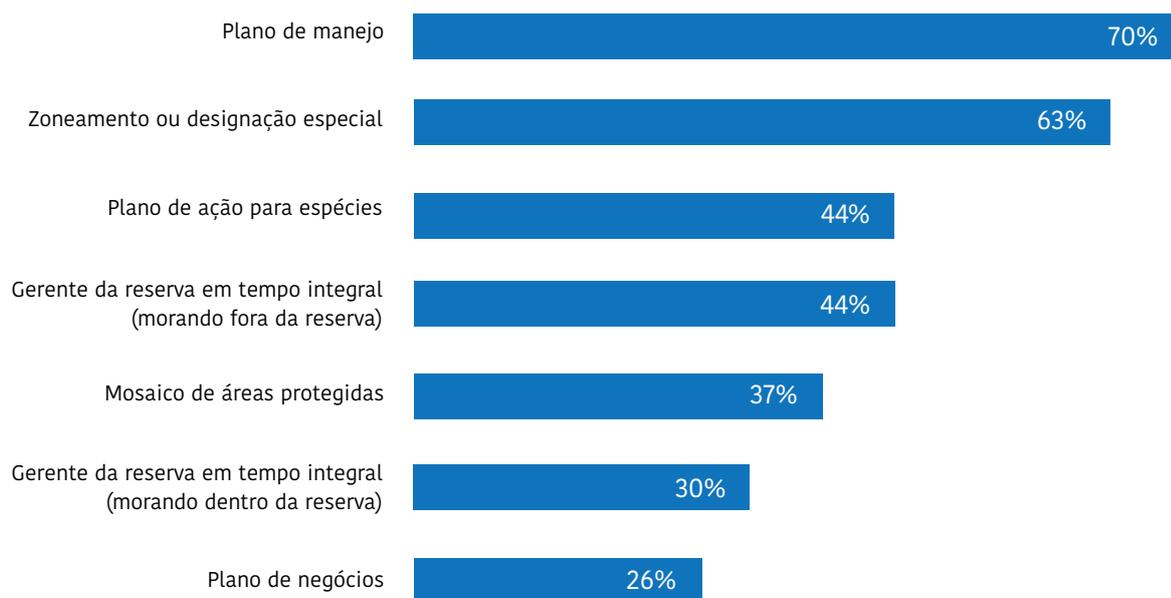


Figura 17. Ferramentas de gestão de reservas. Porcentagem das organizações que possuem diferentes ferramentas de gestão de reservas, e gerentes em tempo integral.

Embora mais de 70% das reservas pesquisadas tenham planos de manejo, apenas 26% desenvolvem planos de negócios para suas atividades geradoras de renda.

Quais as principais lições aprendidas?

Na pergunta final da pesquisa, os participantes foram convidados a resumir suas experiências práticas na gestão de reservas, e compartilhar conselhos sobre como conduzir processos de longo prazo para criar e gerenciar áreas protegidas privadas. Quais foram as lições aprendidas? As respostas mais comuns foram agrupadas em quatro categorias (Figura 18).

A maioria dos entrevistados destacou que a criação e gestão de áreas protegidas privadas é um compromisso de longo prazo, que deve ser planejado e conduzido por muito tempo: “não há pressa em projetos de longo prazo!” Tenha tempo para ouvir os seus vizinhos e outras partes interessadas, e faça avaliações sociais, econômicas e ambientais para apoiar seu manejo diário e a tomada de decisões estratégicas.

As respostas de nossa rede de especialistas também indicam que você deve ser criativo e empreendedor, criando e mantendo uma gama de atividades geradoras de renda bastante diversificada para operar e restaurar a reserva, além de ser pragmático e realista.



Figura 18. Lições aprendidas. Seleção de frases dos gestores e proprietários de reservas.

“Não há pressa em projetos de longo prazo...”

¹PSA = Pagamentos por Serviços Ambientais

“Ferramentas de gestão: plano de manejo de reservas naturais”

Victoria Maldonado

Consultora, Chile



Victoria é doutora em Medicina Veterinária e MSc. em Conservação e Manejo da Vida Silvestre com 30 anos de experiência no manejo da vida silvestre, políticas e legislação.

Quando queremos proteger uma área natural, nos perguntamos por onde começar. Em primeiro lugar está a ideia, a força, o ímpeto que nos move a levar a cabo este projeto de conservação que consideramos de grande importância. E de importância não só para quem o conduz, mas para uma comunidade, uma localidade, um país e até para o mundo. Primeiro, deve ficar claro que existem diferentes tipos de pessoas e instituições que podem estar interessadas na conservação de uma área protegida privada.

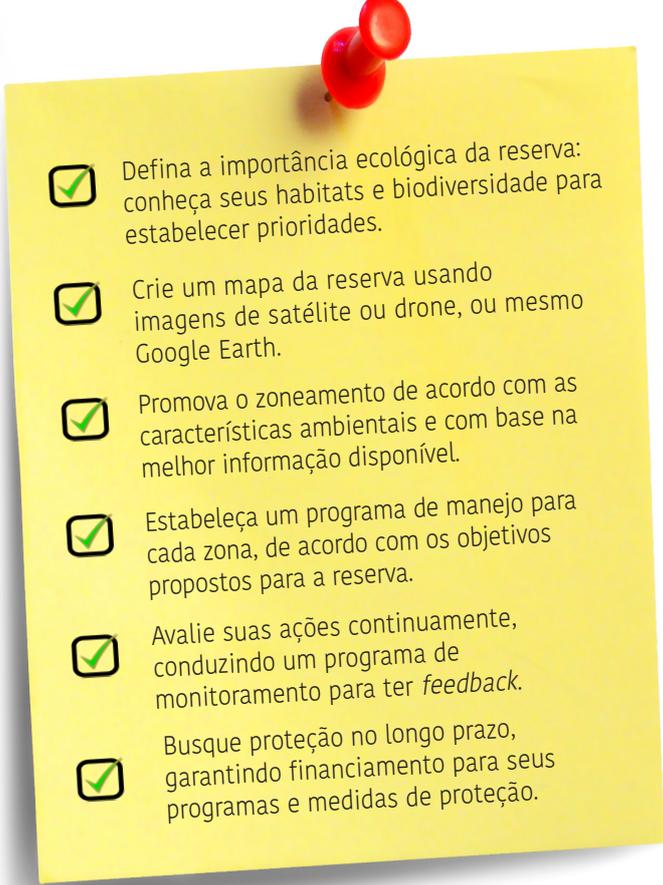
Geralmente, fundações, universidades, centros de pesquisa e ONGs que operam há muito tempo possuem instrumentos que podem apoiar esse trabalho no longo prazo, pois normalmente estão incluídos em seus marcos legais constitucionais, seus estatutos e sua missão. Dependendo de como foram constituídas, essas instituições criam diversas formas de garantir que a atividade conservacionista perdure no tempo e, na maioria das vezes, possuem algum mecanismo de financiamento que garanta pelo menos a operação básica da reserva e suas medidas de proteção.

No entanto, muitos dos exemplos de conservação privada da natureza são conduzidos não por instituições, mas por indivíduos, famílias e comunidades que possuem ou cuidam da terra. Ou as áreas de interesse a serem protegidas por conta de sua biodiversidade estão em propriedades privadas.

Nessas situações, o trabalho de conservação não é tão fácil. O proprietário privado nem sempre sabe quanto ele está disposto a proteger; muitas vezes não há clareza em como obter financiamento para garantir as atividades de proteção no longo prazo; e, havendo recursos disponíveis, fica a dúvida sobre o que acontecerá quando a pessoa que iniciou o projeto for embora; o que acontecerá em 50, 100 anos ou mais.

Mas vamos partir da premissa de que, como proprietários privados, estamos empenhados e com energia para lutar contra todas as adversidades, e que nosso objetivo, e maior recompensa, é proteger um pedaço de terra importante para a biodiversidade.

Para ter sucesso, a consolidação de um plano de manejo da área protegida privada pode ajudar a identificar seus alvos de conservação e estabelecer prioridades de longo prazo, além de estimar os recursos e vislumbrar os meios necessários para a manutenção, restauração e outras atividades relacionadas à gestão da reserva.

- 
- Defina a importância ecológica da reserva: conheça seus habitats e biodiversidade para estabelecer prioridades.
 - Crie um mapa da reserva usando imagens de satélite ou drone, ou mesmo Google Earth.
 - Promova o zoneamento de acordo com as características ambientais e com base na melhor informação disponível.
 - Estabeleça um programa de manejo para cada zona, de acordo com os objetivos propostos para a reserva.
 - Avalie suas ações continuamente, conduzindo um programa de monitoramento para ter *feedback*.
 - Busque proteção no longo prazo, garantindo financiamento para seus programas e medidas de proteção.

“Áreas protegidas, planos de ação e manejo de incêndios”

Weber Girão*Aquasis, Brasil*

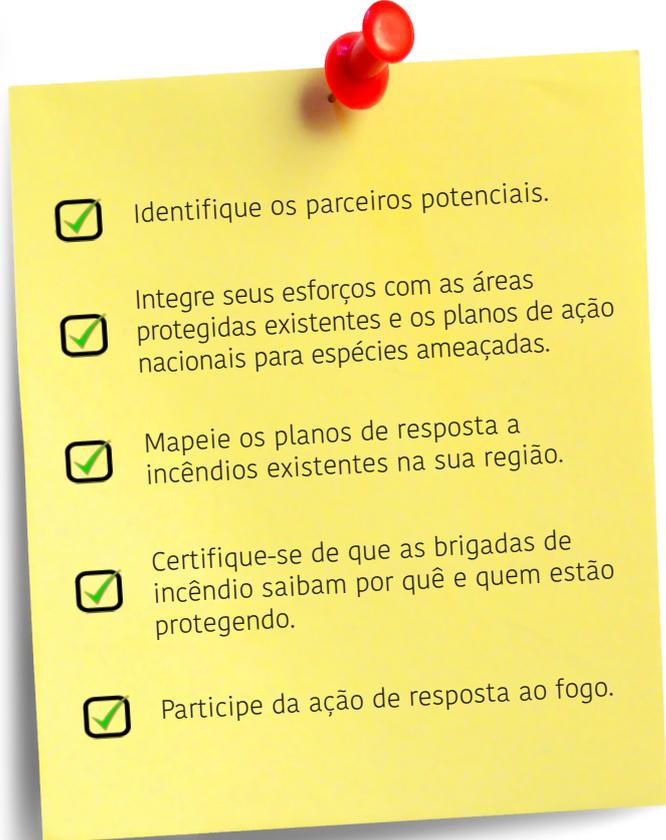
Weber é ornitólogo e biólogo da conservação, trabalhando no nordeste do Brasil desde 1996 para a conservação do soldadinho-do-araripe, e buscando integrar ciência às políticas públicas.

As reservas privadas geralmente contam com planos de manejo para orientar suas ações; porém, em locais onde ocorrem próximas a outras áreas protegidas, podem ser manejadas em conjunto como um mosaico, como uma estratégia para promover interesses mútuos e enfrentar problemas comuns. Ao longo das encostas da Chapada do Araripe (nordeste do Brasil), existem quatro áreas protegidas privadas na pequena faixa onde ocorre o soldadinho-do-araripe, uma ave reconhecida globalmente como criticamente ameaçada de extinção.

Uma das maiores ameaças ao seu habitat, já bastante restrito, tem sido o aumento no número de incêndios florestais nos últimos anos. Por outro lado, a nossa capacidade de resposta e enfrentamento aos incêndios florestais também melhorou. Isto tem sido possível graças à integração das diferentes brigadas de incêndio existentes na região, coordenados através de um plano de ação nacional para prevenir a extinção desta espécie. Quando algumas das brigadas de incêndio locais correram o risco de serem desmanteladas por falta de recursos, o conselho de gestão participativo eleito por diferentes atores sociais teve o mandato e o poder de interferir e conseguir apoio para sua manutenção. Quando áreas dentro ou perto dessas reservas privadas foram ameaçadas por incêndios florestais, três diferentes brigadas de incêndio estavam equipadas e aptas a responder.

A adoção do soldadinho-do-araripe como espécie-bandeira na região também tem sido fundamental para o sucesso dessa estratégia. Além de servir como um indicador prático de áreas prioritárias para conservação, o carisma da ave tem sido uma grande motivação para os brigadistas. Como resultado desses esforços, toda a vida do entorno também foi beneficiada, caracterizando o soldadinho-do-araripe como uma espécie guarda-chuva.

Procure identificar potenciais parceiros nas proximidades que possam ter brigadas de incêndio locais (municípios, áreas protegidas, corpo de bombeiros, grandes indústrias, etc). Estude os planos de resposta a incêndios de cada parceiro e tente encontrar interesses comuns ou complementares. Procure espécies emblemáticas que possam ajudar a motivar as brigadas de incêndio, fazendo com que se concentrem num alvo claro, embora muitas outras espécies também irão se beneficiar. Pelo menos uma vez, participe da ação de resposta ao fogo.

- 
- Identifique os parceiros potenciais.
 - Integre seus esforços com as áreas protegidas existentes e os planos de ação nacionais para espécies ameaçadas.
 - Mapeie os planos de resposta a incêndios existentes na sua região.
 - Certifique-se de que as brigadas de incêndio saibam por quê e quem estão protegendo.
 - Participe da ação de resposta ao fogo.

“Gerenciando conflitos entre pessoas e animais silvestres”

Estefânia Gómez

Parque Jaime Duque, Colômbia



Estefânia é bióloga, especialista em direito ambiental e amante da cultura e da natureza colombiana. É Coordenadora de Monitoramento e Pesquisa do Programa Condor.

O programa de conservação do condor andino nasceu da preocupação da Fundação Parque Jaime Duque com a queda acentuada da população de condores na Colômbia. Guiados por essa missão, iniciamos nossa aventura importando três casais reprodutivos de condores com o objetivo de iniciar um programa de reprodução e soltura.

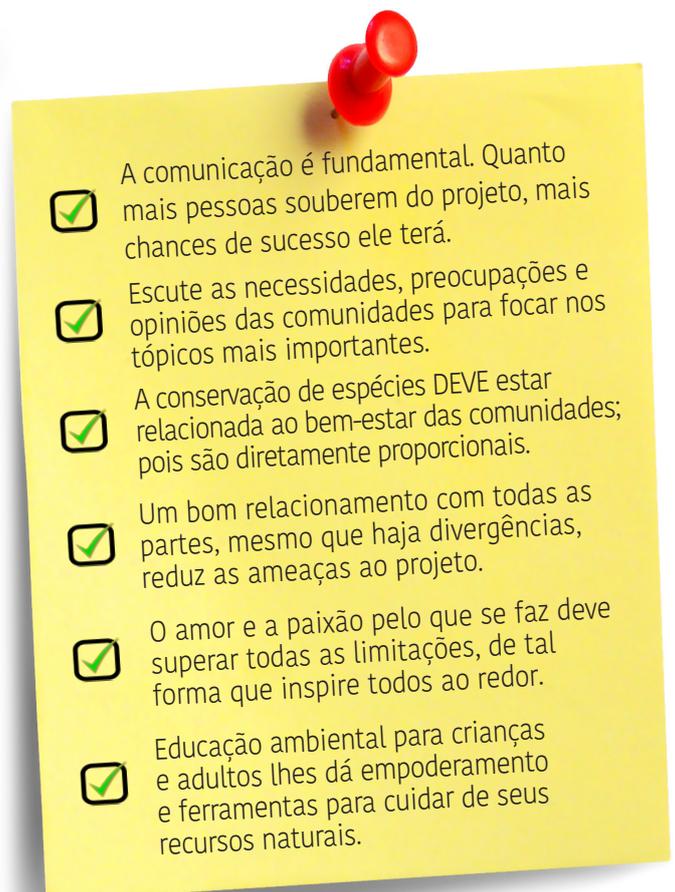
No entanto, logo percebemos que havia um conflito entre as pessoas e a vida silvestre no *páramo* de El Almorzadero, o que nos levou a perceber que nosso programa de conservação deveria ser fundamentado no envolvimento da comunidade local. Por isso, estabelecemos parcerias com agricultores de uma associação local (ACAMCO, sigla do espanhol para a *Asociación Campesina Coexistiendo con el Cóndor*), que vivem neste *páramo* juntamente com uma das maiores populações de condores do país. Juntos, conseguimos designar suas terras como reservas naturais onde ainda podem desenvolver suas atividades produtivas de forma sustentável, como a criação de ovinos e caprinos.

Aprendemos que a falta de apoio tanto do setor público quanto do privado gerou desconfiança, reduzindo o tempo ou a aceitação de diversos projetos na área. Após cinco anos de trabalho, 16 famílias já aderiram ao nosso programa. Todos aqueles que pertencem à ACAMCO trabalham juntos, zelando pelo seu bem-estar, bem como pelo condor e pelo *páramo*.

Também constatamos que a fauna silvestre gera sérios problemas para as comunidades locais, pois a perda de animais domésticos representa um grande prejuízo econômico para as famílias, que muitas vezes ganham menos do que o salário mínimo do país.

Ao conduzir projetos de conservação, muitas vezes damos mais atenção à biologia de uma espécie do que para o real motivo pelo qual está ameaçada; principalmente em relação aos conflitos com as pessoas. Compreender por que os agricultores estão envenenando ou abatendo essas aves nos ajudou a definir nosso próximo passo: consolidar e fortalecer a comunidade local que trabalha para conservar o ecossistema e seus recursos.

Divulgar informações sobre a importância do *páramo* e sua biodiversidade, e sua relação com o bem-estar humano, também contribuiu para que a população local se sentisse responsável por cuidar melhor de seu território. Eles têm o direito de permanecer lá, ter uma vida digna e usar práticas sustentáveis que reduzam os riscos sobre sua sobrevivência e subsistência, tanto para humanos quanto para a vida selvagem. Resolver conflitos dentro da própria associação é uma caminho importante para o sucesso.



Como fazer um Plano de Manejo

Um plano de manejo estabelece os usos e atividades permitidos em cada porção do território de uma reserva particular. É uma ferramenta essencial para orientar a gestão, a restauração e o desenvolvimento de atividades sustentáveis. O primeiro passo na produção de um plano de manejo inclusivo é selecionar um grupo representativo de pessoas comprometidas que estarão envolvidas na compilação de dados, identificação de zonas de manejo, discussão de seus usos e revisão periódica do plano. Isso pode variar desde um pequeno grupo de familiares até equipes multidisciplinares. Organizações sem fins lucrativos maiores devem tentar envolver o maior número possível de pessoas de suas equipes, bem como representantes de comunidades, agências municipais e outros atores sociais locais. Equipes com igualdade de gênero são importantes no desenvolvimento do plano de manejo, pois as mulheres locais podem ter diferentes tipos de conhecimento, papéis, responsabilidades e perspectivas.

Para subsidiar todas as discussões e deliberações, o grupo deverá fazer um levantamento das características socioecológicas da reserva e seu atual estado de conservação, incluindo seu entorno. Essas avaliações podem ser baseadas em revisões bibliográficas, entrevistas com residentes locais e, de preferência, apoiadas por pesquisas e levantamentos de campo. Eles geralmente incluem os seguintes elementos, que devem ser resumidos em um mapa de reserva:

- **Biodiversidade** (diversidade animal e vegetal, e seu estado de conservação).
- **Ecossistemas** (mapeamento dos principais ecossistemas e seus habitats com base na cobertura vegetal).
- **Recursos hídricos** (nascentes, riachos, rios, açudes, etc.).
- **Elementos abióticos** em geral (clima, topografia, tipos de solo, outros).
- **Usos e ocupação do território** (principais atividades e ameaças potenciais).
- **Outros fatores** especificamente relacionados aos seus alvos de conservação.

Para propor zonas de manejo, o grupo de atores sociais deve identificar unidades de manejo com características semelhantes, subsidiados pelas informações existentes e norteados pelos objetivos e alvos de conservação da reserva. Você pode ter quantas zonas quiser, de acordo com as características da sua reserva. A tabela abaixo exemplifica alguns tipos de zonas e seus usos para pequenas áreas protegidas privadas.

Zona		Características	Usos
Zona de proteção integral		São áreas ou fragmentos prioritários que mantêm processos naturais com pouca ou nenhuma intervenção humana. Eles protegem a biodiversidade, os recursos hídricos e habitats prioritários (nidificação, reprodução).	Restauração ambiental, pesquisa, ecoturismo de baixo impacto.
Zona de amortecimento ou de transição		Essas áreas circundam áreas de proteção integral para estabelecer camadas de proteção, promover a restauração, e criar corredores entre zonas de proteção integral.	Restauração, pesquisa, ecoturismo, extrativismo florestal.
Zona de uso sustentável	Extensivo	Áreas compatíveis com atividades que não exijam alterações significativas na paisagem.	Agrofloresta, ecoturismo, pecuária extensiva.
	Intensivo	Estas áreas concentram a infra-estrutura (instalações administrativas, acessos rodoviários, alojamentos) de uso público e funcionamento da reserva, bem como de apoio às atividades econômicas.	Instalações de apoio, agricultura orgânica, outras atividades sustentáveis

Para cada zona proposta no plano de manejo, o grupo de atores sociais deve definir os tipos de atividades permitidas e recomendadas, ou proibidas. Diretrizes específicas para visitação, restauração ecológica, patrulhamento, conscientização e educação ambiental, pesquisa e monitoramento devem ser estabelecidas. Os planos de manejo devem ser revisados periodicamente para ajustar suas prioridades e cronogramas.

Como fazer um Plano de Manejo



Para produzir um plano de manejo, um grupo inclusivo e comprometido de atores sociais deve ser selecionado desde o início. Eles estarão envolvidos na compilação de dados, identificação de zonas de manejo, determinação de usos e regras para cada zona, e revisão periódica do plano.

As deliberações para identificar zonas de manejo e propor seus usos devem ser apoiadas por mapas, inventários de biodiversidade e recursos naturais, identificação de habitats e seu estado de conservação e outros dados socioecológicos da reserva e arredores.

As zonas devem ter características semelhantes em termos de uso e ocupação do território e alvos de conservação. Numa área protegida privada, estas podem ser: de proteção integral (habitats prioritários, nidificação, reprodução); de amortecimento ou transição (áreas de recuperação, corredores) e zonas de uso sustentável.

Orientados pelos objetivos da reserva e seus alvos de conservação, os atores sociais devem definir as atividades permitidas e recomendadas para cada zona.

O plano de manejo deve conter regras e diretrizes claras para cada zona de manejo, incluindo as atividades permitidas e orientações específicas para visitação, restauração, conscientização, educação e pesquisa.

As áreas protegidas privadas devem sempre considerar em seus planos de manejo atividades e estratégias que promovam a restauração de habitats, recuperação da biodiversidade, e campanhas de conscientização e engajamento da comunidade.

Os planos de manejo devem ser revisados periodicamente para ajustar metas e cronogramas. Programas de monitoramento de longo prazo com indicadores mensuráveis são essenciais para fornecer o *feedback* necessário para avaliação e atualização dos planos de manejo.

Créditos das fotografias

- **Capa** (esquerda para direita, de cima para baixo): Peter Hawman (*tití*, sagui-cabeça-de-algodão), Fabio Nunes (periquito-cara-suja), Marigel Campos Capetillo (rã-de-olhos-vermelhos), Fabian Rodas (jibóia-esmeralda-da-amazônia), Trotsky Riera-Vite (anciões do grupo étnico Shuar), Trotsky Riera-Vite (jaguaritica), Trotsky Riera-Vite (preguiça-de-três-dedos), Lou Jost (*Magnolia chiguila*), Fabian Rodas (curso d'água), Tjalle Boorsma (arara-barba-azul), Sandesh Kadur/ALTO (társio), Noval Suling/ALTO (tartaruga-oliva).
- Página xii: Adrian Forsyth (floresta Villa Carmen).
- Página 1: Alberto Campos (soldadinho-do-araripe), Fabio Arruda (reserva Oásis Araripe).
- Página 2: REGUA (Reserva Ecológica Guapiaçu).
- Página 9: Corporación Serraniagua (urso-de-óculos andino).
- Página 11 : Terry Whittaker (gibão-de-bochechas-brancas).
- Página 11: VietNature (floresta Dong Chau).
- Página 12: Marigel Campos Capetillo (rã-de-olhos-vermelhos).
- Página 21: Lou Jost (*Magnolia chiguila*).
- Página 21: Jaimes Culebras (sapo-de-vidro-de-mindo).
- Página 21: Ecominga (Reserva Rio Zuñac).
- Página 22: Trotsky Riera-Vite (anciões do grupo étnico Shuar).
- Página 31: Kevin Schafer (maleo).
- Página 31: Ardash Raju (habitat costeiro do maleo).
- Página 32: Fábio Nunes (veículo do Projeto Periquito Cara-suja).
- Página 39: Third Millennium Alliance (tucano-do-choco).
- Página 41: FPWC (leopardo-do-cáucaso).
- Página 41: FPWC (foto aérea do Refúgio de Vida Silvestre do Cáucaso).
- Página 49: NatureLife Cambodia (grou-indiano).
- Página 51: Tjalle Boorsma (arara-barba-azul).
- Página 51: Tjalle Boorsma (Reserva Natural Barba Azul).
- Página 51: Tjalle Boorsma (guarda-parque na reserva Barba Azul).
- Página 52: Hutan (jovem orangotango).
- Página 55: Alberto Campos (Reserva Oásis Araripe, Aquasis).
- Página 61: ANCOT (argali, ou carneiro-de-marco-polo).
- Página 61: ANCOT (guarda-parques no Tajiquistão).
- Página 62: ANCOT (comunidade tajique).
- Página 69: AMPA (comunidade em viveiro de mudas).
- Página 71: Peter Hawman (sagui-cabeça-de-algodão).
- Página 71: Fundación Proyecto Tití (Reserva Natural San Juan).
- Página 72: Hutan (equipe de reflorestamento).
- Página 79: Rewilding Argentina (onças-pintadas).
- Página 81: Joana Macedo (anta com colar).
- Página 81: REGUA (área protegida privada de Guapiaçu).
- Página 82: MA Shajan (elefantes asiáticos em Kerala, Índia).
- **Contracapa** (esquerda para direita, de cima para baixo): Associação Caatinga (viveirista e mudas), Scott Trageser/ Third Millennium Alliance (pesquisadora anilhando aves), Wildlife Trust of India (comunidade de Annappara), Corporación Serraniagua (equipe), Fundación Jocotoco (equipe da reserva Canandé), Associação Caatinga (casal com cisterna), Marigel Campos Capetillo (mulher e palmeiras), Fabio Arruda (guarda-parque na Reserva Serra das Almas), Corporación Serraniagua (fórum), Marigel Campos Capetillo (bebida tradicional), AMPA Perú (criança com desenho), Third Millennium Alliance (viveirista com muda).

Sobre os autores



Alberto Campos

Co-fundador da ONG brasileira Aquasis, Alberto tem muitos anos de experiência prática como conservacionista, incluindo a criação e gestão de áreas protegidas públicas e privadas. Premiado biólogo da conservação (Future for Nature Award; Conservation Leadership Programme; Prêmio Nacional da Biodiversidade), Alberto está atualmente conduzindo pesquisas sobre *rewilding* na University of British Columbia (Vancouver, Canadá), buscando tornar as pessoas e o mundo um pouco mais “selvagens”.

Lucia Guaita

Lucia é socióloga ambiental com mestrado em Desenvolvimento Internacional pela Wageningen University (Países Baixos). Ela trabalha como consultora e gestora de projetos para organizações e fundações de conservação da natureza, como UICN NL, Prince Bernhard Nature Fund e Otter Foundation. Na última década, ela viveu em diversos países e ambientes sociais para pesquisar e entender o que é mais fascinante para ela – como os humanos se relacionam e interagem com o ecossistema ao seu redor.



Bennett Hennessey

Bennett mistura os prazeres da vida neste incrível planeta com seu dever como pessoa consciente de melhorar o estado de conservação da vida selvagem. Biólogo canadense formado pela Universidade de Toronto, vive na Bolívia e tem formação superior no Congo e na Bolívia por naturalistas Mbenjele, Uchupiamonas e Chimane. Trabalha metade do tempo no Programa Brasil da American Bird Conservancy, e a outra metade supervisionando a Reserva Natural Barba Azul e Laney Rickman além de arrecadar fundos para a Asociación Armonía na Bolívia. Ele acredita fortemente numa conservação produtiva, econômica e baseada em prioridades, e no desenvolvimento de ferramentas que possam ajudar outras pessoas a atingir esse objetivo.

Marc Hoogeslag

Depois de muito viajar pelo sul da África e América Latina, Marc ingressou na UICN NL como voluntário em 1999. Na UICN NL, ele trabalhou em programas de apoio a ONGs locais na conservação de áreas úmidas, áreas secas e florestas tropicais. Ele foi co-fundador do Fundo de Aquisição de Terras em 2001, e está à frente deste programa desde então. Em 2019, ele se uniu à equipe que iniciou a Operação Jaguar, um programa focado no combate à caça ilegal e ao tráfico de onças-pintadas na América Latina.



Referências e sugestões de leitura

Sugestões de leitura disponíveis na internet (em inglês)

- Para mais informações sobre definições, categorias e tipos de governança de áreas protegidas da IUCN, consulte: [Guidelines for applying protected area management categories.](#)
- Para saber mais sobre os tipos de governança de áreas protegidas, consulte: [Governance of Protected Areas: From understanding to action.](#)
- Sobre definições de áreas protegidas privadas, melhores práticas e estudos de caso, consulte: [Guidelines for Privately Protected Areas.](#)
- Para mais informações sobre planejamento e manejo de áreas protegidas, consulte: [Guidelines for Management Planning of Protected Areas.](#)
- Para saber mais sobre parcerias e concessões de turismo para áreas protegidas, consulte: [Guidelines for tourism Partnerships and Concessions for Protected Areas: Generating sustainable revenues for conservation and development.](#)
- Para acessar várias publicações úteis sobre planejamento de áreas protegidas e planos de manejo, consulte a página de publicações da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN: [IUCN WCPA Best Practice Guidelines for Protected Area Managers Series.](#)

Sugestões de leitura disponíveis na internet sobre RPPNs (em português)

- Para baixar o “Roteiro para Criação de RPPN Federal” oficial do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, consulte a página do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: [Roteiro para Criação de RPPN Federal - Reserva Particular do Patrimônio Natural](#)
- Para informações variadas sobre RPPNs, consulte a publicação de perguntas e respostas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: [Perguntas e Respostas sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural](#)
- Para informações detalhadas sobre os procedimentos de averbação de RPPNs, consulte o guia produzido pela Conservação Internacional (CI - Brasil) e a Fundação SOS Mata Atlântica: [A Reserva Particular do Patrimônio Natural \(RPPN\) e os Cartórios de Registro de Imóveis](#)
- Para encontrar mais ideias sobre Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e outras formas de geração de receitas para manutenção de reservas (com enfoque na região Sul), consulte: [Reserva Particular do Patrimônio Natural \(RPPN\) - Caminhos para a Sustentabilidade Econômica](#)
- Às prefeituras interessadas em implantar programas municipais de RPPNs, consulte o roteiro publicado pela Fundação SOS Mata Atlântica: [RPPN Municipal - Roteiro para o reconhecimento de Reserva Particular do Patrimônio Natural](#)



Reservas Naturais Sustentáveis:

Guia prático para criação de áreas protegidas privadas

